

Informações econômicas

*Prognóstico Agrícola
safra 1989/90.*

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90	
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA	11
3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS	21
4 - ANÁLISE DE PRODUTOS	38
Algodão	38
Amendoim	40
Arroz	41
Batata	43
Cebola	44
Feijão	45
Mandioca	47
Milho	48
Soja	52
CONJUNTURA AGROPECUÁRIA	
Bolsas de Arrendamento de Terras (BATs)	99
Açúcar e Álcool	100
Evolução dos Preços e o Fim do Acordo Internacional do Café (AIC)	101
PREÇOS AGRÍCOLAS	
COMPORTAMENTO DE PREÇOS	107
Preços Recebidos	107
Preços Pagos	108
Índice de Paridade	109
Cesta de Mercado	110
LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA	157

EDITORIAL

A revista **Informações Econômicas** apresenta algumas novidades na edição de agosto, com o propósito de marcar sua nova fase dentro da política de dinamizar a publicação, tanto no aspecto do seu conteúdo como do público alvo, de forma a adequá-la às necessidades e aspirações dos agentes do complexo rural paulista.

Assim, a apresentação de análises aplicadas e dados diversos de uso corrente será feita através de seis seções básicas - artigo técnico, conjuntura agropecuária, opinião técnica, preços agrícolas e legislação agrícola -, além do editorial, que procura manifestar a posição da Instituição.

Além disso, esta edição apresenta como novidade o encarte do Prognóstico Agrícola da safra 1989/90, que focaliza as culturas de verão. Este é o primeiro de uma série de quatro artigos especiais por ano agrícola, que conterão diagnósticos e prognósticos de evolução do setor e serão publicados de acordo com o calendário agrícola.

Em relação ao principal assunto dessa edição - o **Prognóstico Agrícola** -, vale recordar que as sucessivas supersafras, através das quais a agricultura brasileira vem mantendo índices de crescimento bem acima do comportamento da economia nacional, poderão ser afetadas no ano agrícola 1989/90. O Governo Federal encontra-se diante de um dilema: assegurar o aumento da produção agrícola para ajudar na estabilização interna e na geração de mais excedentes exportáveis ou reduzir a disponibilidade de recursos de financiamento de crédito rural para prosseguir na luta contra a inflação, comprometendo assim a oferta futura de produtos agrícolas. Cabe neste momento encontrar o ponto de equilíbrio que evite o pior, em termos de custos sociais elevados e agravamento das reservas cambiais.



artigo especial

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90:
algodão, amendoim, arroz, batata, cebola, feijão, mandioca, milho, soja

Alfredo de Almeida Bessa Junior, Alfredo Tsunehiro, Ana Maria Futino, Antonio Ambrósio Amaro, Antonio Roger Mazzei, Célia Regina R.P. Tavares Ferreira, César Roberto Leite da Silva, Francisco Antonio Assef Sallit, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, José Roberto da Silva, Lídia Hathue Ueno, Luiz Carlos Miranda, Luiz Moricochi, Malimíria Norico Otani, Manoel Joaquim Martins Falcão, Maria Auxiliadora de Carvalho, Marina Brasil Rocha, Mario Antonio Margarido, Marisa Zeferino Barbosa, Marli Dias Mascarenhas, Nelson Batista Martin, Nelson Giulietti, Paulo Augusto Wiesel, Sílvia Toledo Arruda, Terezinha J. Fernandes Franca⁽¹⁾

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira vem respondendo nos últimos anos com abundantes colheitas de grãos e cereais, mesmo diante de conjunturas adversas, caracterizadas principalmente pela limitação crescente de crédito para custeio e investimento.

As limitações de recursos financeiros oficiais, os agricultores responderam produzindo de forma mais eficiente, compensando parcialmente aquelas restrições. Mas entende-se que o grande responsável pelo desempenho favorável do setor agrícola foi a confiança na política de preços de intervenção durante a comercialização dos produtos amparados pelos preços mínimos oficiais. Certos de que o Governo não colocaria arbitrariamente seus estoques no mercado, tumultuando os preços e desestruturando o comércio legalmente constituído, atenuou-se assim a principal característica da atividade agropecuária que é o elevado risco.

Para a safra 1989/90, o volume de recursos oficiais a ser colocado à disposição da agricultura, a taxas de juros para crédito rural, continua escasso. Os limites de financiamento tendo sido reduzidos ainda mais para as culturas (com raras exceções) deverão provocar aumento dos custos financeiros ou então redução na utilização de insumos e outros fatores, o que po-

derá comprometer a produtividade agrícola, que tem se mostrado crescente, mesmo diante das dificuldades já mencionadas.

Convém mencionar que, as negociações políticas envolvendo o financiamento da nova safra ocorreram sob condições envolvendo dois objetivos aparentemente antagônicos a curto prazo. De um lado, a necessidade de se conseguir uma produção agrícola suficiente para ajudar o País no processo de estabilização interna e geração de excedentes exportáveis; de outro, a necessidade premente de se prosseguir a luta no combate à inflação, o que subentende recorrer o mínimo possível a recursos oficiais a fim de não abalar ainda mais a frágil situação do Tesouro Nacional. A arte estava justamente em compatibilizar esses dois objetivos. Uma decisão errada favorecendo uma opção em detrimento de outra implica em custos sociais elevados. Políticas que redundem em redução da oferta agrícola, pressionadas pela necessidade imediata de combate à inflação, poderão ter efeito contrário, trazendo, ainda, como consequência, inquietação social e pressões de reivindicações salariais, fruto do aumento nos custos com alimentação. Adicionalmente, há os custos representados pela desestruturação do sistema produtivo e a necessidade de se recor-

⁽¹⁾ Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

rer à importação, corroendo ainda mais as magras reservas cambiais. Entretanto, políticas muito generosas para o setor agrícola poderão levar o Governo à necessidade de realizar desembolsos (compra de excedentes de safras) bem acima de suas possibilidades de caixa, procedimento igualmente inflacionário.

Todas as vezes em que se discutem normas e orçamentos para cada safra agrícola, vem à tona a necessidade urgente de se implantar uma Lei Agrícola, sem a qual não há como estabelecer um horizonte de planejamento, tanto para os agricultores como para os formuladores de política agrícola. Entre outras, esse dispositivo teria que definir claramente quais funções seriam atribuições do Estado e quais do setor privado. Essa indefinição, quanto ao papel a desempenhar por esses agentes, aumenta a insegurança do setor produtivo por si só já bastante arriscado. A elaboração de regras transparentes torna-se mais importante na medida em que se procura novas formas de financiamento da agricultura como alternativa às fontes tradicionais de recursos oficiais, cada vez mais escassos, dada a conjuntura macroeconômica bastante desfavorável por que passa o País. É claro que a viabilização de novas formas de financiamento estaria em grande parte condicionada à minimização dos riscos financeiros dos agentes envolvidos e, para isso, exigir-se-ia um mínimo de segurança para se investir na agricultura, já que a racionalidade econômica recomenda a aplicação de recursos em atividades que cubram pelo menos os custos de oportunidade representados por alternativas de menores riscos.

Dentro deste contexto geral em que se analisa o futuro de nossa agricultura, cabe destacar a possibilidade, aberta com a nova constituição, de cobrança de alíquotas diferenciadas conforme a essencialidade dos produtos, através de convênios entre os Estados, o que, sem dúvida, deverá favorecer os alimentos. Contudo, o que se observou até agora foi justamente o inverso com a tributação pelo ICMS dos insumos agrícolas, antes totalmente isentos e agora gravados pelo imposto.

Verifica-se, portanto, que no início da safra de verão para o ano agrícola 1989/90, o setor agrícola vem enfrentando escassez de recursos financeiros, taxas de juros mais elevadas, tributação dos insumos e perda do poder de

troca a partir de julho, com a elevação das taxas de juros e dos preços dos fatores de produção. Para se fazer frente a esta situação e estimular o setor agrícola, o Governo Federal definiu os preços mínimos de garantia com acréscimos reais de até 25,6%, no caso do feijão. É evidente que o impacto dessas decisões vai variar por produto, em função das condições dos mercados interno e externo, esperando-se, no entanto, um comportamento dos produtores que permita pelo menos estabilizar a área cultivada com as culturas de grãos. Há indicações que poderia haver uma redução entre 2% a 5% na área cultivada de grão do País, especialmente pela redução da área de soja no Centro-Oeste. Para o Estado de São Paulo, os estudos técnicos efetuados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) indicam uma perspectiva de redução de área para o arroz e a soja e de crescimento para o algodão, feijão das águas, mandioca e milho, resultando num crescimento esperado de 2% na área total dos grãos para a safra 1989/90 em relação a área de 2.618,40 mil hectares cultivada na safra anterior.

2 - FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

As peculiaridades do setor agrícola, especialmente sua maior exposição a riscos e incertezas relativamente aos demais setores da economia, fazem com que seja objeto de política econômica protecionista. Os principais países vêm administrando políticas nesse sentido, predominantemente voltadas para suporte a preços e formação de estoques, o que tem levado a suprimento crescente de vários produtos agrícolas a nível mundial.

No Brasil, o suporte à agricultura é feito com interferência do Governo enfocando diversas prioridades, e talvez por isso, o resultado nem sempre seja o melhor possível para o setor e para a comunidade como um todo. Com raras exceções, o País está longe de ter estoques suficientes que permitam neutralizar os efeitos das flutuações de safras e manter abastecimento normal sem grandes pressões sobre preços nos períodos de escassez. A cada safra que se inicia enfrenta-se uma rodada de negociações entre segmentos do Governo e organizações de produtores e que incluem muitas incertezas quanto à disponibilidade de recursos e os níveis de preços mínimos, problemas magnificados pela imprevisibilidade do processo inflacionário.

Um estudo realizado por técnicos do IPEA⁽¹⁾ para o período 1980-87 mostra a evolução da participação da agricultura na despesa total da União, que de 6,5% em 1983 cresceu para 20%, em 1987. É interessante destacar que, nesse último ano, 23,6% dos recursos destinados à agricultura coube à aquisição de trigo e triticale e 13,7% ao programa de apoio ao setor sucroalcooleiro, totalizando, portanto, 37,3% aplicados apenas nestes dois programas (figura 1).

Outro aspecto interessante revelado por esse estudo é que o principal Ministério gestor de recursos destinados à agricultura é o da Fa-

zenda, com dotação de 2/3 dos recursos em 1987. Ao Ministério da Agricultura (MA) coube apenas 12,5% dos recursos alocados, percentual inferior à participação do Ministério da Indústria e Comércio, segundo em importância, com 13,8% devido ao açúcar, café, cacau e seringueira.

Cabe destacar que apesar de ter crescido a participação dos gastos da União com a agricultura, a escassez de recursos permanece sendo queixa generalizada das entidades representativas de produtores e da agroindústria. Talvez o problema esteja no fato de se estabelecer muitas metas a serem atingidas e acabar destinando recursos insuficientes para cada uma delas.

A crise que se abateu sobre a economia brasileira há alguns anos vem agravando dia a dia a questão da insuficiência de recursos. Em 1989, o Governo teve dificuldades de financiar a comercialização da safra 1988/89, reduzindo ainda mais a eficácia da Política de Garantia de Preços Mínimos. Além disso, embora a comercialização da última safra ainda não seja um problema totalmente resolvido, especialmente devido aos grandes estoques de arroz e soja, já surge novo problema: a necessidade de liberar recursos para a próxima.

As previsões são pessimistas. A crise financeira tem levado o Governo a manter uma política monetária rígida. Também o orçamento fiscal não tem sido generoso. As estimativas de demanda de recursos para custear a próxima safra andam pela casa de NCz\$13,0 bilhões mas a disponibilidade seria de apenas NCz\$7,8 bilhões. A busca de soluções para este quadro tem mobilizado autoridades responsáveis pela condução da política e diversos representantes do setor.

Um seminário realizado em Brasília⁽²⁾ concluiu que o Tesouro Nacional não tem condições de permanecer como grande financiador

⁽¹⁾ Gasques, José G.; Verde, Carlos M.V.; Silva, Enid R.A. Gastos públicos na agricultura: estrutura e resultados. *Dados Conjunturais da Agropecuária*, n.153, 1988, p.13-35.

⁽²⁾ Informativo CFP, Brasília, n.23, 1989.

da agricultura. A solução passaria por uma maior participação da iniciativa privada, ampliando o espaço para os bancos não oficiais no sistema. Para isso, as principais possibilidades aventadas no seminário foram: fazer adaptações de forma que a exigibilidade não dependa tanto do processo inflacionário; alterar as regras dos depósitos compulsórios permitindo sua aplicação na agricultura; autorizar a operação com "caderneta rural" e ampliar o mecanismo de equalização das taxas de juros para todos os bancos.

É bom notar que a maior participação de agentes privados no financiamento da agricultura significa apenas um retorno ao passado e não muito distante. Em 1985, a participação dos bancos particulares privados nos saldos dos empréstimos ao setor estava por volta de 1/3 dos recursos caindo para cerca de 15%, em 1988. A parcela do Banco do Brasil cresce cerca de 55% para mais de 80% neste mesmo período.

A evolução real dos saldos dos empréstimos das operações de crédito rural do Banco do Brasil, de dezembro de 1984 a fevereiro de 1989, evidencia expressivo incremento nos financiamentos à agricultura, mais particularmente ao custeio das safras. O crédito à comercialização permaneceu relativamente estável com flutuações cíclicas normais. No entanto, o crescimento do crédito via Banco do Brasil mal compensou a redução da concessão por parte dos demais agentes financeiros, uma vez que os recursos globais têm decrescido em termos reais (figuras 2 e 3).

Um fato inconteste é que apesar de todas as dificuldades de financiamento, o setor agrícola tem dado mostras de dinamismo e eficiência sem precedentes, impedindo, inclusive, que o desempenho global da economia seja negativo nestes anos de profunda crise. Apenas para exemplificar, entre 1981 e 1987, o valor bruto da produção de 27 principais produtos vegetais produzidos em São Paulo teve crescimento real de 16% apesar de os preços agrícolas terem mostrado queda em termos reais, evidenciando relações de troca desfavoráveis para o setor.

Uma observação reveladora pode ser feita comparando as informações de crédito de custeio e valor bruto da produção. Em 1981, o crédito de custeio agrícola concedido representou cerca de 48% do valor da produção desses 27

produtos e, em 1987, a relação crédito de custeio agrícola/valor bruto da produção cai para 26%.

De alguma forma o setor agrícola se ajustou e vem gerando safras recordes. Alguns representantes do setor informam que a maior racionalidade no uso de insumos adquiridos fora do setor é uma exigência para o sucesso. Outra é o autofinanciamento. Pagar encargos financeiros que incluem correção monetária e juros reais de 12% a.a. numa época em que a taxa inflacionária anda pela casa dos 1.000% a.a., é risco que os empresários e, em particular, o agricultor só incorre quando absolutamente necessário. Em sendo boas as perspectivas de preços, ao que parece, o agricultor se predispõe a recorrer à sua criatividade para expandir a produção, mesmo porque as terras, máquinas e, muitas vezes, a mão-de-obra são recursos que não têm uso alternativo a curto prazo. A pujança do setor a despeito da crise talvez venha demonstrar que nossa agricultura já não é tão frágil e atrasada como se pensava. É provável até que, especialmente em regiões como o Estado de São Paulo, o setor já tenha o dinamismo característico das economias desenvolvidas. Se assim é, para uma agricultura predominantemente capitalista, a opção em termos de política deve se encaminhar para formas mais contemporâneas e modernas, nas quais, formação de estoques e sustentação de preços têm lugar de destaque.

-DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NO PERÍODO RECENTE

A disponibilidade de recursos para o atendimento do setor agrícola tem sido centro de muitos debates, e vem se agravando dia a dia, ao longo desta década em que a política econômica oficial esteve presa à busca de superação de crise.

Observando apenas as informações referentes às duas últimas safras pode-se ter uma boa visão do quadro crítico que vive o setor na atualidade. O total de recursos aplicados na agricultura, em 1987, foi de NCz\$478, 28 bilhões e de NCz\$2.553,35 bilhões, em 1988, o que significa uma redução real de 32%. Neste mesmo período, o número de contratos decresceu 53%, caindo de 2.660.197 em 1987 para 1.248.999 em

em 1988 (quadro 1).

A redução de crédito atingiu todas as finalidades, embora em graus diferentes. Quedas mais acentuadas foram observadas para investimento (-38,7%) e custeio (-33,6%). Destaque-se que os investimentos vêm sendo objeto de reduções reais drásticas há muito tempo, mesmo em anos em que a política econômica privilegiou o setor agrícola, o que denota busca de soluções para problemas de curto prazo.

Para essas duas finalidades não se verificou diferenças significativas na destinação de recursos entre as categorias de produtor. O mesmo não acontece com o crédito de comercialização, visto que para uma redução total da ordem de 13,8%, os pequenos produtores tiveram seu crédito reduzido em cerca de 40% entre 1987 e 1988, percentual igual à queda do número de contratos. Embora em menor percentual (-10,3%), os grandes produtores também tiveram menor acesso a tais recursos. Já os médios produtores puderam aumentar seu número de contratos em 20,7% e, em termos de valor, mantê-los em termos reais.

Na distribuição do crédito rural total não se pode concluir por piora significativa na situação de nenhuma das três categorias de produtor, pois pequenos, médios e grandes foram atingidos quase da mesma forma pela restrição de recursos.

Outro aspecto interessante a ser observado é que, apesar da crise financeira, pela qual passa o Estado brasileiro tem-se mostrado importante financiador do setor, observando-se paulatino afastamento da iniciativa privada. Ao que parece, o setor financeiro privado capta recursos com os quais financia o Estado, que financia a atividade produtiva.

Há muito tempo o Banco do Brasil vem sendo a principal instituição financiadora da agricultura, com crescente participação. Em 1987 e 1988 foi responsável, respectivamente, por 79,9% e 85,5% do volume total dos recursos (quadros 2 e 3).

Em 1987, dos recursos aplicados pelo Banco do Brasil, 42,8% teve como origem o Tesouro Nacional, 28,2% a poupança rural e 24,8% os recursos obrigatórios (MCR-18). Já em 1988, o volume dos recursos provenientes da caderneta de poupança rural foi responsável por 43,3% da aplicação desse Banco, os recursos do Tesouro

por 27,7 e o MCR-18 por 27,2%.

É necessário ressaltar que a caderneta rural foi a única fonte de recursos que demonstrou crescimento real (12,9%) com relação ao ano anterior, bem como possibilitou o maior volume de aplicações no setor, passando a constituir-se na mais importante fonte de recursos para o sistema de crédito rural. É certo também que, embora planejada para fornecer recursos para investimentos na agricultura, acabou sendo destinada para o financiamento de curto prazo, dada à escassez generalizada de recursos e dificuldade de realizar contratos de longo prazo com a inflação aos níveis atuais.

A participação do Tesouro no financiamento à agricultura caiu drasticamente devido, em grande parte, às políticas fiscal e monetária restritivas. Entre 1987 e 1988 esses recursos tiveram redução real de 52,9%.

Os recursos relativos aos MCR-18, que correspondem à chamada exigibilidade, mostraram redução de 20,3%, retração intimamente ligada à elevação da inflação por dois motivos básicos:

- a) os recursos obrigatórios são calculados sobre os depósitos líquidos à vista, que vêm decrescendo dado que o público tem optado por depósitos remunerados; e
- b) o método de cálculo da exigibilidade: o valor médio dos depósitos à vista do trimestre (base de cálculo para aplicação dois meses adiante) não sofre correção monetária, enquanto os saldos dos empréstimos já realizados (considerado para cumprimento da exigibilidade) são corrigidos mensalmente.

Apesar desses problemas, o MCR-18 constituiu-se na principal fonte de recursos para a aplicação em crédito rural pelos bancos comerciais, que participaram, em 1987 e 1988, respectivamente, com 18,2% e 13,3% do volume total aplicado no setor agrícola.

Outra fonte de recursos que o setor dispõe é o MCR-37, aplicações em crédito rural a taxas livres de mercado. No entanto, é pouco utilizada devido, principalmente, ao alto risco que envolve o comprometimento dos produtores numa conjuntura econômica cuja trajetória, mesmo a curto prazo é imprevisível.

O panorama brevemente descrito acima é preocupante. No entanto, se observado de uma forma mais ampla percebe-se que é um dos componentes das dificuldades pelas quais atra-

vessa o conjunto da economia brasileira, cuja superação só pode ser definitiva se associada à obtenção do desenvolvimento harmônico do País.

-Perspectivas para a Safra 1989/90

Os dois períodos críticos de cada safra são definidos pelo plantio e comercialização. Nessas ocasiões, a política agrícola tem buscado interferir com o fito de evitar estrangulamentos e orientar a produção. Assim, à época do plantio das safras, são divulgados os Valores Básicos de Custeio (VBCs) para concessão do crédito de custeio e os preços mínimos que deverão servir de parâmetro para definição de preços à época da comercialização.

Até o momento, o Governo só definiu os VBCs para a próxima safra. O que se pode depreender dos números divulgados é que a agricultura permanece sujeita a fortes limitações de recursos, o que não é privilégio desse setor, mas resultado dos esforços de fazer a economia pelo menos manter-se, evitando o agravamento de crise.

A preocupação em racionar ainda mais os escassos recursos é identificado pela redução dos limites de financiamento do custeio que é um percentual do VBC que pode ser financiado a juros reais de 12% a.a; a diferença entre esse percentual e o valor integral pode ser pactuada a juros normais de mercado.

Há algum tempo que o Governo vem administrando a política no sentido de reduzir os limites de financiamento, mas resguardando os pequenos produtores e a produção de alimentos, que tinham o VBC financiado integralmente. Para a próxima safra nem mesmo eles foram poupados. Os únicos produtos que permanecem com financiamento pleno são: feijão para todos os tipos de produtores e arroz irrigado produzido com semente selecionada para pequenos produtores.

Com base nos VBCs fixados, a necessidade de recursos para a próxima safra está prevista em NCz\$13 bilhões, sendo autorizados financiamentos de apenas NCz\$7,8 bilhões. As principais fontes previstas para esses financiamentos participam com os seguintes percentuais: exigibilidade 32%, caderneta de poupança rural

25,6%, Tesouro Nacional 29,5%.

Na realidade o que se tem então é disponibilidade de recursos que correspondem a 60% das necessidades previstas. Espera-se que os agricultores estejam suficientemente capitalizados e tenham condições de complementar as necessidades. A disposição dos agricultores de alocar recursos próprios na produção vai depender, no entanto, dos preços mínimos ainda por fixar, cuja divulgação está prevista para os próximos dias. A permanecer o quadro observado no presente, no qual o período de congelamento do Plano Verão reduziu drasticamente o valor real dos preços mínimos, esta não será boa fonte de estímulos aos produtores.

Há algum tempo, o Governo Federal, premido pelas dificuldades financeiras e também por pressões da coletividade, vem buscando orientar essa política mais no sentido de permitir a livre expressão do mercado. A criação dos preços de intervenção foi importante decisão nesse sentido, pois as vendas dos estoques do Governo seriam conduzidos de forma a neutralizar os picos de preços, mas de forma previsível e controlada pelos interessados. Nas compras feitas com base nos preços mínimos, a intervenção do Governo acaba acontecendo apenas em regiões onde o agricultor não encontra outro comprador.

Os empréstimos do Governo Federal (EGFs), assim como o crédito de custeio, vêm sofrendo restrições ano a ano. Assim, se as compras são reduzidas porque os preços mínimos são baixos e os EGFs são escassos por falta de recursos, a eficácia de política de preços mínimos fica comprometida e passa cada vez a ter menos importância na tomada de decisão dos produtores.

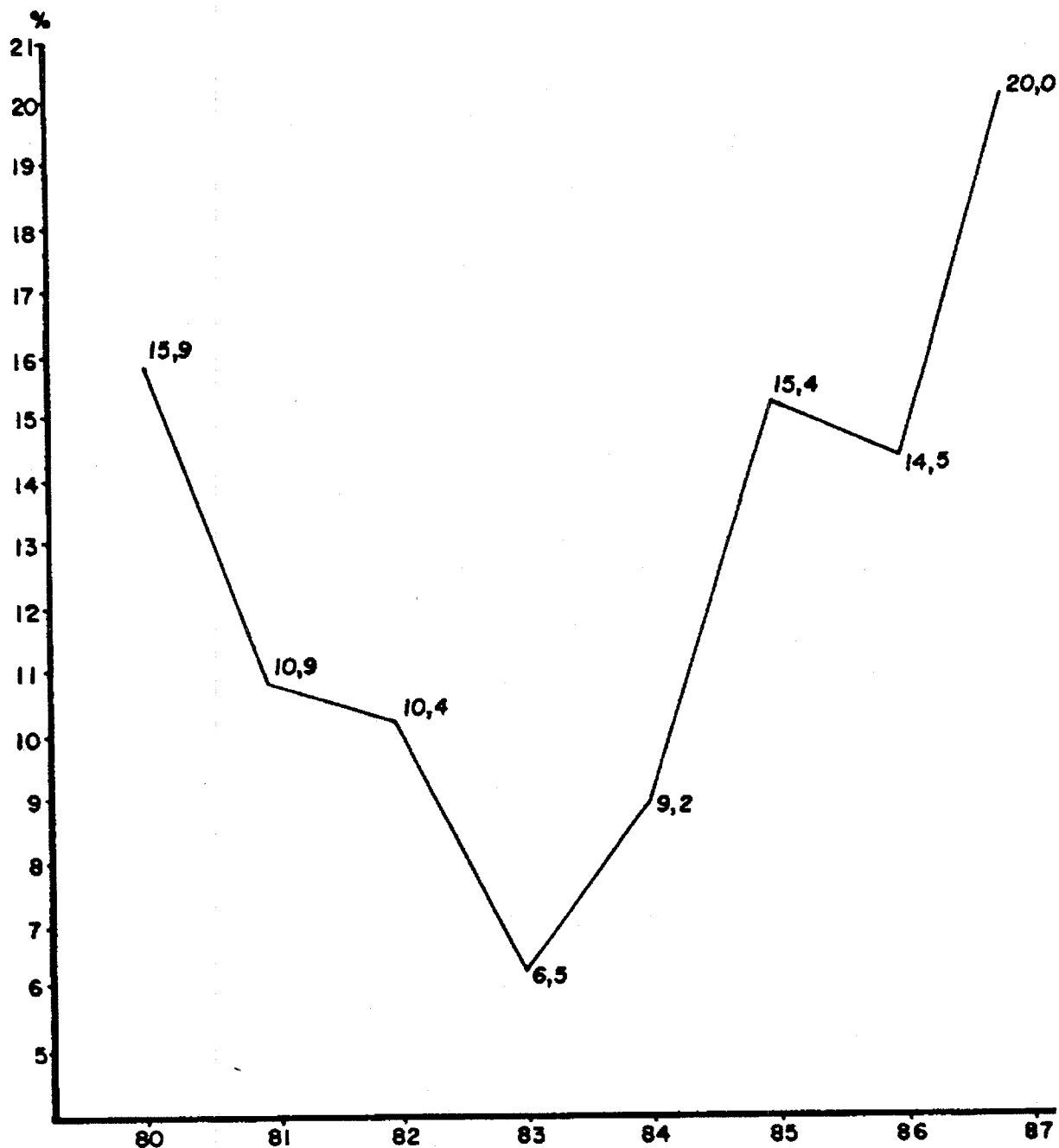


FIGURA 1. - Participação da Despesa da Função Agricultura na Despesa Total da União, Brasil, 1980-87.

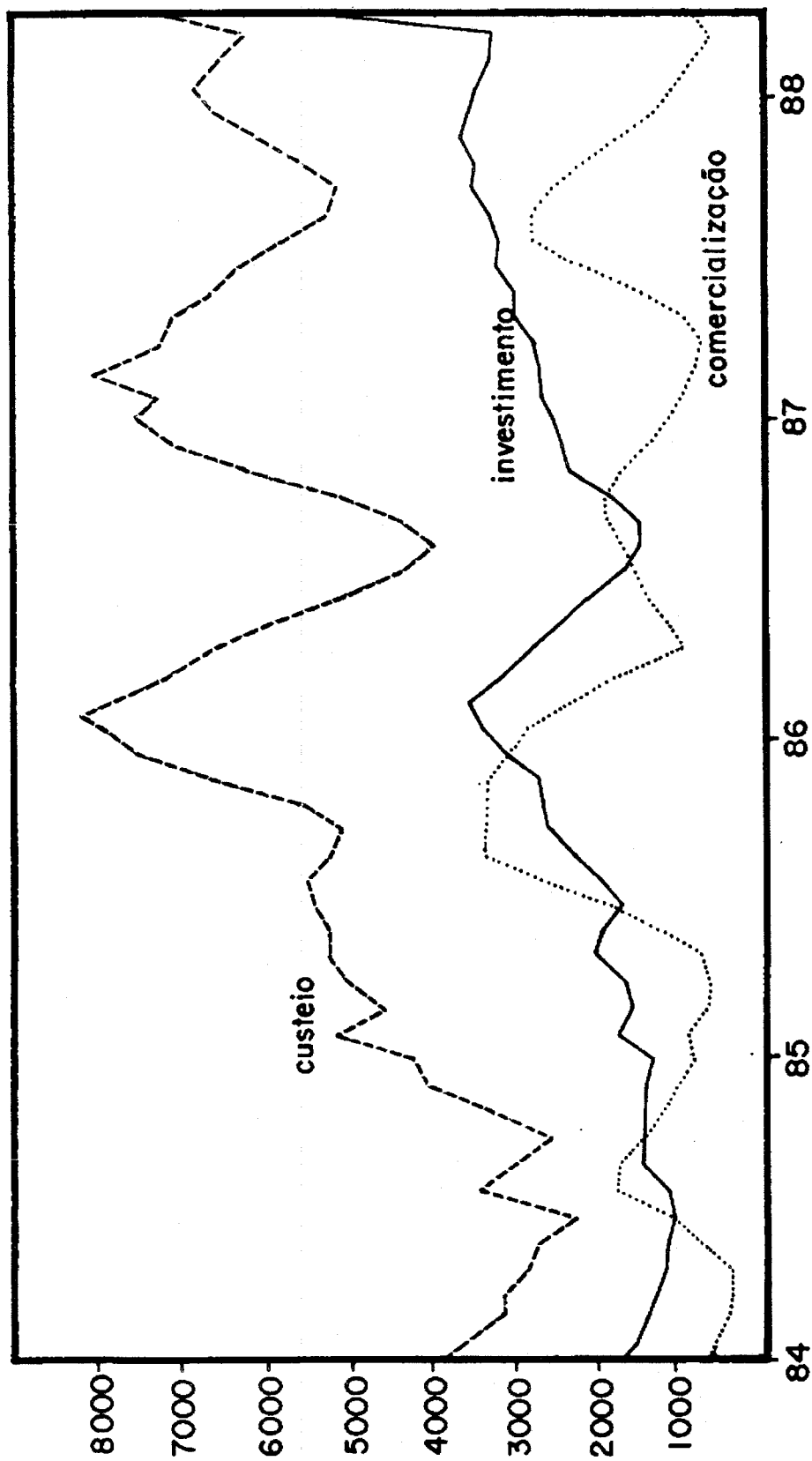


FIGURA 2. - Operações de Crédito do Banco do Brasil, Dezembro/84-Fevereiro/89, Saldos em NCz\$ milhão de Julho/89.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

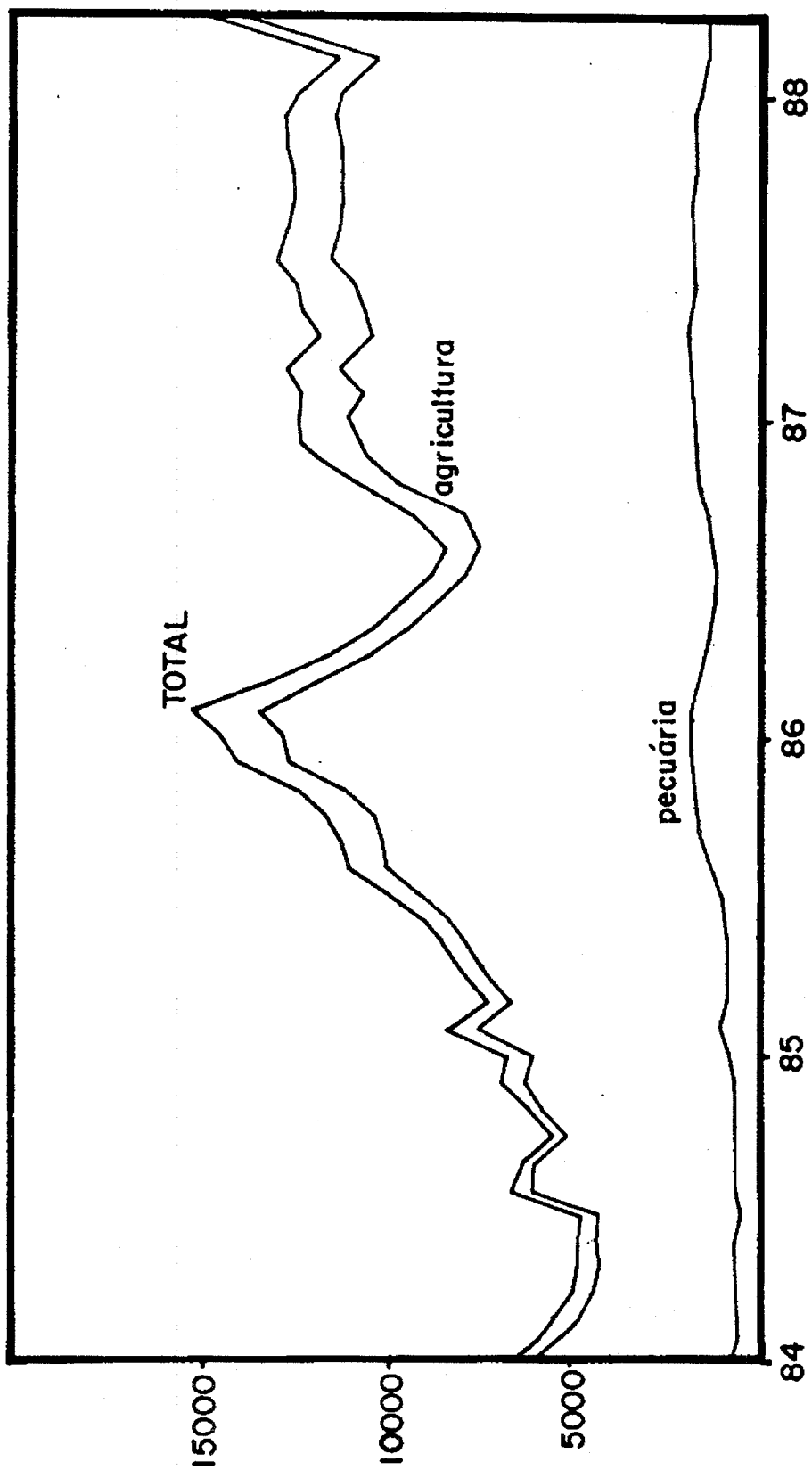


FIGURA 3. - Operações de Crédito do Banco do Brasil, Dezembro/84-Fevereiro/89, Saldos em NCz\$ milhão de Junho/89.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 1. - Variação no Crédito Concedido por Parte do Produtor, Brasil, 1988/87⁽¹⁾

Porte do produtor	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Nº Δ%	Valor Δ%	Nº Δ%	Valor Δ%	Nº Δ%	Valor Δ%	Nº Δ%	Valor Δ%
Pequeno	-54,8	-36,7	-43,7	-41,0	-39,6	-39,7	-53,0	-37,5
Médio	-54,8	-32,8	-62,3	-38,9	20,7	0,3	-53,5	-32,4
Grande	-57,1	-37,8	-66,0	-43,7	1,9	-10,3	-55,1	-36,4
Cooperativa	-10,7	4,4	30,1	89,4	36,9	4,2	11,9	8,5
Outros	-67,0	-86,7	-74,0	-69,7	-28,7	-41,8	-34,8	-44,6
Total	-54,9	-33,6	-50,5	-38,7	17,6	-13,8	-53,0	-32,0

(¹) Dados Provisórios.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 2. - Crédito Rural Concedido Segundo a Origem dos Recursos, Valores Reais⁽¹⁾, Brasil, 1987

(em milhão de NCz\$)

Tipo de Instituição	Finalidade	Origem dos Recursos					Total
		Recursos Obrigatórios MCR-18	Recursos do Tesouro	Poupança rural	Outras fontes	Total	
Bancos Oficiais Federais							
Banco do Brasil							
	Custeio	3.360,4	6.053,1	3.260,0	717,4	13.390,9	
	Investimento	450,6	399,9	1.897,8	55,9	2.804,1	
	Comercialização	875,0	1.649,0	177,2	12,0	2.713,2	
	Total	4.686,0	8.101,9	5.335,0	785,3	18.908,2	
Outros							
	Custeio	68,1	60,5	-	16,3	144,9	
	Investimento	45,1	193,3	-	42,3	280,7	
	Comercialização	5,8	2,8	-	0,5	9,2	
	Total	118,9	256,6	-	59,2	434,7	
Demais Instituições Financeiras							
	Custeio	2.531,7	85,1	-	443,3	3.060,1	
	Investimento	591,2	317,3	-	51,0	959,6	
	Comercialização	195,6	59,7	-	37,5	292,8	
	Total	3.318,6	462,1	-	531,8	4.312,5	
Total Geral							
	Custeio	5.960,2	6.198,6	3.260,0	1.177,0	16.595,9	
	Investimento	1.086,9	910,6	1.897,8	149,2	4.044,4	
	Comercialização	1.076,4	1.711,5	177,2	50,1	3.015,2	
	Total	8.123,5	8.820,7	5.335,0	1.376,3	23.655,5	

⁽¹⁾ Em milhão de cruzados novos de junho/89, segundo o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Março 1986 = 100.

QUADRO 3. - Crédito Rural Concedido Segundo a Origem dos Recursos, Valores Reais⁽¹⁾, Brasil, 1988⁽²⁾

(em milhão de NCz\$)

Tipo de instituição	Finalidade	Origem dos Recursos				Total
		Recursos Obrigatórios MCR-18	Recursos do Tesouro	Poupança rural	Outras fontes	
Bancos Oficiais Federais Banco do Brasil	Custeio	2.845,1	1.925,3	4.308,6	243,2	9.322,2
	Investimento	217,3	198,8	1.630,0	10,2	2.056,3
	Comercialização	674,1	1.688,7	14,0	0,9	2.377,7
	Total	3.736,4	3.812,8	5.952,6	254,3	13.756,1
Outros	Custeio	27,7	9,0	32,9	4,2	73,7
	Investimento	17,1	61,2	36,6	5,7	120,5
	Comercialização	3,6	4,8	2,2	0,4	11,0
	Total	48,3	74,9	71,7	10,3	205,2
Demais Instituições Financeiras	Custeio	1.419,6	13,1	-	188,6	1.621,3
	Investimento	179,1	82,3	-	41,6	303,0
	Comercialização	139,1	45,9	-	24,8	209,8
	Total	1.737,8	141,3	-	255,0	2.134,1
Total Geral	Custeio	4.292,3	1.947,4	4.341,5	435,9	11.017,2
	Investimento	413,4	342,3	1.666,6	57,5	2.479,8
	Comercialização	816,8	1.739,3	16,2	26,1	2.598,4
	Total	5.522,5	4.029,0	6.024,3	519,6	16.095,4

(1) Em milhão de cruzados novos de junho/89, segundo o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Março 1986 = 100.

(2) Dados Provisórios.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS

-PANORAMA GERAL

Tradicionalmente associa-se o desempenho da agricultura às condições de demanda, tanto doméstica quanto internacional. Examinando-se essas variáveis na década de 80 observa-se que até sua metade, aproximadamente, o setor rural se moldou, em termos gerais, à evolução da economia brasileira e mundial. Nos últimos anos, todavia, tem-se observado um dinamismo no setor, que destoa do desempenho da economia nacional. Esse fato surpreende ainda mais quando se verifica que algumas culturas predominantemente de mercado interno vêm apresentando resultados favoráveis, enquanto o nível de renda doméstico permanece estagnado.

Ao lado dessas condições desfavoráveis no mercado, verificou-se, nas últimas safras, uma ponderável redução na oferta de crédito agrícola, associada à eliminação dos subsídios. O grande agente financeiro do setor rural, na atualidade, é o Banco do Brasil, responsável por 80% dos empréstimos ao setor em 1988. Concomitantemente à saída do setor privado na oferta de liquidez para os produtores, ocorreu o escasseamento dos recursos do Tesouro Nacional para esse fim, haja vista que, até 1985, dos recursos do Banco do Brasil (BB) destinados ao crédito rural, 80% provinham de repasses do Tesouro, enquanto em 1988, essa percentagem se reduziu a 28%. A situação se afigura mais grave ainda se se lembrar que a grande fonte de recursos do BB é a Caderneta Verde. Com isso, há um evidente descompasso entre a estrutura do ativo e do passivo do agente financeiro, pois enquanto um crédito (ativo) do banco tem um período mínimo de oito meses para ser resgatado, a Caderneta Verde (passivo) permite saques mensais. Logo, numa conjuntura econômica que frequentemente se aproxima da hiperinflação, não é descartável a hipótese de um grande volume de saques de Caderneta Verde, assim como de outros ativos financeiros, inviabilizando a oferta adequada de crédito para os agriculto-

res.

Todavia, parece que o setor agrícola conseguiu, pelo menos em parte, superar essas adversidades. Nesse momento, uma das perguntas que está na cabeça dos estudiosos do setor é qual foi o sucesso do ajuste que permitiu à agricultura ter um bom desempenho com escassez de crédito, inexistência de subsídios e retração da demanda?

Uma das hipóteses mais consistentes levantadas para responder a questão privilegia os aspectos tecnológicos e o emprego de insumos. Sumariamente, pode-se dizer que os produtores estariam utilizando técnicas mais racionais, poupadoras de insumos, absorvendo ganhos de produtividade oriundas de pesquisa. O setor produtor de insumos, por sua vez, teria, de um lado, aumentado a eficiência de seus produtos e, de outro, absorvido parte do ajuste através de uma política de preços mais moderada. Uma análise da evolução recente dos fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas pode contribuir para o entendimento dessa questão e, ao mesmo tempo, fornecer elementos para prognósticos do desempenho do setor.

-FERTILIZANTES

Em 1988, o consumo efetivo de fertilizantes no Brasil apresentou crescimento de 7,3%, totalizando cerca de 10,1 milhões de toneladas do produto contra 9,4 milhões de toneladas em 1987. Também, estima-se que as vendas de calcário agrícola no País mostraram, em 1988, incremento de 29,0%, perfazendo 16,2 milhões de toneladas. Esses acréscimos são explicados, principalmente, pela recuperação dos preços reais de alguns produtos agrícolas nos mercados internacional e interno (quadro 4).

A cultura que mais demandou fertilizantes, em 1988, foi a de soja, com consumo estimado de 2,1 milhões de toneladas de produto, com acréscimo de 21,9% em relação ao ano prece-

dente; seguida da cana-de-açúcar; 1,7 milhão e de milho, 1,4 milhão, com aumentos de, respectivamente, 5,6% e 3,0%. Também observou-se incremento em diversas culturas entre as quais: laranja (17,9%), café (13,3%), feijão (16,3%), fumo (15,9%) e tomate (14,1%). Por outro lado, registrou-se decréscimo em algumas culturas como trigo (-5,7%) e algodão herbáceo (-5,3%) (quadro 5).

Os agricultores terminaram 1988 com estoque de fertilizantes de 530 mil toneladas de produto, volume inferior em 320 mil toneladas ao estoque inicial. Por essa razão, o consumo efetivo de fertilizantes superou as vendas de fertilizantes no Brasil, as quais com a estiagem ficaram abaixo das expectativas, totalizando 9,765 milhões de toneladas de produto, praticamente no mesmo nível do ano anterior (acréscimo de 1,2%).

Desse total de fertilizantes entregues, em 1988, São Paulo absorveu a maior parte (26,1%), seguido do Rio Grande do sul (13,3%), Paraná (13,2%), Minas Gerais (10,9%), Goiás (8,9%), destinando-se o restante aos demais Estados (quadro 6).

Essa estabilização das vendas e o elevado estoque inicial das indústrias contribuíram para que houvesse retração tanto na produção nacional de fertilizantes (-3,5%) como na importação (-16,8%), em relação ao ano anterior. No início de 1989, com o Plano Verão, a manutenção de grandes estoques (1,8 milhão de toneladas de produto) passou a ter um custo muito elevado diante dos altos juros no mercado financeiro, constituindo fator limitante na produção das indústrias que procuraram diminuir o ritmo no primeiro semestre, registrando-se queda de 14,4% em relação ao mesmo período de 1988, totalizando cerca de 2,4 milhões de toneladas de produto, tendo em vista o decréscimo na produção de fosfatados (-25,5%). Quanto às matérias-primas também registrou-se decréscimo, exceto de amônia anidra (quadro 7).

Ressalte-se que os fertilizantes potássicos apresentaram crescimento na produção, no referido período. Contudo, o Brasil, produz apenas 4,3% de suas necessidades (a produção nacional em 1988 foi de 93 mil toneladas de produto contra 2,125 milhões de toneladas importadas), sendo, portanto, esse aumento insignificante.

A queda na produção interna no primeiro semestre de 1989 refletiu-se nas importações brasileiras de fertilizantes que, segundo estimativas, decresceram 15,3% quando comparadas com as de igual período de 1988, fixando-se em 995,0 mil toneladas de produto. Quanto às matérias-primas, também, registrou-se decréscimo de importação, tendo-se inclusive constatado a não aquisição de amônia anidra e ácido sulfúrico no referido período.

O Conselho Interministerial de Preços (CIP), no período de janeiro a julho de 1989, autorizou cinco reajustes nos preços dos fertilizantes pagos pelos agricultores, tendo-se calculado acréscimos em termos correntes que variaram em média 195,6% no caso dos fertilizantes formulados e 134,9% para os simples no referido período.

Os principais fatores que contribuíram para essa elevação nos preços foram: a) aumento dos custos de produção industrial; b) os fertilizantes que eram isentos do ICMS, passaram a ser taxados, de acordo com o Convênio ICMS nº 60, de 29/05/89, com redução de 50% da base de cálculo do ICMS; c) elevação das tarifas portuárias, encarecendo os custos de descargas dos fertilizantes importados; e d) acréscimos dos preços dos principais fertilizantes importados. Os preços correntes de fertilizantes e de suas matérias-primas, nas principais regiões do mundo, em junho de 1989, apresentaram-se, de modo geral, superiores aos observados nesse mesmo mês em 1986, 1987 e 1988 (quadro 8).

No caso do calcário agrícola, no Estado de São Paulo, em julho de 1989, os preços situaram-se em NCz\$38,32/t, com acréscimo de 1.156,4% em termos correntes e 17,1% em termos reais, em relação aos de julho de 1989 (quadro 9).

No Brasil, o volume de fertilizantes entregues, segundo fontes do setor, no período de janeiro a julho decresceu 6,8% em relação ao mesmo período do ano passado, fixando-se em 4,047 mil toneladas de produto. Do total de fertilizantes entregues, a Região Centro-Sul absorveu a maior parte (90,6%).

Com o congelamento dos preços de fertilizantes durante o Plano Verão, os juros altos no mercado financeiro e a demora nas definições das políticas agrícolas, os agricultores não se sentiram motivados a anteciparem as compras,

deixando para adquiri-los mais próximo do plantio. Como consequência, deverá ser registrado grande acúmulo de entregas no segundo semestre de 1989, provocando dificuldades de transporte, o que resultará em atraso no recebimento do produto, além de maior custo do frete, com encarecimento do preço final.

A previsão do setor de fertilizantes para 1989 é que o consumo efetivo no Brasil apresente uma redução em torno de 5,0% em relação ao do ano anterior. Os principais fatores que deverão condicionar o decréscimo na demanda são: a) escassez de recursos do crédito rural; b) conjuntura desfavorável para comercialização de alguns produtos agrícolas; c) retração em torno de 10% na área plantada de soja, principal cultura consumidora, e queda do poder de compra dos sojicultores; d) diminuição do consumo de fertilizantes na cultura de trigo; e e) indefinição dos preços do café no mercado internacional. É previsto, contudo, maior uso de adubo nas culturas de laranja, algodão e milho (quadro 10).

-TRATOR

O bom desempenho da agricultura na safra 1987/88 levou o setor produtor de máquinas agrícolas a projetar para 1988 um volume de vendas de 50.000 unidades de tratores, 10% superior ao realizado no ano anterior. Na realidade, entretanto, foram vendidos apenas 33.924 unidades para o mercado interno e 10.603 unidades exportadas, totalizando 44.557 unidades comercializadas pelo setor. A produção, por sua vez, reduziu-se de 54.748 unidades, em 1987, para 44.802 unidades em 1988. Com isso confirma-se a tendência de queda na produção nacional de tratores detectada já em 1984, com breve interrupção em 1986, por conta do Plano Cruzado (quadro 11).

Esses números sugerem a perda de dinamismo da indústria de máquinas, que passou de uma capacidade instalada de 100.000 unidades/ano na década de 70 para 80.000 unidades/ano atualmente. Adicione-se a esse quadro, a capacidade ociosa do setor de 32% e 44% em 1987 e 1988, respectivamente.

A redução nas aquisições dos tratores no mercado interno pode ser entendida, pelo fato

de ser um bem de capital, cujo uso está relacionado a aumentos de área ou processo de modernização. No curto prazo, por sua vez, a elevação de preços da ordem de 1.160%, em 1988, contra uma inflação de 994,3%, medida pelo IGP, deve ter pesado muito na retração das vendas. Com base nessas considerações pode-se concluir que, no longo prazo, não há razões para se esperar aumentos significativos na demanda por máquinas agrícolas.

Para 1989, o setor de tratores elaborou uma estimativa de produção de 49.000 unidades, 10% maior do que o resultado de 1988. No primeiro semestre, todavia, tanto a produção quanto as vendas para os mercados interno e externo declinaram 30,7%, 14,8% e 49,7%, respectivamente (quadro 12).

A redução de venda interna do segmento de tratores de rodas foi em parte compensada pelo aumento da potência das unidades comercializadas, situadas na faixa de 100 a 199 CV, que vem aumentando sua participação no mercado desde 1986. Uma possível causa para essa mudança é a incorporação de extensas áreas de fronteira agrícola no Centro-Oeste, pelos grandes produtores de grãos que não dependem tanto do crédito oficial.

Em maio de 1989 registrou-se um problema de desabastecimento de pneus, motores, etc, basicamente causado pelo desalinhamento dos preços das matérias-primas em relação às autopeças, que fora agravado pelo congelamento decretado no Plano Verão. A partir de julho, as planilhas de custos que são encaminhadas ao Conselho Interministerial de Preços (CIP), para exame, são indexadas aos Bônus do Tesouro Nacional (BTN fiscal). Com isso, os preços do setor não ficam congelados enquanto o CIP estuda a concessão de novos reajustes. No primeiro semestre, os preços dos tratores permaneceram abaixo da inflação, subindo 190,7% até agosto. O IGP acusou aumento de 229,84% de janeiro a julho de 1989.

Tradicionalmente, em setembro e outubro registram-se grande movimentação na venda de tratores por ser época do preparo do solo para muitas culturas. Entretanto, a escassez de recursos para financiar o setor agrícola levou os produtores de máquinas a revisar suas estimativas de vendas até o final do ano que agora situam-se entre 29.000 e 33.000 unidades.

-DEFENSIVOS

No setor de defensivos agrícolas, em 1988, o faturamento no mercado interno superou a cifra de 1 bilhão de dólares (US\$1.022 milhões) contra US\$826,3 milhões do ano anterior, apresentando acréscimo de 23,7%. Nos últimos cinco anos, o setor cresceu em média 8,6% a.a., taxa essa acima das projetadas pelos especialistas internacionais para 1987/89, onde o Brasil encontrava-se no rol dos países de maior taxa de crescimento estimada, ou seja, 6% a.a, superada apenas pela Argentina 9,0% a.a. Em 1987, o Brasil foi o quinto maior consumidor mundial de defensivos, após EUA, Japão, França e URSS, e representou 4,4% do mercado mundial (quadro 13).

O segmento que apresentou maior incremento (78,8%) foi o dos acaricidas, cujas vendas passaram de US\$38,4 milhões em 1987 para US\$68,6 milhões em 1988. Esse acréscimo se refletiu na taxa geométrica de crescimento médio anual, de 28,7% a.a. no período de 1984 a 1988, do segmento acaricida, seguido pelos fungicidas (11,9% a.a.), herbicidas (7,8% a.a.), inseticidas (5,7% a.a.) e formicidas (2,1% a.a.)

O aumento do faturamento em acaricidas encontra-se na razão direta com a expansão de mercado de defensivos agrícolas para citricultura, para a qual se registrou dentre todas as culturas o maior crescimento no valor das vendas nos últimos cinco anos. A taxa geométrica de crescimento médio anual do mercado de defensivos agrícolas para citrus no período foi de 28,8% a.a., seguido por trigo (18,8% a.a.), café (14,0% a.a.) e cana-de-açúcar (10,1% a.a.). O crescimento do mercado de defensivos agrícolas para a cultura do trigo é resultante das vendas dos novos fungicidas sistêmicos de alto valor unitário (triazoles e benzamidozoles). Muitos atribuem a esses produtos, o aumento da produtividade de trigo de 1.200kg/ha, em 1984 para mais de 1.600kg/ha, em 1988.

Em 1989, estimativas preliminares do valor das vendas das doze maiores empresas, que compreendem cerca de 75% do mercado total, indicam para o primeiro semestre a cifra de US\$303,2 milhões, valor pouco inferior (-0,4%) ao do mesmo mercado no ano anterior. Por segmento, os herbicidas (cerca de 48% das vendas) apresentaram crescimento estimado de

14% sobre o ano anterior; inseticidas e acaricidas apresentaram acréscimo de 3,2% com 30,5% das vendas. Apenas os fungicidas, com 21% do total, sofreram um decréscimo de 25% em relação ao ano anterior. O aumento no uso dos herbicidas (tratos culturais) pode ser relacionado com a continuidade da posição favorável dos preços dos produtos agrícolas em relação a esse insumo, especialmente da soja, cujos produtores reabasteceram seus estoques para a safra 1989/90.

No caso das demandas por inseticidas e acaricidas, mais relacionadas com as condições fitossanitárias, o aumento nas vendas esteve relacionado com altas infestações de lagartas na cultura da soja e algodão e continuidade do ataque do ácaro da leprose em citrus.

Para os fungicidas, as boas condições fitossanitárias do trigo e seu poder de troca desfavorável refletiram sensivelmente na queda da demanda desse segmento.

Embora se estime uma retração no valor final das vendas de fungicidas em 1989, espera-se para o setor todo um crescimento real da ordem de 5% nas vendas, calcadas na boa performance do setor de herbicidas no primeiro semestre e a continuidade da alta demanda por acaricidas.

Em relação aos preços dos defensivos agrícolas, o reajuste setorial médio em 1988 foi de 827,45% contra uma variação de 1.037,56% do IGP e 955,01% da taxa cambial. No primeiro semestre de 1989, o reajuste foi de 151,16% contra a variação de 229,84% do IGP e 186,30% da taxa cambial.

Para a próxima safra de verão, considerando os preços dos agroquímicos no período de agosto de 1988 a julho de 1989, o reajuste setorial médio foi de 877,07%, também inferior ao IGP do período (972,65%), superior porém à variação cambial (795,42%).

Dentre os produtos sob controle do CIP ou "cipados" no segmento dos inseticidas, o grupo dos produtos mais recentes (piretróides) sofreu elevações de preços superiores aos da média setorial e dos fosforados tradicionais. Entre os demais, destaca-se o acréscimo de 1.215,18% no preço do thiodan, produto clorado recomendado, juntamente com o Decis, ao manejo integrado de pragas de algodão. Produtos de dimetoato (Perfection) e parathion etílico (Folidol), que

QUADRO 4. - Consumo Efetivo e Estoques de Fertilizantes, Brasil, 1986-88

(em mil t de produto)

Discriminação	1986	1987	1988 ⁽¹⁾
Estoque inicial (indústria) (a)	1.024	1.295	2.066
Produção (b)	6.150	6.314	6.094
Importação (c)	3.476	3.821	3.179
Consumo aparente (b + c)	9.626	10.135	9.273
Exportação (d)	30	64	87
Micros/outros/quebras ⁽²⁾ (e)	326	345	352
Disponibilidade (a + b + c - d + e) (f)	10.946	11.711	11.604
Estoque final (indústria) (g)	1.295	2.066	1.839
Entregas (f - g) (h)	9.651	9.645	9.765
Estoque inicial (agricultor) (i)	810	600	850
Estoque final (agricultor) (j)	600	850	530
Consumo efetivo (h + i - j)	9.861	9.395	10.085

⁽¹⁾ Dado preliminar.

⁽²⁾ Referem-se a matérias-primas portadoras de micronutrientes e macronutrientes secundários, inertes e perdas no processo.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

QUADRO 5. - Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1987-88

Cultura	Área plantada (1.000ha)		Consumo por cultura (t produto)	
	1987 ⁽¹⁾	1988 ⁽²⁾	1987	1988
Soja	10.514	11.599	1.700.000	2.072.000
Cana-de-açúcar	4.970	4.968	1.620.000	1.710.000
Milho	13.142	13.023	1.340.000	1.380.000
Café ⁽³⁾	2.928	2.914	810.000	918.000
Arroz	5.961	5.547	850.000	797.000
Trigo	3.417	3.417	750.000	707.000
Feijão	5.937	5.610	435.000	506.000
Laranja	816	844	290.000	342.000
Algodão herbáceo	1.846	1.691	300.000	284.000
Fumo	292	315	220.000	255.000
Batata	173	159	250.000	228.000
Banana	457	457	130.000	134.000
Pastagens	4.515	4.515	75.000	102.000
Tomate	62	62	78.000	89.000
Mandioca	1.771	1.771	85.000	89.000
Olerícolas	361	361	80.000	87.000
Cacau	666	654	100.000	81.000
Reflorestamento	422	422	27.000	59.000
Frutas	282	284	57.000	45.000
Cebola	70	70	26.000	29.000
Sorgo	196	190	28.000	28.000
Cevada	105	106	18.000	20.000
Aveia	120	120	19.000	19.000
Abacaxi	46	45	20.000	18.000
Amendoim	102	95	18.000	16.000
Mamona	274	268	15.000	15.000
Alho	14	15	12.000	13.000
Uva	58	58	11.000	11.000
Outras ⁽⁴⁾	1.840	1.827	31.000	31.000
Total	61.357	61.407	9.395.000	10.085.000

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (nov./88).

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: Prognóstico da Produção Agrícola (nov./88).

(3) Pés em produção.

(4) Referem-se a algodão arbóreo, centeio, coco, dendê, flores, guaraná, juta, malva, pimenta-do-reino, rami, sisal.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e Empresas do Setor.

QUADRO 6. - Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1988/89

Região e Estado	1988									
	Nutriente					Nutriente				
	Produto	N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total	Produto	N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total
(em toneladas)										
Jan./Jun./89										
Região Sul										
Rio Grande do Sul	1.302.352	101.132	224.514	229.201	554.847	494.572	46.987	85.436	83.289	215.712
Santa Catarina	255.555	30.683	40.676	31.828	103.187	155.953	18.045	25.603	21.312	64.960
Subtotal	1.557.907	131.815	265.190	261.029	658.034	650.555	65.032	111.039	104.601	280.672
Região Centro										
Distrito Federal						897	126	98	121	345
Espírito Santo	130.879	24.735	10.214	16.316	51.265	57.874	13.210	4.431	5.873	23.514
Goiás	865.891	44.889	164.180	118.278	327.347	151.472	9.574	26.107	20.054	55.735
Mato Grosso	500.787	15.878	124.887	103.093	243.858	106.130	2.228	21.847	18.493	42.568
Mato Grosso do Sul	435.446	15.931	88.238	66.411	170.580	135.262	4.938	28.796	20.452	54.186
Minas Gerais	1.064.490	102.334	134.453	127.901	364.688	316.342	26.539	33.288	37.103	106.930
Paraná	1.291.345	96.970	226.965	168.469	492.404	552.170	49.890	98.087	73.114	221.091
Rio de Janeiro	46.751	4.290	5.746	4.985	15.021	18.856	1.551	2.313	1.952	5.816
São Paulo	2.550.199	236.532	322.279	351.609	910.420	990.436	96.524	120.534	136.086	353.144
Ajustes	271.752	27.367	36.745	40.458	104.570	80.714	7.509	11.488	10.873	29.870
Subtotal	7.258.540	568.926	1.113.707	997.520	2.680.153	2.410.153	222.089	346.989	324.121	893.199
Região Nordeste										
Alagoas	193.684	26.832	22.117	30.499	79.448	82.409	11.836	7.436	13.708	32.980
Bahia	329.864	27.198	55.320	47.394	129.912	86.304	8.915	12.202	11.235	32.352
Ceará	14.067	3.638	926	1.275	5.839	5.327	1.347	291	424	2.062
Maranhão	31.657	2.017	7.314	5.200	14.531	6.210	703	1.399	721	2.823
Paraíba	56.692	8.167	5.266	10.431	23.864	25.077	3.682	2.061	5.016	10.759
Pernambuco	195.476	30.730	18.434	33.507	82.671	80.956	12.627	7.507	15.448	35.582
Piauí	8.792	987	1.788	1.452	4.227	4.339	512	667	544	1.723
Rio Grande do Norte	28.194	3.646	3.448	5.267	12.361	13.131	1.917	1.588	2.243	5.748
Sergipe	25.090	3.728	3.562	3.262	10.552	10.847	1.525	1.445	1.472	4.442
Ajustes	35.218	4.422	4.610	5.410	14.442	1.904	269	216	317	802
Subtotal	918.734	111.365	122.785	143.697	377.847	316.564	43.333	34.812	51.128	129.273
Região Norte										
	30.205	2.846	5.669	4.039	12.554	12.056	1.376	2.408	1.627	5.411
Brasil	9.765.386	814.952	1.507.351	1.406.285	3.728.588	3.389.328	331.830	495.248	481.477	1.308.555

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-Brasil), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo (SIMPIFESP), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste (SIACAN).

QUADRO 7. - Produção e Importação de Matérias-Primas para Fertilizantes, Brasil, 1987/89

Item	1988				1989		Variação(%)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)	(b/a)	(d/c)
Amônia anidra (t de N)								
Produção nacional	789.071	778.156	390.667	402.855	-1,4	3,1	-1,4	3,1
Importação	28.972	15.609	-	-	-46,1	-	-46,1	-
Rocha fosfática (t de P ₂ O ₅)								
Produção nacional	1.607.802 ⁽²⁾	1.576.548	784.352 ⁽²⁾	588.886	-1,9	-24,9	-1,9	-24,9
Importação	39.440	48.430	15.203	13.600	22,8	-10,5	22,8	-10,5
Ácido fosfórico (t de P ₂ O ₅)								
Produção nacional	621.018 ⁽²⁾	684.378	335.528	284.549	10,2	-15,2	10,2	-15,2
Importação	285.636	243.372	53.053	23.910	-14,8	-54,9	-14,8	-54,9
Ácido sulfúrico (t de produto)								
Produção nacional	2.723.905 ⁽²⁾	2.912.257	1.409.127	1.208.064	6,9	-14,3	6,9	-14,3
Importação	20.896	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Dado preliminar.

⁽²⁾ Dado retificado.

QUADRO 8. - Preços Internacionais dos Principais Fertilizantes e Matérias-Primas⁽¹⁾, 1986/89

(em US\$/tonelada métrica - FOB, a granel)

Produto e origem	Jun./86	Jun./87	Jun./88	Jun./89
Sulfato de amônio				
Estados Unidos - Golfo	39-45	45-50	50-57	62-67
Europa Ocidental	32-35	45-50	50-55	60-64
Uréia				
Estados Unidos - Golfo	95-100	85-95	120-125	95-100
Europa Ocidental	95-105	100-110	130-140	140-150 ⁽²⁾
Cloreto de potássio ⁽³⁾				
Europa Ocidental	75-80	70-75	86-89	98-99
Canadá	70-71	68-72	82-87	98-99
Ácido fosfórico (100/P ₂ O ₅)				
Estados Unidos - Golfo	290-305	250-255	320-323	332-342
África do Norte	285-305	250-260	295-310	415-425
Fosfato di-amônio (DAP)				
Estados Unidos - Golfo	150-152	167-171	186-188	162-164
África do Norte	190-195	170-175	205-210	225-238
Superfosfato triplo				
Estados Unidos - Golfo	115-120	138-142	151-154	138-143
África do Norte	140-145	140-145	162-165	158-160

(1) Preços correntes, valores mínimos e máximos, na última semana de cada mês.

(2) Dado referente ao mês de maio de 1989.

(3) Tipo padrão.

Fonte: Publicações especializadas. Elaborado pelo Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 9. - Preços de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores, Cidade de São Paulo, Julho de 1988 a Julho de 1989

(em NCz\$/t)

Ano e mês	Sulfato de amônia		Superfosfato triplo ⁽¹⁾		Cloreto de potássio		Calcário ⁽²⁾		
	Corrente	Real ⁽³⁾	Índice real ⁽⁴⁾	Corrente	Real ⁽³⁾	Índice real ⁽⁴⁾	Corrente	Real ⁽³⁾	Índice real ⁽⁴⁾
1988									
Junho	29,91	282,81	100	55,51	524,87	100	38,12	360,44	100
Julho	37,52	291,90	103	67,57	525,68	100	48,12	374,36	104
Agosto	46,39	293,67	104	79,60	503,90	96	60,12	380,59	105
Setembro	57,37	288,79	102	103,98	523,42	100	74,35	374,27	104
Outubro	62,74	247,54	88	118,37	467,03	89	82,23	324,44	90
Novembro	84,61	260,87	92	165,51	510,29	97	111,86	344,88	96
Dezembro	94,99	227,23	80	205,30	491,11	93	143,92	344,28	95
1989									
Janeiro	114,69	200,91	71	259,25	454,15	86	166,44	291,56	81
Fevereiro	127,13	199,19	70	293,32	459,58	87	180,66	283,06	78
Março	127,13	191,11	67	293,32	440,94	84	180,66	271,58	75
Abril	153,00	218,69	77	298,50	426,67	81	212,00	303,03	84
Maiο	163,20	206,88	73	312,36	395,96	75	252,61	320,22	89
Junho	215,84	215,84	76	359,37	359,37	68	299,91	299,91	83
Julho	359,24	260,54	92	489,97	355,35	68	465,25	337,43	94

(1) Fertilizante granulado.

(2) Média de dois tipos de calcário: "Faixa A" e "Faixa B".

(3) Valores em cruzado novo de junho de 1989, corrigido pelo índice 2 da FGV.

(4) Índice simples, base junho de 1988 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 10. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Alguns Fertilizantes, Estado de São Paulo, 1988/89

	1988												1989											
	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Jun.	Jul.								
Algodão em caroço (15kg)																								
Sulfato de amônio	350	380	392	407	307	292	271	265	238	239	226	182	222	348										
Superfosfato triplo ⁽¹⁾	650	684	672	738	579	571	587	599	548	552	441	348	370	475										
Cloreto de potássio	446	487	508	528	402	386	411	384	338	340	313	282	309	451										
Arroz em casca (60kg)																								
Sulfato de amônio	171	159	153	152	125	136	115	111	113	115	127	119	125	185										
Superfosfato triplo ⁽¹⁾	318	287	263	275	235	265	249	251	261	266	247	227	209	252										
Cloreto de potássio	218	204	199	197	163	179	174	161	160	164	175	184	174	239										
Café beneficiado (60kg)																								
Sulfato de amônio	28	28	31	28	24	25	19	14	16	15	14	12	15	27										
Superfosfato triplo ⁽¹⁾	52	50	53	52	45	49	42	33	37	36	28	23	26	37										
Cloreto de potássio	35	35	40	37	31	33	29	21	23	22	20	19	21	35										
Cana-de-açúcar (t)																								
Sulfato de amônio	197	217	211	220	200	202	186	155	160	157	186	172	200	246										
Superfosfato triplo ⁽¹⁾	365	391	362	398	377	396	402	350	369	362	363	329	332	335										
Cloreto de potássio	251	278	274	285	262	267	282	225	227	223	257	266	277	319										
Milho (60kg)																								
Sulfato de amônio	293	289	252	246	182	178	153	149	164	175	219	185	181	316										
Superfosfato triplo ⁽¹⁾	544	520	432	445	343	348	331	337	378	404	427	354	302	430										
Cloreto de potássio	374	371	327	318	238	235	232	216	233	249	303	286	252	409										
Soja (60kg)																								
Sulfato de amônio	104	112	118	117	101	101	87	84	90	91	109	111	148	179										
Superfosfato triplo ⁽¹⁾	193	201	202	212	190	198	188	191	207	210	213	213	246	245										
Cloreto de potássio	133	143	153	152	132	134	132	123	128	129	151	172	205	232										

⁽¹⁾ Fertilizante granulado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 11. - Evolução da Produção e Vendas de Tratores, Brasil, 1984-89

Item	(em unidade)							Variação (%)	
	1984	1985	1986	1987 ⁽¹⁾	1988	1989		1988/87	
						janeiro-junho ⁽²⁾			
Trator de 4 rodas									
Produção	44.687	42.676	47.398	43.218	37.655	12.710	12.710		-12,9
Vendas mercado interno	40.849	39.982	42.335	36.158	28.150	11.712	11.712		-22,1
Exportação	3.291	3.275	5.353	6.358	9.129	2.195	2.195		43,6
Total de vendas	44.140	43.257	47.688	42.516	37.279	13.907	13.907		-12,3
Cultivador motorizado									
Produção	2.595	3.300	7.128	4.313	2.026	1.386	1.386		-53,0
Vendas mercado interno	2.566	3.139	6.558	3.593	1.859	1.320	1.320		-48,3
Exportação	213	259	467	641	357	139	139		-44,3
Total de vendas	2.779	3.498	7.025	4.234	2.216	1.459	1.459		-47,7
Microtrator									
Produção	1.155	1.238	4.497	4.540	2.303	1.042	1.042		-49,3
Vendas mercado interno	1.103	1.261	4.382	3.644	2.463	1.264	1.264		-32,4
Exportação	7	19	117	300	171	20	20		-43,0
Total de vendas	1.110	1.280	4.499	3.944	2.634	1.284	1.284		-33,2
Trator de esteiras									
Produção	1.348	1.762	2.409	2.677	2.818	1.003	1.003		5,3
Vendas mercado interno	1.198	1.600	2.245	2.010	1.452	816	816		-27,8
Exportação	227	216	200	599	946	460	460		57,9
Total de vendas	1.425	1.816	2.445	2.609	2.398	1.276	1.276		-8,1
Total									
Produção	49.785	48.976	61.432	54.748	44.802	16.141	16.141		-18,2
Vendas mercado interno	45.716	45.982	55.520	45.405	33.924	15.112	15.112		-25,3
Exportação	3.738	3.769	6.137	7.898	10.603	2.814	2.814		34,2
Total de vendas	49.454	49.851	61.657	53.303	44.527	17.926	17.926		-16,5

⁽¹⁾ Dado retificado.

⁽²⁾ Estimativa.

QUADRO 12. - Produção e Vendas de Tratores, por Tipo e Potência, Brasil, 1988/89

Item	(em unidade)				Variação (%)
	1988		1989		
	Junho (a)	Janeiro-Junho (b)	Junho ⁽¹⁾ (c)	Janeiro-Junho ⁽¹⁾ (d)	
Produção					
Cultivadores motorizados	212	1.210	286	1.386	34,9
Trator de esteiras	212	1.262	169	1.003	-20,3
Trator de rodas	3.731	20.831	4.492	13.752	20,4
Até 49 cv	218	1.202	258	1.042	18,3
De 50 a 99 cv	2.469	15.147	3.060	9.496	23,9
De 100 a 199 cv	1.037	4.460	1.169	3.170	12,7
Acima de 200 cv	7	22	5	44	-28,6
Total	4.155	23.303	4.947	16.141	19,1
Vendas mercado interno					
Cultivadores motorizados	201	1.118	286	1.320	42,3
Trator de esteiras	118	691	164	816	39,0
Trator de rodas	3.571	15.921	3.486	12.976	11,6
Até 49 cv	285	1.354	296	1.264	3,9
De 50 a 99 cv	2.346	11.022	2.624	8.632	11,8
De 100 a 199 cv	928	3.507	1.065	3.050	14,8
Acima de 200 cv	12	38	1	30	-91,7
Total	3.890	17.730	4.436	15.112	14,0
Exportações					
Cultivadores motorizados	16	296	1	139	-93,8
Trator de esteiras	49	357	91	460	85,7
Trator de rodas	467	4.941	522	2.215	11,8
Até 49 cv	11	65	13	20	18,2
De 50 a 99 cv	318	3.877	434	1.628	36,5
De 100 a 199 cv	138	998	74	560	-46,4
Acima de 200 cv	0	1	1	7	-
Total	532	5.594	614	2.814	15,4

(¹) Dado preliminar.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 13. - Quantidade e Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, 1986-88

Classe	1986	1987	1988	Variação (%)	
				(1987/86)	(1988/87)
Inseticida					
Produto comercial (t) (a)	54.392	45.993	45.537	-15,4	-1,0
Ingrediente ativo (t) (b)	16.910	14.109	14.979	-16,6	6,2
Valor (US\$) (c)	229.353.000	206.086.000	256.897.000	-10,1	24,6
Preço médio (US\$/t) (c/a)	4.217	4.481	5.642	6,26	25,9
Acaricida					
Produto comercial (t) (d)	6.200	4.849	7.684	-21,7	58,5
Ingrediente ativo (t) (e)	1.619	1.237	2.214	-23,6	79,0
Valor (US\$) (f)	48.122.000	38.395.000	68.654.000	-20,2	78,8
Preço médio (US\$/t) (f/d)	7.762	7.918	8.935	2,0	12,8
Formicida					
Produto comercial (t) (g)	10.624	13.070	11.469	23,0	-12,2
Ingrediente ativo(t) (h)	53	63	56	18,9	-11,1
Valor (US\$) (i)	4.279.000	6.660.000	6.979.000	55,6	4,8
Preço médio (US\$/t) (i/g)	403	510	608	26,5	19,2
Fungicida					
Produto comercial (t) (j)	36.370	28.687	29.901	-21,1	4,2
Ingrediente ativo(t) (l)	22.105	17.545	20.541	-20,6	17,0
Valor (US\$) (m)	185.497.000	173.733.000	183.215.000	-6,3	5,4
Preço médio (US\$/t) (m/j)	5.100	6.056	6.127	18,7	1,2
Herbicida					
Produto comercial (t) (n)	58.495	51.936	54.381	-12,0	4,7
Ingrediente ativo(t) (o)	28.350	24.471	25.777	-13,6	5,3
Valor (US\$) (p)	368.747.000	401.431.000	506.224.000	8,9	26,1
Preço médio (US\$/t) (p/n)	6.298	7.729	9.309	22,7	20,4
Total					
Produto comercial (t) (q)	166.135	144.535	148.972	-13,0	3,1
Ingrediente ativo(t) (r)	69.037	57.425	63.567	-16,8	10,7
Valor (US\$) (s)	835.998.000	826.305.000	1.021.969.000	-1,1	23,7
Preço médio (US\$/t) (s/q)	5.032	5.717	6.860	13,6	20,0

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG). Dados Elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 14. - Preços Máximos dos Principais Defensivos Agrícolas Tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços, a Nível Nacional, 26 de Julho de 1988⁽¹⁾ a 29 de Julho de 1989⁽²⁾

Classe e produto	Ingrediente ativo	Unidade	(em NCz\$/unidade)		Variação (%)
			Preço para o produtor rural ⁽³⁾		
			CIP 26/07/88 (a)	CIP 29/07/89 (b)	
					(continua)
Inseticida					
Ambush 500 CE	Permetrin	fr. c/ 1ℓ	12.832,82	136,82	966,17
Azodrim 400	Monocrotophos	fr. c/ 1ℓ	1.964,13	16,60	745,15
Azodrim 600	Monocrotophos	fr. c/ 1ℓ	2.175,40	20,66	849,70
Belmark 30 CE	Fenvalerate	fr. c/ 1ℓ	7.059,27	74,63	957,19
Decis CE	Deltametrina	fr. c/ 1ℓ	4.385,71	48,75	1.011,56
Dipterex 500	Trichlor fon	fr. c/ 1ℓ	982,16	9,10	826,53
Folidol 600	Parathion metílico	fr. c/ 1ℓ	1.618,96	12,89	696,19
Furadan 350 CS	Carbofuran	fr. c/ 1ℓ	3.005,01	24,98	731,28
Malatol 50	Malathion	fr. c/ 1ℓ	521,42	4,92	843,58
Nuvacron 400	Monocrotophos	fr. c/ 1ℓ	2.230,79	18,88	746,34
Orthene 750	Acephate	pcte c/ 1/2kg	3.056,06	29,03	849,92
Sumicidin 200	Fenvalerate	fr. c/ 1ℓ	4.578,87	38,73	745,84
Thiodan CE	Endosulfan	fr. c/ 1ℓ	1.338,98	17,61	1.215,18
Triona	Óleo mineral	bd c/ 20ℓ	5.693,36	58,09	920,31
Fungicida					
Benlate 50	Benomyl	sc. c/ 1kg	6.464,25	53,25	723,76
Bim 75 BC	Triciclasol	sc. c/ 1kg	8.983,47	85,32	849,74
Cobre Sandoz BR	Óxido cuproso	cart. c/ 3kg	2.034,44	22,13	987,77
Cupravit Verde	Oxicloreto de cobre	sc. c/ 25kg	15.960,64	151,59	849,77
Dithane M-45	Mancozeb	sc. c/ 1kg	745,37	7,05	845,84
Kasumin	Cloro de Kasugamicina	fr. c/ 1ℓ	1.140,88	10,83	849,26
Kitazin emulsão	IBP	fr. c/ 1ℓ	961,62	9,24	860,88
Tecto 450	Thiabendazde	bj. c/ 1ℓ	5.100,64	43,17	746,36
Tilt 250 CE	Propiconazde	fr. c/ 1ℓ	15.449,29	130,74	746,25

(1) Resolução CIP n.º 272/88.

(2) Resolução CIP n.º 2.436/89

(3) Preço de indústria para os revendedores, excluindo o frete.

Fonte: Conselho Interministerial de Preços (CIP).

QUADRO 14. - Preços Máximos dos Principais Defensivos Agrícolas Tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços, a Nível Nacional, 26 de Julho de 1988⁽¹⁾ a 29 de Julho de 1989⁽²⁾

Classe e produto	Ingrediente ativo	Unidade	Preço para o produtor rural ⁽³⁾		Variação (%) (b/a)	(conclusão)
			(em NCz\$/unidade)			
			CIP 26/07/88 (a)	CIP 29/07/89 (b)		
Herbicidas						
Arrozan 72E	Nolinate N+ Propanil	bd. c/20%	22.341,89	300,50	1.245,01	
Divron Nortox 8%	Divron	bar. c/ 25kg	48.166,56	377,94	684,65	
Dual 720 CE	Metolachlor	1t c/ 5ℓ	17.523,93	148,30	746,27	
Glifosato	Glyphosato	1t c/ 1ℓ	3.149,52	30,14	856,97	
Herbadox 500 CE	Pendimentalin	fr. c/ 1ℓ	2.064,78	20,09	872,98	
Karmex 800	Divron	fb. fibra c/ 5kg	26.792,97	133,56	398,49	
Poast	Setroxydim	fr. c/ 1ℓ	6.025,01	64,83	976,01	
Primestra 500 FN	Metolachlor + Atrazina	bd. c/ 5ℓ	10.313,42	85,76	731,54	
Prodanin	Propanil	bd. c/ 20ℓ	14.772,66	120,96	718,81	
Round-up	Glyphosato	bj. plástico c/ 1ℓ	3.421,54	30,96	804,86	
Satanil E	Thiobencab + Propanil	fr. c/ 1ℓ	1.229,46	10,21	730,44	
Surcopur	Propanil	bd. c/ 20ℓ	17.669,34	167,18	846,16	
Stam F-34	Propanil	bd. c/ 20ℓ	14.558,19	140,09	862,27	
Tackle	Acifluorfen sódico	fr. c/ 1ℓ	3.550,36	30,04	746,11	
Trifluralina/Defensa	Trifluralina (amina)	1t c/ 1ℓ	1.479,75	10,75	626,47	
Trifluralina/Hoechst e Nortox	Trifluralina (amina)	1t c/ 1ℓ	1.233,22	9,81	695,48	
Perftan 80 BR	Tebuthivron	sc. 1kg	8.493,23	80,66	842,63	

⁽¹⁾ Resolução CIP n.º 272/88.

⁽²⁾ Resolução CIP n.º 2.435/89.

⁽³⁾ Preço de indústria para os revendedores, excluindo o frete.

Informações econômicas

novembro 89

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90

Café, Cana-de-açúcar, Banana, Laranja,
Pecuária de Leite, Pecuária de Corte,
Suinocultura, Avicultura



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Informações econômicas

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90	
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA	11
3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS	16
4 - ANÁLISE DE PRODUTOS	26
Café	26
Cana-de-açúcar	36
Fruticultura	48
Banana	48
Laranja	55
Pecuária de Leite	64
Pecuária de Corte	72
Suinocultura	79
Avicultura	84
CONJUNTURA AGROPECUÁRIA	
Padronização de Embalagens para Produtos Hortícolas	93
PREÇOS AGRÍCOLAS	
COMPORTAMENTO DE PREÇOS	99
Preços Recebidos	99
Preços Pagos	99
Índice de Paridade	101
Cesta de Mercado	102
LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA	149

EDITORIAL

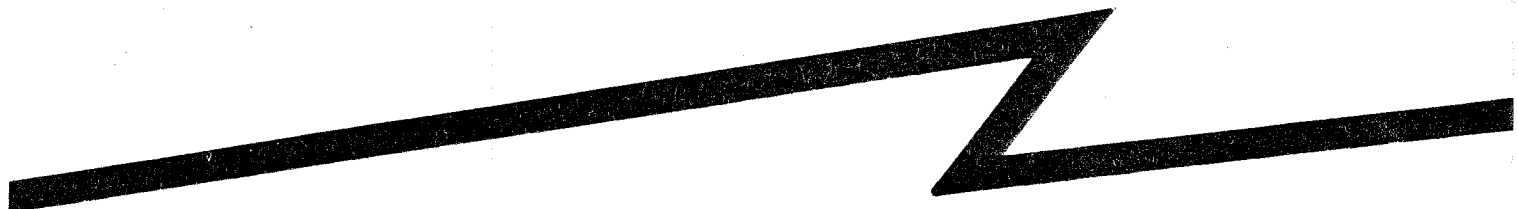
O comportamento de preços médios de produtos alimentícios no mercado varejista da cidade de São Paulo, em novembro, apresenta como novidade o fato de que o índice do IEA, que mede o custo da alimentação no domicílio, ultrapassou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Assim, enquanto a família média paulistana gastou 52% com alimentação este mês, o IPC registrou alta de 41,42%, ou seja, 26% a mais.

À primeira vista, isto pode ser sintoma de que a alimentação, que vinha ajudando a conter o ímpeto inflacionário, tende agora a entrar no rol daqueles itens que puxam o custo de vida para cima. De outro ângulo, é possível que o setor agrícola possa estar começando a transpor uma das barreiras mais críticas no que se refere à relação de trocas. No período de outubro de 1988 a outubro de 1989, o índice geral de preços pagos pelos agricultores (IPP) cresceu 1.418,3%, enquanto o índice de preços recebidos (IPR) evoluiu de apenas 878,4% no mesmo período. Ou seja, o setor agrícola passa por um dos mais graves processos de descapitalização e de elevação dos custos de produção, exatamente no momento em que está terminado o plantio da safra 1989/90.

Contudo, isto não deverá servir de alento no que se refere às previsões para o próximo ano, quando então o novo Presidente assumirá o cargo com perspectivas de enfrentar uma oferta apertada de produtos agrícolas e a escassez de recursos para a comercialização da safra. No tocante às culturas perenes e pecuária, tema do Prognóstico Agrícola que circula nesta edição, 1990 também não promete muito.

No caso do café, estima-se que o revés nos preços sofrido pelo produto no mercado internacional deverá ser um dos responsáveis pela redução de até 50% no potencial produtivo nacional, com reflexos na disponibilidade para o consumo interno e exportações. Para a laranja, a expectativa é de colheita ao redor de 260 milhões de caixas, inferior à atual, o que pode ajudar na recuperação das cotações do suco no mercado internacional. Quanto à cana-de-açúcar, a produção deverá repetir a de 1989, o que reforça a previsão de crise no abastecimento de álcool e açúcar.

Em relação à pecuária, o próximo Governo tem espaço para atuar em setores de resposta rápida, como são os casos da avicultura, suinocultura e pecuária de leite, não só através de estímulos específicos mas sobretudo de uma política de rendas, que implique em melhorar o poder aquisitivo da população.



artigo especial

Alberto Veiga, Alfredo de Almeida Bessa Junior, Antonio Ambrósio Amaro, Claus Floriano Trench de Freitas, Célia Regina R.P. Tavares Ferreira, Cesar Roberto Leite da Silva, Elcio Umberto Gatti, Eloisa Elena Bortoleto, Francisco Antonio Assef Salit, Geni Satiko Sato, Hiroshige Okawa, José Luiz Teixeira Marques Vieira, Luiz Henrique Perez, Malimiria Norico Otani, Maria Lúcia Maia, Mario Antonio Margarido, Marli Dias Mascarenhas, Nelson Giullietti, Regina Junko Yoshii, Sílvia Toledo Arruda, Valéria da Silva Peetz Wedekin⁽¹⁾

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil deverá entrar na década de 90 com o volume de produção agrícola comprometido, pois as estimativas indicam uma redução na área de plantio das culturas anuais (de verão) que varia de 1% a 5% no agregado do País dependendo da fonte, com redução de até 12% na área de arroz. Para o Estado de São Paulo, em geral, a tendência para as várias culturas é semelhante à do País, com magnitudes diferentes: -1,2% para a área total e -6% para o milho.

De outra parte existem expectativas de expansão de área para o feijão das águas (20% no Brasil e 50% em São Paulo), para o algodão e amendoim e de redução da área plantada com batata e soja.

Para as culturas perenes, 1990 também se mostra nada promissor, uma vez que se admite redução de produtividade em função da menor utilização de insumos agrícolas. Assim, mesmo no caso da cana, espera-se no máximo uma produção idêntica à de 1989, antevendo-se uma crise na oferta de álcool e de açúcar. Na pecuária, existe uma situação com possibilidade de expansão, cuja intensidade estará dependendo de políticas governamentais de intervenção no mercado. Contudo, dada a existência de estoques de arroz, milho e soja acumulados de safras anteriores, não se prevê que venha a haver uma escassez generalizada de alimentos.

Este cenário, que se manifestará em 1990, é fruto da situação vivida pela agricultura brasileira no segundo semestre de 1989, que en-

frentou taxas elevadas de juros, preços internacionais declinantes, perda de poder de troca em torno de 30%, indefinição da política governamental para o setor e instabilidade da política econômica.

Dessa forma, dependendo da política de estabilização e de distribuição de renda a ser adotada pelo novo Governo no início de 1990, o nível do choque de preços agrícolas poderá ser atenuado ou agravado, fruto da menor oferta agrícola e dificuldades em agilizar importações no curto prazo. Tal situação já foi desenhada pelo atual Governo, a partir de setembro último, em função das dificuldades de conduzir uma política econômica que evitasse uma hiperinflação ainda em 1989.

Além disso, é importante ressaltar que os níveis de preços recebidos pelos produtores na próxima safra não depender da agilidade que o próximo Governo terá para viabilizar recursos para sua comercialização, uma vez que até o presente momento nada foi definido.

Talvez nunca no passado recente, a agricultura tenha se defrontado com tal grau de incerteza: sucateamento da política agrícola em vigor, falta de novas formulações, instabilidade econômica e elevada taxa de juros reais que desestimulam os produtores e os agentes de comercialização a carregarem estoques para produtos tão sazonais como são os produtos agrícolas.

Por outro lado, no limiar de uma nova dé-

⁽¹⁾ Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

cada, o Brasil vive a expectativa da reorientação política e econômica, em que se destaca a necessidade de uma recuperação na agricultura de um País com 142 milhões de habitantes, enorme área para cultivar e uma sólida tradição agrária, mas que, paradoxalmente, tornou-se, em alguns momentos, importador de alimentos. Sem impactos e com humildade, parece que se deverá restabelecer o vigor na produção agrícola, um setor capaz de dar rápidas respostas, de modo que nos próximos anos se possa ter safras abundantes, suprimindo as necessidades internas e gerando produção para um mercado internacional, que se afigura crescente e com perspectivas de maior liberação do comércio pela gradativa eliminação de barreiras alfandegárias e abertura de novos mercados.

Na área da agricultura e pecuária, com a necessidade de se produzir em larga escala para um mercado ávido por alimentos de boa qualidade, os setores comercial e agroindustrial terão amplas oportunidades para crescer.

Nesse mesmo cenário, o agricultor, a despeito de sua recente descapitalização, deverá ser reconhecido como empresário que investe e corre riscos em busca de lucros legítimos, enquanto os consumidores deverão ser atendidos com seus direitos de cidadania plenamente protegidos.

Assim, com o intuito de analisar e procurar fornecer elementos para tomadas de decisões, é que o Instituto de Economia Agrícola desenvolveu este trabalho que procura traçar com mais detalhes o panorama descrito.

-Introdução

Provavelmente 1989 passará para a história da política agrícola brasileira como o ano em que o principal de seus instrumentos - o crédito rural institucionalizado - esteve às portas da total desestruturação. Com efeito, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) está, nos dias atuais, passando por dificuldades sem precedentes e arrastando, no mesmo rumo, a safra de verão 1989/90, destacando-se dois graves fatos: menos dinheiro e maiores custos.

Menos dinheiro advém da drástica redução da participação do Tesouro Nacional, através das operações oficiais de crédito, que representou 37% e 25% do total do crédito rural institucional concedido em 1987 e 1988, respectivamente. Menos dinheiro - em razão da crescente inflação - também resultou da queda experimentada pelos depósitos à vista no sistema bancário, dos quais uma parcela é compulsoriamente aplicada em crédito rural. Finalmente, menos dinheiro vem sendo captado pela caderneta de poupança rural, em face dos melhores rendimentos oferecidos por outros investimentos.

Os maiores custos resultam da tentativa do Governo em manter a taxa de inflação sob controle, através do "enxugamento" de recursos, atraindo-os por meio dos juros do "overnight". Por este mecanismo, têm sido acenadas ao aplicador taxas de juros reais de cerca de 2% a 4% ao mês, bastante superiores às da caderneta de poupança. Uma consequência desses dois fatos é que as disponibilidades de recursos para custeio rural, anunciadas pelo Banco Central em agosto último, eram 23% (em termos reais) inferiores às aplicações de 1988, as quais, por sua vez, já haviam caído 34% em relação a 1987. A segunda consequência é que o produtor que não puder contar com os exigüos recursos das exigibilidades bancárias (que custam correção monetária mais 12% a.a.), terá que tomar empréstimos a juros reais nunca inferiores a 24% a.a.

Não se espera nos próximos meses, uma reversão deste quadro. De um lado, porque os recursos federais para crédito rural continuarão escassos no futuro previsível. De outro lado, porque não há perspectivas de mudança da política de juros em relação à inflação, até que surjam condições para que esta seja debelada.

Uma análise mais detalhada da situação financeira do produtor, com vistas à safra 1989/90, deve considerar dois aspectos que condicionam os recursos de que poderia dispor: a conjuntura financeira decorrente da comercialização da safra 1988/89 e as perspectivas quanto aos recursos a serem utilizados no período entrante.

-A Conjuntura Financeira

O setor agrícola tem enfrentado, no decorrer de 1989, uma acentuada perda de renda em consequência de fatores ligados ao mercado, mas, principalmente, em função da política de estabilização promovida desde janeiro pelo Governo Federal.

O chamado Plano Verão, lançado cerca de dois meses antes do início da colheita da safra 1988/89, da Região Centro-Sul, foi originalmente idealizado para implementação em curto espaço de tempo, durante o qual seriam adotadas medidas restritivas sobre o orçamento público, podendo então ser levantados seus componentes de curto prazo, quais sejam, o congelamento de preços e o controle da demanda pela elevação da taxa de juros. Sob este modelo, a safra já seria colhida em condições normais de mercado e sua comercialização não seria afetada por fatores exógenos.

No entanto, cedo constatou-se a inviabilidade política desse projeto, que encontrou fortes obstáculos no Congresso Nacional, de cuja aprovação dependeriam as Medidas Provisórias em que o mesmo se baseava. Desta forma, a comercialização da safra transcorreu em plena vigência de severa intervenção do Governo nos mercados agrícolas.

Sob tais circunstâncias, a renda agrícola em 1989 foi condicionada por limitações que resultaram em baixa receita líquida, o que já antecipava – independentemente de outros problemas – um difícil financiamento da safra 1989/90. A seguir, apresenta-se um resumo das principais limitações surgidas em função daquelas medidas de política econômica:

a) A combinação entre a pequena disponibilidade de recursos para financiar a comercialização da safra (somente cerca de 30% dos recursos anunciados foram efetivamente aplicados), as elevadas taxas de juros do mercado financeiro e o congelamento dos preços e da taxa de câmbio reduziram fortemente as expectativas de ganhos dos produtores. Isto ocorreu, de um lado, pelo controle dos preços e, de outro, pelo estímulo à aplicação de recursos no mercado financeiro, ao invés de na compra e manutenção de estoques físicos;

b) Os financiamentos de custeio referentes à safra 1988/89, em parte lastreados em recursos captados através da caderneta de poupança rural, passaram, com a Medida Provisória nº 32, a ser onerados pelas mais altas taxas de juros do mercado. Apesar de o Governo concordar com a necessidade de corrigir essa situação, não lhe foi possível encontrar uma fórmula de compensar o Banco do Brasil pelas perdas em que este incorreria, a não ser em junho, quando a colheita já havia se encerrado e grande número de produtores (sobretudo os de soja e café) ainda se encontravam com a safra nas mãos, a espera de uma decisão. Entretanto, desde esse mês, os preços já se encontravam em queda, não havendo mais como recuperar a renda perdida;

c) Ainda com respeito ao crédito institucional, a situação financeira do produtor, na atual conjuntura, foi também afetada pela escassez de recursos para EGF e AGF, obrigando-o a financiar a comercialização com recursos próprios ou crédito de elevado custo. Além disso, em data mais recente, baixou-se a Lei nº 7.799, de 10/07/89 e a Medida Provisória nº 83, de 31/08/89, que obrigam o pagamento de correção monetária adicional de 14,83% sobre os saldos devedores superiores a 2.500 OTNs (em 15/01/89) dos financiamentos contraídos antes do Plano Verão;

d) O seguro do crédito rural – o PROA-

GRO – também tem pesado sobre os produtores, tanto em razão do aumento do adicional, como também pelo atraso no exame dos processos submetidos à Comissão Especial de Recursos, que já montam aos milhares;

e) Ainda no primeiro semestre de 1989, por força do dispositivo constitucional que trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), elevou-se substancialmente a carga tributária sobre a produção agropecuária, principalmente, pela incidência desse imposto sobre os insumos agrícolas, a pretexto de que o produtor poderia beneficiar-se dos créditos. Na prática, porém, esse sistema não tem tido condições de se efetivar, tanto pelo desconhecimento do produtor, quanto aos meios para fazê-lo. Patentear-se, portanto, a bi-tributação sobre o produto agrícola, cujo peso adiciona-se às perdas de renda já apontadas; e

f) Alguns produtos, em especial, têm sido mais atingidos pela descontinuidade da política econômica, com implicações sobre seus custos e renda. Os produtos cujo comércio é administrado pelo Governo pertencem a este rol, pois dependem fundamentalmente de fixação de preços e de esquemas financeiros ligados a recursos e controles federais. Este é o caso do leite, trigo, café, cana-de-açúcar e cacau, alguns dos quais tratados especificamente em outras partes deste Prognóstico.

Ante esse quadro, chega-se ao período do ano em que maiores dispêndios devem ser realizados – seja no plantio, seja em adubação e outros tratamentos culturais, seja em novos investimentos – , sob uma conjuntura financeira desfavorável ao produtor. A possibilidade deste superar os entraves acima apontados depende das disponibilidades de recursos de crédito a curto prazo, que serão examinadas a seguir.

-Situação das Fontes de Recursos

O Sistema Nacional de Crédito Rural dispõe, atualmente, de cinco fontes possíveis de recursos, a saber: recursos obrigatórios (exigibilidades), recursos livres, recursos da caderneta de poupança rural, recursos provenientes de fundos e programas de fomento e recursos oriundos do Tesouro Nacional.

As exigibilidades (recursos obrigatórios que as instituições financeiras devem destinar

ao crédito rural) sofreram recentemente (Resolução BACEN nº 1.644, de 26/09/89) alterações em seus percentuais de aplicação, de tal modo que os bancos pequenos deverão destinar 30% (antes 20%) das posições líquidas de depósitos à vista calculados sobre a média aritmética no trimestre anterior ao mês da aplicação; os bancos médios 70% (antes 40%); e os grandes 100% (antes 60%). Sendo a base principal para o cálculo das exigibilidades o volume de depósitos à vista, mesmo esses percentuais de aplicação podem, de fato, se tornar pouco expressivos frente às altas taxas de inflação e de juros vigentes na economia, que acarretam a fuga de recursos desses depósitos para aplicações remuneradas ou mesmo para o consumo.

É provável, portanto, que esta fonte de recursos, isoladamente, não signifique um volume de aplicações importante para o setor agrícola na presente safra.

Além dos recursos vinculados, os bancos podem conceder crédito para as atividades agropecuárias, na forma de recursos livres, a taxas de juros de mercado (Circular BACEN nº 1.513, de 18/07/89). O problema básico relacionado com esta fonte de recursos está nas elevadas taxas de juros em vigor hoje na economia, o que inviabiliza o acesso a essa modalidade de crédito pela grande maioria dos produtores agrícolas.

A mais importante fonte de recursos para o setor é, atualmente, a caderneta de poupança rural, cuja captação é restrita aos Bancos do Brasil, da Amazônia, do Nordeste e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Pelo menos 65% (antes 60%) dos recursos captados por essa fonte devem destinar-se a operações de crédito rural. Esses recursos devem ser aplicados a taxas de juros limitadas a 12% a.a. mais correção monetária idêntica à correção da poupança.

Persiste, contudo, grande polêmica em torno desta fonte de recursos para a agricultura. De um lado, os bancos comerciais privados e públicos estaduais reivindicam participar desse sistema e, de outro, os bancos oficiais alegam ser o atual "spread", entre as taxas de aplicação (12%) e captação (6%), insuficiente para cobrir os custos de operações do sistema, solicitando elevação do limite das taxas de juros das aplicações para 24% a.a. O Banco do Brasil, por exemplo, pretende realizar operações casadas,

envolvendo o crédito complementar, de tal forma que, a taxa média de juros se aproxime desse valor.

Cabe lembrar que a direção de algumas instituições financeiras privadas e estaduais tem declarado que mesmo esse nível de "spread" é atraente para operar nessa linha de crédito, ressaltando, inclusive, que o setor agrícola é, atualmente, mais interessante que o setor imobiliário, em termos de risco.

Depois de longo impasse, o Executivo sancionou as Leis nºs 7.868 e 7.869, de 07/11/89, autorizando a emissão extraordinária de títulos públicos no valor de NCz\$9,5 bilhões, para cobrir os prejuízos da caderneta de poupança rural decorrentes do Plano Verão e, com isso, liberar os recursos dessa fonte cujas operações de empréstimos estavam paralisadas. Tais recursos deverão destinar-se prioritariamente aos mini e pequenos produtores e suas cooperativas, para os quais o limite de crédito será de 100% e a taxa de juros de 12% a.a.

Com relação aos recursos provenientes do Tesouro, a sua disponibilidade está na dependência do retorno dos empréstimos assumidos anteriormente pelos agricultores. Este fundo, entretanto, está comprometido pela inadimplência de parcela dos agricultores financiados.

A oferta de recursos de crédito para comercialização da safra 1989/90 também está ameaçada, uma vez que a solicitação inicial da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) de recursos para operações de AGF, que era de NCz\$1,09 bilhão a preços de maio (924 milhões de BTNs), deverá ser reduzida drasticamente para NCz\$614 milhões a preços de novembro (121 milhões de BTNs), fixados pela Secretaria do Tesouro, acarretando substancial redução no volume a ser adquirido pelo Governo, que deverá situar-se em cerca de um milhão de toneladas de grãos, contra uma média anual de sete milhões nos últimos quatro anos, segundo informações da própria CFP.

Dados da Secretaria do Tesouro Nacional mostram que, de janeiro a julho de 1989, houve redução em cerca de 50% nas principais linhas de crédito rural (custeio, investimento, AGF, EGF e conta-trigo), em relação ao mesmo período de 1988.

Outra fonte de recursos para o financiamento do setor agrícola diz respeito aos fundos

e programas de fomento. Recentemente, o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) emprestou ao Brasil US\$600 milhões que deverão ser aplicados no setor através de dois programas: Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA) e Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR). O primeiro objetiva o desenvolvimento e modernização do setor agroindustrial, sendo financiáveis atividades ligadas a qualquer tipo de transformação primária e subseqüentes (armazenamento, processamento, beneficiamento e embalagens de matéria-prima, manufatura de insumos e equipamentos agropecuários). O segundo programa (PNDR) objetiva o desenvolvimento do setor rural e destina-se a quaisquer investimentos fixos e semifixos previstos no Manual de Crédito Rural. Os recursos serão liberados em quatro anos, a partir de 1989 (Resolução BACEN nºs 1.625 e 1.626, de 10/08/89).

Dada a escassez de recursos de crédito institucional que prevalece hoje no mercado, estão se desenvolvendo formas e fontes alternativas – não institucionais – de financiamento.

Algumas empresas montadoras de veículos têm recorrido a várias formas para agilizar a comercialização de tratores. Ao lado dos consórcios, essas empresas estão assessorando seus potenciais compradores (enquanto pessoas jurídicas), para obterem recursos de uma fonte tradicionalmente utilizada pela indústria – o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas Industriais (FINAME) e que pode ser usada também pelo setor rural. Esta "nova" fonte de recursos permite o financiamento de até 50% do valor das transações, com prazos de até 60 meses com 24 de carência. O setor sucroalcooleiro é o que mais tem se beneficiado desta fonte de recursos.

Outra modalidade de financiamento não institucional que está ganhando força, principalmente através de cooperativas dos estados do Sul do País, é o de aquisição de insumos e equipamentos mediante o comprometimento de parte da safra a ser obtida posteriormente. Assim, o pagamento é feito em espécie, com base na estimativa da quantidade de produto agrícola necessária para ressarcir os custos incorridos na compra de tais insumos.

Esta modalidade de financiamento tem ainda uma dimensão reduzida, mas está mais

disseminada em relação a aquisições de sementes, por ser um insumo perecível cujo armazenamento prolongado implica em perda do poder germinativo.

Outra alternativa de financiamento, ainda pouco utilizada no Brasil pela maior parte dos produtores, é o esquema de venda dos produtos no mercado futuro, que poderá progressivamente vir a se constituir em importante fonte de recursos para a agricultura. Esta prática de comercialização é mais freqüentemente empregada pelos produtores dos chamados exportáveis, especialmente no Estado de São Paulo.

-Considerações Finais

A análise precedente indica, para a presente safra, que a escassez de recursos de crédito rural institucionalizado deverá levar o produtor a se utilizar cada vez mais de seus próprios recursos e/ou recorrer a fontes alternativas informais.

Esta situação deverá afetar todo o setor agropecuário, porém, com efeitos diferenciados sobre cada um dos segmentos produtivos (culturas anuais, perenes e pecuário).

As culturas anuais poderão ter área e produtividade comprometidas já na presente safra. Diversos órgãos ligados ao setor produtivo rural e as primeiras estimativas do IEA e do IBGE indicam redução pura e simples de área para alguns produtos ou substituição de área em direção a culturas de menor custo operacional.

Em relação às culturas perenes, o impacto da escassez de crédito deverá incidir, a curto prazo, principalmente sobre a produtividade, devido à redução das despesas com tratamentos culturais. É claro que, neste caso, o efeito será maior ou menor dependendo da capacidade de auto-financiamento de cada cultura. O setor café, que tem enfrentado queda acentuada em seus preços de mercado ao longo deste ano, provavelmente será mais prejudicado que o produtor de laranja, cujos preços tem se mantido em nível satisfatório.

A atividade pecuária, que tradicionalmente recorre ao crédito de investimento, ainda que não seja significativamente comprometida a curto prazo por essa situação, poderá ter prejudicada sua expansão e melhoramento técnico no médio prazo. Neste sentido, as atividades mais

afetadas deverão ser a pecuária leiteira e a avicultura, principalmente a de corte, pois os preços recebidos pelos produtores têm diminuído sensivelmente em termos reais ao longo deste ano.

Em termos reais, portanto, além da necessidade de ampliação da oferta de crédito em caráter emergencial para a agricultura, torna-se importante, também, na atual situação de crise, o prolongamento dos prazos de pagamento das dívidas assumidas anteriormente.

Cabe ressaltar que o papel do crédito rural ganha relevância, principalmente, em situações como a que atravessa a presente safra, na qual aliado a preços agrícolas pouco favoráveis, o setor enfrentou uma estiagem que se prolongou além do esperado.

-FERTILIZANTES

No Brasil, o volume de fertilizantes entregues, no período de janeiro a setembro de 1989, decresceu 15,1% em relação ao mesmo período do ano precedente, fixando-se em 5,7 milhões de toneladas de produto. Desse total de fertilizantes entregues, São Paulo absorveu a maior parte (31,6%), seguido do Paraná (16,8%), destinando-se o restante aos demais Estados. Segundo fontes do setor, essa tendência deverá permanecer até o final do ano.

Os principais fatores que condicionaram esse decréscimo nas vendas foram: a) escassez de recursos do crédito rural; b) retração na área plantada de soja, principal consumidora de fertilizantes; c) diminuição do consumo de fertilizantes na cultura de trigo; e d) conjuntura desfavorável para a comercialização de alguns produtos agrícolas, como soja e café.

Esse decréscimo nas vendas e o elevado estoque inicial contribuíram para que se registrasse retração tanto na produção nacional de fertilizantes (13,6%) como na importação (17,0%), no referido período.

O Conselho Interministerial de Preços (CIP), no período de agosto a outubro de 1989, autorizou três reajustes nos preços dos fertilizantes pagos pelos agricultores, tendo-se calculado acréscimos nesse período de 140,3% em média no caso dos fertilizantes formulados e de 138,0% para os simples, em relação a julho de 1989. O IGP acusou aumento de 164,9% de julho a outubro de 1989, enquanto que o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores, calculado pelo IEA, aumentou apenas 80,6%.

Na análise de evolução das quantidades necessárias de diferentes produtos agrícolas para adquirir 10 toneladas de fertilizantes, informações preliminares para 1989 indicam que os produtores de soja e café sofreram perda de poder aquisitivo relativo ao dispêndio com fertilizantes, comparativamente ao ano anterior; em contrapartida, os de algodão-em-carço, cana-de-açúcar e milho apresentaram ganho de

poder aquisitivo, enquanto que os de arroz e laranja para indústria permaneceram praticamente no mesmo nível do ano precedente. Contudo, os produtores de laranja, que anteciparam suas compras para maio e junho, obtiveram relação de troca bastante favorável para a aquisição desse insumo (quadro 1).

Em novembro, o Governo determinou a liberação dos preços de fertilizantes controlados pelo CIP, conjuntamente com a liberação das importações de fertilizantes. Essas duas medidas deverão permitir maior liberdade de ação tanto para a agricultura como para a indústria, supondo-se que o mercado doméstico de fertilizantes sofrerá a concorrência do mercado externo, que servirá como balizador dos preços. É importante observar que, a época em que ocorre a maior demanda de fertilizantes no Brasil coincide com o período de entressafra agrícola nos principais países exportadores mundiais de fertilizantes, quando existe, então, certa disponibilidade desse insumo.

Nesse sentido, o Ministério da Fazenda deverá encaminhar à Comissão de Política Aduaneira (CPA) uma proposta de revisão das alíquotas de importação, para criar melhores condições para implantação dessa nova política. Da parte dos agricultores e de suas entidades de representação haverá necessidade de uma atuação eficiente para aproveitamento das oportunidades comerciais que vierem a surgir.

-TRATOR

A atual política econômica implementada pelo Governo Federal, com o objetivo de conter o crescimento do déficit público, considerado o principal foco gerador de tensão inflacionária, teve profundo reflexo sobre o setor agrícola. A opção por uma política creditícia apertada, ou seja, com acentuada redução no volume de recursos disponíveis por parte dos agentes financeiros governamentais, destinados ao crédito rural tanto para custeio como para investimen-

to, deixa claro a prioridade do Governo para com os problemas de curto prazo em relação aos de longo prazo, uma vez que os cortes nos recursos para investimentos apresentaram queda mais intensa.

O impacto de tais medidas sobre o mercado de tratores foi imediato, pois a demanda por este bem de capital é muito sensível às bruscas variações no montante de crédito disponível, o que terminou por provocar decréscimo generalizado na quantidade de tratores comercializados no mercado interno. Segundo estimativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), em 1989, as vendas de tratores para o mercado doméstico estão situadas entre 29.000 a 33.000 unidades. Caso estes números se consolidem, isto significará um dos mais fracos resultados obtidos pela indústria de tratores na década de 80.

Apesar de o quadro conjuntural ser de incertezas e de dificuldades, em função do acirramento do processo inflacionário, conjuntamente com a especulação praticada no mercado financeiro, o qual funciona como inibidor do investimento no setor produtivo, pois este tipo de aplicação proporciona uma taxa de retorno mais elevada e com a vantagem de oferecer menores riscos, ainda assim, os termos de relação de troca (unidades de produtos agrícolas necessárias para se adquirir um trator), se mostrava favorável aos agricultores para quase todos os produtos agrícolas em função de vários fatores.

Observe-se que para o trimestre de maio a julho de 1989 em comparação com igual período de 1988, a relação de troca se mostrou praticamente estável tanto para o arroz como para a laranja de indústria, enquanto que havia ganho de poder aquisitivo para a compra de trator para algodão, amendoim, batata, café, feijão, milho e tomate. Por outro lado, somente para a cana-de-açúcar e a soja, a relação foi desfavorável no referido período (quadro 2).

Os principais fatores que condicionaram esse comportamento: a) no período de janeiro a julho de 1989, o reajuste médio de preços obtidos pelo setor de tratores (96,6%) foi inferior à variação acumulada do Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que foi de 229,33%, sendo positivo para os agricultores, tendo em vista que os preços dos produtos agrícolas acompanharam bem de perto a

variação do IGP; b) a conjugação de redução da oferta de algodão com a previsão de aumento de demanda acarretou a elevação de preço para a fibra de algodão; c) a contração da oferta de amendoim, no período de maior comercialização, aliada às excelentes condições climáticas, que proporcionaram um produto de boa qualidade, permitiram bom preço no mercado; d) a fixação dos preços da batata a níveis considerados baixos pelos produtores durante o período de vigência do Plano Verão, teve como resultado, posteriormente, a redução da quantidade ofertada, ocasionando a elevação de seu preço; e) a relação de troca se encontrava favorável para o café, tendo em vista que o período analisado (maio a julho) antecede a queda do preço do produto no mercado internacional, a qual teve início somente a partir do final de julho, não possibilitando, portanto, captar seus reflexos sobre a relação de troca; e f) a quebra da safra de feijão, em função de problemas climáticos no sul do País, agiu de modo a pressionar o preço do produto no sentido ascendente.

A relação de troca foi desfavorável para a cana-de-açúcar, em face do preço ter permanecido praticamente constante durante todo o primeiro semestre de 1989. No caso da soja, a perda de poder aquisitivo pode ser explicada, principalmente, pela queda no preço do produto no mercado internacional.

Contudo, a partir de agosto/89, a relação de troca tornou-se desfavorável para todos os produtos, sem exceção. Entre os fatores que agiram no sentido de reverter o desempenho da relação de troca que prevalecia até o final do primeiro semestre, poder-se-ia enfatizar que qualquer sistema econômico submetido a uma situação de incertezas e com elevadas taxas de inflação tem como resultado a distorção dos preços relativos da economia, afetando de maneira distinta os diversos produtos bem como seus respectivos mercados. Esta assimetria de preços, torna-se mais nítida quando se analisa o mercado agrícola, impedindo que o mesmo possa desempenhar o papel de sinalizador para decisões de investir por parte dos diversos agentes econômicos.

Este efeito diferenciado produzido pela aceleração do processo inflacionário levou a indústria de tratores a recompor os preços de seus produtos de forma mais intensa, em razão

da existência de acentuadas defasagens entre os custos de produção e os preços de venda final. No bimestre de setembro a outubro, o setor teve um reajuste médio de 139,4%, enquanto que o acumulado de janeiro a outubro totalizou cerca de 596,2%. Ainda, assim, este índice foi inferior ao IGP de igual período, o qual chegou a 773,6%. Portanto, a tendência é de que a defasagem entre custos e preços continue a ser reduzida, uma vez que o Conselho Interministerial de Preços (CIP) deixou de ter controle absoluto sobre a fixação de preços para o setor tendo em vista a implantação das Câmaras Setoriais compostas por representantes da indústria, fornecedores, revendedores e do próprio Governo.

-RAÇÕES

A indústria de rações como setor especializado surgiu no Estado de São Paulo na década de 40, utilizando como matéria-prima resíduos da indústria de moagem de trigo, com recursos tecnológicos rudimentares e relacionava-se com as atividades de pecuária leiteira, principalmente, no Vale do Paraíba, e de criações domésticas.

Somente na década de 60, em resposta ao desenvolvimento da pecuária e, em especial, da avicultura, instalou-se a moderna indústria de rações, atrelada, principalmente, à de óleos e já influenciada por conceitos avançados em nutrição animal, o que ampliou as alternativas nas formulações de rações balanceadas, que passaram a acompanhar os requerimentos nutricionais das raças híbridas desenvolvidas geneticamente. A indústria de óleos oferece subprodutos como os farelos de soja, amendoim, caroço de algodão e germe de trigo para a indústria produtora de ração que passara a incorporar, a partir da década de 70, um novo padrão tecnológico oriundo de capital internacional, e que fez crescer, também, o grande capital de origem nacional.

O setor também se relaciona com os frigoríficos, abatedouros e "graxarias", para a obtenção das farinha de carne, de sangue, de ossos e vísceras e de forma não muito intensa e mais, recentemente, com a agroindústria cana

vieira no aproveitamento da vinhaça.

O setor desempenha, com relação à agricultura, os papéis de comprador de matéria-prima, mesmo que já processada, e de fornecedor de insumos, com diferentes inserções no mercado. A indústria de rações balanceadas fornece basicamente misturas de alimentos em proporções exigidas para cada espécie ou classe de animais e, segundo estimativa da Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (ANFAR), sua produção representa 35% da produção total de rações no País.

A maior parcela da produção (45%) corresponde às indústrias que se integram verticalmente com o agricultor na produção de aves e suínos, fornecendo-lhes matrizes, rações e assistência técnica, para posteriormente comprar, processar e comercializar a produção. Essas integradoras têm aumentado suas participações na produção total de rações nos últimos anos.

Ao nível das propriedades agrícolas, tem-se verificado uma tendência dos produtores de elaborar suas próprias rações, adquirindo concentrado ⁽¹⁾ ou premix ⁽²⁾ no mercado para misturar aos alimentos, como o milho plantado na própria granja ou mesmo adquirido no mercado. Essa é uma tendência, inclusive, ao nível mundial e não somente no Brasil e os produtores alegam, como motivação para tal procedimento, o maior controle da qualidade do insumo e menores custos.

Atualmente, a agroindústria de rações, devido a um lento crescimento na produção de carnes e à tendência verificada acima, vem operando com uma capacidade ociosa ao redor de 40%, conforme informação do Sindicato Nacional da Indústria de Rações Balanceadas (SINDIRAÇÕES), enquanto a totalidade da indústria de transformação opera com ociosidade de 21%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Por isso mesmo, é um setor que responde com presteza à qualquer aumento de demanda, uma vez que não existem grandes problemas na obtenção de matéria-prima e quando, eventualmente, esse problema ocorre, principalmente em relação ao milho, recorre-se à importação.

A produção brasileira de rações no período de 1985 a 1987 apresentou crescimento de 31,8%. Em 1988, apresentou queda de 4,3% na produção total, em relação a 1987, tendência

⁽¹⁾ Contém a parte protéica, as vitaminas e os minerais, deve-se misturar a parte energética que é o milho.

⁽²⁾ Composto de vitaminas e minerais para misturar aos alimentos.

que se verifica para 1989, segundo previsão da ANFAR. A atividade que consome a maior fatia da produção de ração é a avicultura industrial (de corte e postura), ou seja, em torno de 58% do total no período 1985-88, divididos em 40% para avicultura de corte e 18% para avicultura de postura. O segundo segmento de maior demanda é a suinocultura, com valores em torno de 28%; segue-se a pecuária bovina com 10%, restando 4%, para ração destinada a outros (quadro 3).

Nessa divisão de participação, segundo a destinação, até setembro de 1989, observa-se algumas alterações pertinentes. O decréscimo da participação da suinocultura é compensado pelo aumento da participação da avicultura e outros. A suinocultura sofreu um desestímulo com a importação de 60 mil toneladas de carne suína isentas de qualquer taxa em presença de baixos preços das carnes bovina e de aves. Com isso, no primeiro semestre de 1989, os criadores de suínos tiveram grandes prejuízos, que já vinham se acumulando desde 1987-88. Em setembro de 1989, os preços apresentaram acentuada queda em relação a junho, não repassada ao consumidor, o que poderia elevar a demanda. Outro segmento que vem despontando, é o mercado de ração para eqüinos e animais domésticos, um mercado restrito mas de bom poder aquisitivo⁽³⁾.

A produção das indústrias associadas ao SINDIRAÇÕES por estados do Brasil mantém a tendência observada nos últimos cinco anos com Santa Catarina liderando a produção, com participação em torno de 30%, seguido por São Paulo com 25% e Paraná com 17% (quadro 4).

Nos setores de avicultura industrial e suinocultura, localizados na Região Sul, produtores e cooperativas estão comprando concentrados e premix para produzir sua própria ração. Os agricultores que preparam sua própria ração estão incluídos no item de outros produtores, cuja participação no atendimento da demanda aumentou de 45% em 1987 para 51,3% em 1988 (quadro 5).

Com relação aos preços de ração e concentrados coletados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), na cidade de São Paulo, de setembro de 1988 a setembro de 1989, esses apre-

sentaram variações nominais abaixo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1.198,0%) e do Índice Geral de Preços (IGP-DI) (1.215,9%). Os preços de farelos de soja e de milho, utilizados na mistura com ração, também apresentaram variações abaixo da inflação, de 584% e 846%, respectivamente (quadro 6).

A partir de agosto de 1989, a indústria de rações foi enquadrada no regime de liberdade vigiada de preços, através da Comissão Interministerial de Preços (CIP). Segundo o SINDIRAÇÕES, esse procedimento vem afetando o setor no repasse de custos, dado o grande número de indústrias pequenas e médias que o compõem e considerando-se, portanto, que o mesmo possui elevada competitividade.

Quanto à tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), instituído em maio de 1989, os fabricantes de ração nos Estados do Paraná e, mais recentemente, São Paulo (01/09/89) e Minas Gerais obtiveram o diferimento do seu pagamento, ou seja, o recolhimento é efetuado somente no produto final da pecuária, variando a base de cálculo conforme a espécie e não nas etapas intermediárias da produção, com a argumentação de evitar-se a cumulatividade do imposto e facilitar a fiscalização.

A previsão para demanda de ração em 1989 ficará em torno de 14.010 mil toneladas, ou seja, o mesmo consumo do ano passado, apesar de o setor estar considerando o mercado dentro da normalidade⁽⁴⁾. Dado que o mercado de frango apresenta tendência de crescimento no Brasil, conseqüentemente o consumo de ração, também, seria maior que a produção inicialmente prevista pelo SINDIRAÇÕES.

(3) Suma Agrícola, nº 235, outubro de 1989, p.5.

(4) De acordo com o Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 1. - Unidades de Produtos Agrícolas⁽¹⁾ Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes⁽²⁾, Estado de São Paulo, 1985-89

Ano	Algodão em caroço		Arroz em casca		Café beneficiado		Cana-de-açúcar		Milho		Soja		Laranja p/ indústria	
	15kg	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	t	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	cx.40,8kg	Índice ⁽³⁾
1985	406	100	183	100	7	100	182	100	370	100	192	100	796	100
1986	301	74	173	94	10	142	249	137	302	82	182	95	539	68
1987	605	149	391	214	20	285	183	100	582	157	245	128	1.328	167
1988 ⁽⁴⁾	752	185	423	231	21	300	299	164	660	178	204	106	657	83
1989 ⁽⁵⁾	546	134	420	229	42	600	227	125	496	134	321	167	655	82

⁽¹⁾ Preço médio da safra, que geraria a disponibilidade de recursos para aquisição do insumo para o ciclo seguinte.

⁽²⁾ Preço médio anual ponderado, posto São Paulo.

⁽³⁾ Índice simples, base 1985 = 100.

⁽⁴⁾ Dado preliminar, sujeito à revisão.

⁽⁵⁾ Dados preliminares, considerando-se as primeiras estimativas para os preços médios anuais dos produtos e de fertilizantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2. - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Tratores de 44CV e 61CV, Estado de São Paulo, 1984-89⁽¹⁾

Produto	Unidade	1985			1986			1987			1988			1989		
		44CV	61CV	61CV	44CV	61CV	61CV	44CV	61CV	61CV	44CV	61CV	61CV	44CV	61CV	
Algodão	15kg	1.295	1.712	1.712	1.233	1.667	1.667	1.991	2.477	2.477	3.120	4.189	4.189	2.559	3.477	
Amendoim	sc.25kg	1.144	1.513	1.513	1.336	1.795	1.795	2.692	3.349	3.349	2.279	3.059	3.059	1.402	1.905	
Arroz	sc.60kg	611	807	807	680	913	913	1.382	1.719	1.719	1.505	2.020	2.020	1.472	2.001	
Batata	sc.60kg	658	871	871	300	403	403	550	683	683	1.356	1.820	1.820	531	721	
Café	sc.40kg	241	318	318	104	140	140	479	596	596	808	1.085	1.085	583	792	
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	tonelada	748	989	989	966	1.298	1.298	913	1.136	1.136	1.892	2.540	2.540	2.684	3.647	
Feijão	sc.60kg	241	319	319	248	334	334	220	274	274	557	748	748	218	297	
Laranja-indústria ⁽³⁾	cx.40,8kg	2.870	3.796	3.796	3.577	4.806	4.806	4.732	5.886	5.886	4.604	6.181	6.181	4.621	6.278	
Milho	sc.60kg	1.204	1.593	1.593	1.169	1.570	1.570	2.154	2.679	2.679	2.547	3.420	3.420	2.310	3.139	
Soja	sc.60kg	690	913	913	715	961	961	964	1.199	1.199	1.009	1.354	1.354	1.505	2.044	
Tomate ⁽⁴⁾	tonelada	84	111	111	117	157	157	136	169	169	266	357	357	225	305	

(1) Tomou-se como base os preços recebidos pelos agricultores e os preços de tratores referentes à média do trimestre maio-julho de cada ano.

(2) Preços referentes a corte e transporte.

(3) Utilizou-se como base de preço da fruta a cotação de suco de laranja na Bolsa de Nova York.

(4) Refere-se a tomate para indústria.

QUADRO 3. - Produção de Ração⁽¹⁾ pelas Indústrias Sindicalizadas, Segundo a Destinação e Estimativa de Produção Total, Brasil, 1985-89

Ano	Avicultura						Suinocultura	Pecuária bovina	Outros animais	Subtotal sindicalizada	Total geral ⁽²⁾
	Corte		Postura		Total						
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%					
1985	2.966	41,8	1.315	18,5	4.281	60,3	2.029	573	213	7.096	11.238
1986	3.084	39,3	1.347	17,2	4.431	56,5	2.381	735	294	7.841	13.607
1987	3.204	39,4	1.449	17,8	4.653	57,2	2.314	854	305	8.126	14.814
1988	2.965	42,9	1.117	16,2	4.082	59,1	1.702	828	298	6.910	14.179
1989	2.198	53,9 ⁽³⁾	634	15,5 ⁽³⁾	2.839	69,4 ⁽³⁾	462	492	293	4.079	14.010 ⁽⁴⁾

(1) Inclui rações completas, concentrados e convertidos.

(2) Inclui todos os tipos de produtores.

(3) Janeiro a Setembro.

(4) Previsão do Sindicato das Indústrias de Rações para o ano todo.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 4. - Produção de Rações pelas Indústrias Sindicalizadas, Principais Estados, 1985-88

Estados	1985		1986		1987		1988	
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%
Santa Catarina	1.998,0	28,2	2.345,0	29,9	2.245,0	27,6	2.068,2	29,9
São Paulo	1.842,0	25,9	2.054,2	26,2	2.205,9	27,1	1.985,9	28,7
Paraná	1.335,0	18,8	1.308,0	16,7	1.310,7	16,1	1.093,1	15,8
R. G. do Sul	645,0	9,1	703,4	9,0	793,0	9,8	642,3	9,3
Minas Gerais	468,0	6,6	498,2	6,3	516,6	6,4	376,3	5,4
Pernambuco	292,5	4,1	404,5	5,1	496,7	6,1	341,7	4,9
Rio de Janeiro	202,5	2,9	227,3	2,9	234,6	2,9	154,9	2,2
Goiás	187,0	2,6	131,5	1,7	128,9	1,6	87,5	1,3
Outros	126,0	1,8	169,3	2,2	194,6	2,4	160,1	2,5
Brasil	7.096,0	100,0	7.841,4	100,0	8.126,0	100,0	6.910,0	100,0

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 5. - Estimativa da Demanda de Rações Completas no Brasil e Participação dos Fornecedores, 1987 e 1988

Tipo	1987			1988		
	Total (1.000t)	Sindicato ⁽¹⁾ (%)	Outros ⁽²⁾ (%)	Total (1.000t)	Sindicato ⁽¹⁾ (%)	Outros ⁽²⁾ (%)
Aves						
Corte	6.254,1	51,2	48,8	6.176,0	48,0	52,0
Postura	3.159,0	45,9	54,1	3.007,9	37,1	62,9
Bovinos	929,9	91,8	8,2	857,1	96,6	3,4
Suínos	4.133,3	56,0	44,0	3.808,0	44,7	55,3
Outros animais	339,0	90,0	10,0	330,0	90,0	10,0
Total	14.814,0	55,0	45,0	14.179,0	48,7	51,3

(¹) Refere-se ao total de rações completas produzido pelas indústrias de ração sindicalizadas, já computado o volume de concentrados transformados em rações completas.

(²) Estimativas de rações completas produzidas por criadores e cooperativas (que produzem a própria ração) e outras indústrias não sindicalizadas.

Fonte: Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 6. - Preços Médios de Rações, Cidade de São Paulo, Setembro de 1988 a Setembro de 1989

Destinação e tipo de ração ⁽¹⁾	Ração			Concentrado		
	Set./88 (Cz\$/kg)	Set./89 (NCz\$/kg)	Variação (%)	Set./88 (Cz\$/kg)	Set./89 (NCz\$/kg)	Variação (%)
Ave						
Corte crescimento	81,48	0,86	955	134,05	1,17	773
Postura	67,35	0,76	1.028	101,54	0,98	865
Bovino						
Lactação	58,74	0,66	1.024	71,28	0,80	1.022
Suíno						
Engorda	66,80	0,73	993	125,54	0,97	673

(¹) Os tipos de ração foram escolhidos de acordo com a importância do volume consumido.

Fonte: Elaborado a partir de dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-CAFÉ

-Panorama Internacional

A produção mundial para o ano-safra 1988/89 (outubro a setembro) foi estimada pelo Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA), em 92,8 milhões de sacas, cerca de 10% abaixo da produção recorde do ano anterior, quando chegou a 103,2 milhões. As primeiras previsões para 1989/90 são de 95,2 milhões de sacas, 2,6% acima da safra 1988/89. Essas estimativas incluem as safras brasileiras, avaliadas pelo USDA em 25,0 milhões em 1988 e 26,0 milhões em 1989. Segundo dados do Instituto Brasileiro do Café (IBC), porém, elas foram significativamente inferiores, tendo atingido 20,6 milhões em 1988 e 23,6 milhões em 1989, ou seja, segundo o USDA, haveria cerca de 7 milhões de sacas a mais do que o considerado pelo IBC, o que certamente se constitui em fator tendente a reduzir as cotações internacionais, num mercado com preços em declínio após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC), em 04 de julho de 1989.

Os dados do USDA sobre a oferta e distribuição da produção mundiais mostram um quadro bastante equilibrado, visto que em 1989/90, o ano-safra se iniciou com estoque de 47,0 milhões de sacas que, somadas à produção (95,2 milhões de sacas) resultam em 142,6 milhões de sacas em disponibilidade, enquanto o consumo nos países produtores alcança 23,7 milhões. As exportações devem atingir 74,4 milhões restando, portanto, como estoque final, cerca de 47,3 milhões, praticamente a mesma quantidade inicial (quadro 7).

No final de 1989, porém, as cotações externas apresentaram sensível melhoria, após meses de tendência declinante, a partir de princípio de julho, quando foram suspensas as cláusulas econômicas do AIC. É possível que essa melhoria, ainda modesta, continue nos próximos meses, caso se concretizem alguns

prognósticos ainda prematuros de que a safra brasileira em 1990 será relativamente pequena, da ordem de, no máximo, cerca de 20,0 milhões de sacas. Permite, também, a ilação de que a diferença no volume de produção tenha sido aceita pelo mercado, em favor dos números do IBC.

A drástica redução de preços, a partir da suspensão das cláusulas econômicas do AIC, foi conseqüência da previsível guerra de preços. Os preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC) que atingiam a média de 115,02 centavos de dólar por libra-peso em junho, para a categoria "Brasileiro e Outros Arábicos" chegaram a 60,32 centavos em média em outubro, com um mínimo no dia 09 de outubro, de 56,00 centavos. Em princípio de novembro, houve sinais de pequena recuperação, com cotações de 62 centavos por libra-peso, após redução da ordem de 48% entre as médias de junho e outubro (quadro 8).

Apesar de não se poder esperar significativo aumento do consumo mundial no curto prazo, em decorrência de reconhecida inelasticidade da procura de café, as conseqüências da redução de preços deverão se fazer sentir em termos de aumento das exportações de países que podem vender seus cafés a menores preços. A médio e longo prazos é provável que na ausência do AIC os países produtores com custos de produção elevados tenderão a ser aliçados no mercado, o que poderá vir a estabilizar os preços a níveis mais lucrativos dentro de alguns anos.

Há, entretanto, considerável esforço de alguns países para que se renove o AIC, mas tanto o Brasil, principal produtor, como os Estados Unidos, principal consumidor, não tem dado mostras de que desejam renová-lo, apesar da redução da receita de exportações dos países produtores, fato de conseqüências mais graves nos países altamente dependentes do café.

As estimativas do USDA em relação ao consumo mundial, na ausência das quotas de exportação do AIC, são de que os preços baixos poderão provocar aumento da ordem de 5%, ao

menos no primeiro ano. A procura global mundial tem aumentado 1% a 2% ao ano, nos anos recentes, em decorrência de maior consumo na Europa e Ásia, embora o consumo nos Estados Unidos esteja estagnado ou em declínio. De acordo com o "Estudo Sobre o Consumo do Café nos Estados Unidos - Inverno de 1989", divulgado pela OIC, houve diminuição do consumo da ordem de 30%, entre 1962 e 1989, com redução de 3,12 xícaras por pessoa por dia, para 1,75 xícara. Observou-se pequeno aumento de consumo de 1,67 xícara por dia, em 1988 para 1,75, em 1989, mas essa informação é apenas uma importante indicação preliminar, pois não existem ainda informações suficientes para se julgar os efeitos da drástica redução dos preços internacionais sobre o consumo mundial.

-Situação Interna

A população cafeeira do Brasil em 1988 era de 4,2 bilhões de covas, segundo estimativas do IBC, com acréscimo da ordem de 10% em relação a do ano anterior (3,8 bilhões). A expansão de plantios deveu-se aos preços extraordinariamente elevados em 1986, por efeitos da seca de fins de 1985, que reduziram a safra de 1986 a apenas 13,5 milhões de sacas, uma das menores já verificadas na história do café no Brasil. Em 1987, porém, colheu-se 42,9 milhões de sacas, segundo a mesma fonte, uma das maiores safras já ocorridas, o que provocou contínua redução de cotações externas e internas até meados de 1989. A partir de julho/89, suspensas as cláusulas econômicas do AIC, deflagrou-se violenta guerra de preços que reduziram as cotações externas e as internas a preços reais, a cerca de 50% das que vigoravam antes da suspensão.

Provavelmente, em 1988 e 1989, já deve ter havido redução sensível no ritmo de expansão de plantios. Costuma-se avaliar em 50 milhões o número de covas substituídas anualmente para manutenção do parque produtivo e além dessa quantidade, novos plantios se desenvolveram, principalmente, no Brasil Central, nas regiões de cerrados, com solos favoráveis e clima propício a cafés de bebida mais fina.

Em 1988, segundo as estimativas do IBC, o Estado de Minas Gerais liderava a produção nacional, com a população de 1,7 bilhão de covas,

seguinte-se São Paulo com 750 milhões, Espírito Santo com 730 milhões e Paraná com 511 milhões. Verificou-se, portanto, acentuada migração dos plantios, das áreas mais sujeitas a geadas para as regiões mais ao Norte, em especial, para Minas Gerais.

Em 1989, a produção nacional foi estimada em torno de 23,6 milhões de sacas beneficiadas, sendo que Minas Gerais produziu 9,2 milhões de sacas beneficiadas (39,0%); São Paulo, 4,4 milhões (18,6%); Espírito Santo, 4,3 milhões (18,2%); e Paraná, 3,5 milhões (14,8%). Pela segunda vez consecutiva, repetiram-se safras relativamente pequenas, já que em 1988 a safra foi estimada em 20,6 milhões de sacas, quantidade muito inferior às necessidades do consumo interno, avaliado ao redor de 10 milhões de sacas e de exportações, da ordem de 18 a 19 milhões em anos considerados normais em termos de comercialização externa.

O tamanho da futura safra, em 1990, constituiu-se em fator essencial para que se delineiem os rumos do mercado. O potencial de produção do parque cafeeiro, se as condições climáticas forem favoráveis, é da ordem de 38 milhões de sacas, se se considerar a existência de 4,2 milhões de covas com produtividade média em torno de 9 sacas beneficiadas por mil covas. Os baixos preços externos e internos ao longo de 1989, entretanto, a par da erradicação de cafezais em diversas áreas, inclusive em algumas regiões do Oeste Paulista severamente afetadas por nematóides, deverão influir significativamente na produção nacional, com redução do potencial produtivo de 50%, segundo estimativas de algumas fontes.

A existência de atividades agropecuárias consideradas relativamente mais rentáveis, dentre as quais destacam-se a seringueira, em algumas regiões de São Paulo, a criação de gado de corte, a citricultura e a cana-de-açúcar, é outro fator fundamental para se explicar a tendência à diminuição da produção, na presença de redução, sem precedentes, dos preços recebidos pelos cafeicultores, a partir de meados de 1989, em decorrência da drástica redução das cotações externas, praticamente ininterrupta desde a suspensão das cláusulas econômicas do AIC. Em junho de 1989, os preços médios recebidos pelos cafeicultores no Estado de São Paulo, em termos reais, eram da ordem de NCz\$508,98 por

saca de 60kg e em outubro chegaram a NCz\$209,88, ou seja, cerca de 41% dos verificados antes da suspensão (quadro 9).

Em princípio de novembro de 1989, ocorreram sinais de ligeira recuperação. As cotações de cafés finos, que no início de outubro correspondiam a cerca de US\$60,00 por saca ao câmbio oficial, passaram para cerca de US\$85,00, ou seja, o correspondente a apenas 64 centavos de dólar por libra-peso. Este valor ainda é baixo em relação às elevadas cotações de 1986, por exemplo, mas superior aos níveis mínimos atingidos em princípio de outubro, quando os preços indicativos da OIC chegaram próximos de 56 centavos de dólar.

Outrossim, as estimativas de custo operacional total, elaboradas pelo IEA, com base nos preços vigentes na segunda quinzena de outubro de 1989, variaram de NCz\$487,58/sc. (ou 1.321,48BTN) na região de Campinas até NCz\$667,40/sc. (ou 1.779,18BTN) na região de Ribeirão Preto, com NCz\$507,45/sc. (1.172,42 BTN) na de Bauru (quadros 10, 11 e 12).

Dentre os fatores que contribuem para favorecer expectativas de recuperação do nível de preços, deve-se considerar: as perspectivas de que a próxima safra será inferior às potencialidades; as possibilidades, ainda que duvidosas, de resultados favoráveis a novo AIC a partir da reunião para discussão em 20/21 de novembro em Costa Rica; e a elevação dos preços de garantia de compra pelo IBC. A partir de 01 de novembro, através da Resolução IBC nº 62/89, tais preços passaram a NCz\$412,08 para o tipo 6 - bebida dura, NCz\$358,31 para o tipo 6 - livre de gosto Rio, NCz\$322,50 para o tipo 6 - Rio Zona e NCz\$286,66 para o tipo 7 - Connillon. Em princípio de novembro, entretanto, as cotações para o tipo 6 para melhor eram da ordem de NCz\$485,00 para cafés finos e extrafinos, NCz\$440,00 para os duros de boa qualidade, NCz\$310,00 para os da bebida Rio e NCz\$325,00, pilhas batidas para consumo interno. Apesar de inferiores às cotações de mercado, os preços de garantia aos níveis mais elevados do que anteriormente oferecem suporte para que o setor privado apresente maiores cotações.

As perspectivas para o mercado em futuro próximo dependerão da adoção ou não de medidas governamentais de suporte aos níveis de

preços vigentes, de forma a compensar, pelo menos, a efetiva desvalorização da moeda. Não se pode descartar, inclusive, as possibilidades de se diminuir o grau de artificialismo cambial, medida considerada viável por alguns setores da economia. Desde o dia 1º de agosto, os preços de garantia estão sendo corrigidos pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), mas as compras só se iniciaram a partir de 1º de outubro, prevendo-se um prêmio real de 10% a partir de 1º de janeiro de 1990. Os preços de garantia, no entanto, não têm se situado a níveis tais que induzam a compras governamentais em maior escala, noticiando-se aquisições da ordem de 1,3 milhão de sacas da safra atual.

No que se refere ao comportamento da próxima safra, deve-se considerar que seu volume condicionará as disponibilidades de café brasileiro para as exportações em 1990. É provável que essas disponibilidades sejam reduzidas, conforme se verifica pelo balanço da oferta e necessidades para consumo interno e exportações. Numa primeira hipótese, caso a safra de 1990 seja da ordem de 20 milhões de sacas, as disponibilidades em maio de 1991 reduzir-se-ão a apenas 8 milhões de sacas, desde que o consumo interno e exportações atinjam níveis considerados usuais. A segunda hipótese, de safra relativamente grande, da ordem de 30 milhões de sacas resultaria, também, em estoque final em 31 de maio, apenas suficiente para manter-se um mínimo de reservas como garantia contra eventuais acidentes climáticos, sem provisão suficiente para atendimento a uma eventual expansão dos mercados para o café do Brasil (quadro 13).

QUADRO 7.- Oferta Mundial e Distribuição de Café, 1978/79 a 1989/90(1)

(em 1.000sc.60kg)

Ano comercial	Estoque inicial	Produção	Importação(2)	Total disponível	Uso doméstico	Exportação total(3)	Estoque final
1978/79	29.406	79.035	678	109.109	19.462	64.588	25.059
1979/80	25.059	81.810	653	107.415	19.948	61.950	25.517
1980/81	25.517	86.143	675	112.335	20.468	59.854	32.013
1981/82	32.013	98.100	755	130.971	21.063	65.390	44.518
1982/83	44.518	82.064	733	127.177	20.647	65.118	41.412
1983/84	41.412	88.605	606	130.621	21.089	68.157	41.374
1984/85	41.374	90.284	456	132.097	23.015	72.000	37.154
1985/86	37.154	95.871	387	132.701	21.349	69.568	42.272
1986/87	42.272	79.316	265	121.386	22.219	66.300	33.719
1987/88	33.719	102.738	306	136.740	23.756	67.231	47.228
1988/89	47.228	92.080	315	139.228	24.799	68.105	47.025
1989/90	47.025	95.243	293	142.561	23.737	71.152	47.251

(1) As informações referem-se apenas ao conjunto de países produtores.

(2) Refere-se apenas às importações de café pelos países produtores, geralmente sob a forma de produtos processados para uso interno.

(3) Inclui café solúvel e torrado, em equivalente de café verde.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), junho de 1988.

QUADRO 8.- Preços Indicativos de Café da Organização Internacional do Café (OIC), 1985-89

(em centavo de dólar por libra-peso)(1)

Ano e mês	Suaves Colombianos	Outros Suaves	Brasileiros e Outros-Arábicas	Robusta
1985	155,87	145,56	151,76	121,24
1986	220,04	192,74	231,19	147,83
1987	123,46	112,29	106,37	102,34
1988	-	135,10	121,84	95,11
1989				
Jan.	-	149,50	145,29	102,83
Fev.	-	137,57	128,72	96,66
Mar.	149,17	139,38	128,06	95,61
Abr.	151,05	143,06	131,45	91,73
Mai.	146,65	138,65	128,94	92,00
Jun.	134,16	123,21	115,02	84,55
Jul.	94,41	85,91	78,75	65,78
Ago.	83,15	77,40	67,32	59,35
Set.	83,25	77,84	67,75	60,66
Out.	74,10	67,76	60,32	53,83

(1) Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO 9.- Preços Médios Correntes e Reais de Café Beneficiado Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1987-89

(em NCz\$/sc.60kg) (1)

Mês	1987		1988		1989	
	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)
Jan.	1.911,59	873,93	3.588,85	299,45	78,83	504,31
Fev.	1.732,26	693,72	4.908,56	348,13	78,81	450,95
Mar.	1.619,79	561,40	5.687,09	341,42	81,91	449,68
Abr.	1.676,36	484,95	6.616,39	307,67	106,41	555,47
Mai.	2.183,91	496,18	7.171,40	299,16	134,03	620,48
Jun.	2.068,11	374,31	10.748,08	371,21	139,37	508,98
Jul.	1.946,06	322,51	13.557,44	385,26	131,91	349,38
Ago.	2.070,47	327,62	14.894,68	344,24	129,45	251,22
Set.	2.235,49	326,75	20.135,57	370,06	171,39	239,43
Out.	2.582,83	340,11	26.419,00	380,68	209,88	209,88
Nov.	2.760,16	317,87	33.808,30	380,69
Dez.	2.918,55	335,21	49.072,73	428,68

(1) Preços correntes em cruzados até dezembro de 1988.

(2) Em cruzados novos de outubro de 1989, deflacionados pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 10.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Café, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 10,4sc.60kg, DIRA de Bauru, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	1.080,02	103,85	239,93	20,46
Aubos e corretivo	1.053,01	101,25	233,93	19,95
Defensivos	222,21	21,37	49,36	4,21
Operação de máquinas	1.341,22	128,96	297,96	25,41
Empreita(2)	624,00	60,00	138,62	11,82
Outros(3)	167,99	16,15	37,32	3,18
Custo Operacional Efetivo	4.488,44	431,58	997,12	85,05
Depreciação de máquinas	519,76	49,98	115,47	9,85
Encargos financeiros	269,31	25,89	59,83	5,10
Custo Operacional Total	5.277,51	507,45	1.172,42	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
 (2) Refere-se à colheita por empreita.
 (3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 11.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Café Tração Motomeca-
nizada, por Hectare, Produção de 12,2sc.60kg, DIRA de Campinas, Estado de São
Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1) por hectare	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca		
Mão-de-obra	1.663,76	136,37	369,61	27,97
Aubos e corretivo	1.614,30	132,32	358,62	27,14
Defensivos	915,90	75,07	203,47	15,40
Operação de máquinas	594,22	48,71	132,01	9,99
Empreita(2)	366,00	30,00	81,31	6,15
Outros(3)	215,41	17,66	47,85	3,62
Custo Operacional Efetivo	5.369,60	440,13	1.192,87	90,27
Depreciação de máquinas	256,73	21,04	57,03	4,32
Encargos financeiros	322,18	26,41	71,57	5,42
Custo Operacional Total	5.948,50	487,58	1.321,48	100,00

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se à colheita por empreita.

(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 12.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Café, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 12sc.60kg, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	1.370,93	114,24	304,56	17,12
Adubos e corretivo	2.651,91	220,99	589,13	33,11
Defensivos	962,66	80,22	213,86	12,02
Operação de máquinas	1.289,14	107,43	286,39	16,10
Empreita(2)	588,00	49,00	130,63	7,34
Outros(3)	178,87	14,91	39,74	2,23
Custo Operacional Efetivo	7.041,51	586,79	1.564,29	87,92
Depreciação de máquinas	544,81	45,40	121,03	6,80
Encargos financeiros	422,49	35,21	93,86	5,28
Custo Operacional Total	8.008,81	667,40	1.779,18	100,00

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se à colheita por empreita.

(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 13.- Estimativas Preliminares e Hipóteses de Produção, Consumo Interno, Exportações e Estoques de Café no Brasil, 1989 a 1991

(em milhões de sacas de 60kg)

Discriminação	Hipóteses	
	(A)	(B)
Estoque inicial em 31/05/89(1)	24,5	-
Produção: safra de 1989(2)	23,6	-
Disponibilidade até 31/05/90	48,1	-
Menos: Consumo interno até 31/05/90(3)	(12,0)	-
Exportações até 31/05/90(3)	(19,0)	-
Estoque final em 31/05/90	17,1	17,1
Produção: safra de 1990(4)	20,0	30,0
Disponibilidades até 31/05/91(4)	37,1	47,1
Menos: Consumo interno(4)	(11,0)	(12,0)
Exportações até 31/05/91(4)	(18,0)	(19,0)
Estoque final em 31/05/91	8,0	16,1

(1) Estimativa baseada em dados levantados pela OIC.

(2) IBC - 2a. estimativa de safra.

(3) Estimativas baseadas no comportamento de anos anteriores, sujeitas à retificação.

(4) Hipóteses (A) e (B).

Fonte: Simulação do autor.

-CANA-DE-AÇÚCAR

-Panorama Internacional

Em 1980, os preços do açúcar no mercado internacional alcançaram a elevada cifra de US\$650,00 a tonelada. A partir daí, percorreram uma curva francamente descendente, atingindo o patamar mínimo em 1985. Nesse ano, a tonelada do açúcar demerara chegou a valer cerca de US\$60,00/t em determinados meses, valor este que representava menos de um quarto do seu custo de produção (quadro 14).

Naquele período de baixas cotações, os estoques mundiais de açúcar eram bastante elevados, em decorrência do grande volume de produção e, principalmente, em função de programas de auto-suficiência por parte de alguns países, a exemplo da Comunidade Econômica Européia (CEE) que passou de importadora líquida do produto a grande exportadora, a partir do final da década de 70.

A partir de 1985, os preços do açúcar começaram a se recuperar gradativamente. Em 1986, pela primeira vez desde 1980, a produção mundial de açúcar começou a crescer a taxas menores que as do consumo, causando redução nos níveis dos estoques mundiais e levando à recuperação das cotações internacionais. O preço médio anual do produto em 1985 foi de US\$90,00 por tonelada, alcançando uma média preliminar de US\$270,00 em 1989, o que representa acréscimo significativo de 200% no período.

Um fator de importância no cenário mundial é a recente situação enfrentada por Cuba, maior exportador mundial de açúcar demerara. A produção estimada pela agência alemã de estatísticas F.O. Licht, para a safra cubana de 1989/90, é de 7,8 milhões de toneladas que, comparada à safra anterior de 8,1 milhões, representaria queda de 4%. Este fato, aliado a um atraso no início da colheita, leva a crer que haverá uma diminuição nas exportações cubanas para seus principais clientes: República Popular da China, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Japão.

A mesma agência prevê que os estoques mundiais de açúcar cairão para 30,9 milhões de toneladas em agosto de 1990, aproximando-se da relação estoque/consumo verificada em 1980.

Convém salientar que no período de baixas cotações, o nível dos estoques alcançou 50 milhões de toneladas.

A possível suspensão ou diminuição das cotas de exportação brasileiras para alguns países, por outro lado, também poderá afetar a cotação externa do produto. A atual conjuntura internacional sinaliza uma boa perspectiva para as exportações de açúcar. Porém, o impasse de se produzir mais açúcar ou mais álcool está criado, tendo em vista a expectativa de um futuro déficit no mercado nacional de álcool carburante.

-Situação Interna

A área total plantada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, nas três últimas safras, ficou praticamente estável em torno de 2,0 milhões de hectares. A produção de cerca de 134 milhões de toneladas também não vem apresentando sinais de expansão (quadro 15).

O Estado de São Paulo responde por 50% da produção nacional de açúcar e 65% da de álcool. É também, responsável por mais de 55% da moagem de cana-de-açúcar no Brasil, que foi de 221 milhões de toneladas na safra passada (quadro 16).

Dados preliminares do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), relativos à safra industrial de 1989/90, que na Região Centro-Sul está em fase final (término em novembro/dezembro), apresentam um volume de cana moída para São Paulo (até 30/09/89) de 94,5 milhões de toneladas. Estima-se em decorrência da seca no período de setembro a novembro do ano passado, que prejudicou a brotação e o rendimento desta safra, que o volume total a ser moído deverá ficar pelo menos 10% aquém do registrado na safra anterior, que foi de 126 milhões de toneladas.

Além disso, os baixos preços fixados para a matéria-prima em anos passados vêm desestimulando a intenção dos produtores paulistas na renovação dos canaviais e, também, têm sido causa do baixo nível de adubação e aplicação de defensivos em algumas regiões do Estado, prejudicando o rendimento da cultura. A relação de troca entre preços pagos e recebidos mostrou-se no primeiro semestre de 1989 favorável aos produtores no caso de aquisição de tratores e

desfavorável para compra de fertilizantes, em relação aos índices da safra anterior.

Em 1989 atipicamente, o preço da matéria-prima já sofreu seu décimo reajuste no dia 1º de novembro, passando para NCz\$54,51 a tonelada. Espera-se novos reajustes em meados de novembro, dezembro e janeiro próximos, com base na inflação plena do mês anterior, acumulando um ganho real de 31%. A partir de fevereiro de 1990, os preços deverão ser calculados com base na planilha de custos dos produtores, vindo de encontro a suas antigas reivindicações. O custo operacional total de plantio foi estimado pelo IEA, com base em dados da segunda quinzena de outubro de 1989, em NCz\$6.321,33/ha (1.404BTNs) e NCz\$5.722,29/ha (1.271BTNs) para as regiões de Campinas e Ribeirão Preto, respectivamente. Para os cortes sucessivos (2º, 3º e 4º), os custos operacionais por hectare nessas regiões caem para a média de 570BTNs, ou seja, de 558BTNs na de Campinas e de 583BTNs na de Ribeirão Preto (quadros 17 a 24).

Contudo, a produção de cana-de-açúcar para a safra 1990/91 não deverá apresentar expansão significativa, pois a área a ser então colhida já foi plantada, esperando-se apenas melhora na produtividade em decorrência do comportamento climático favorável deste ano, beneficiando a brotação da soqueira. Os efeitos da atual política de preços deverão se fazer sentir somente na safra 1991/92, influenciando a próxima temporada de plantio, de janeiro a março de 1990.

Tendo em vista a ameaça constante da falta de álcool combustível, até mesmo, de açúcar no mercado interno, o Governo Federal vem adotando políticas paliativas para evitar um verdadeiro colapso na oferta destes produtos em 1990. Uma das medidas cogitadas para conter o alto consumo de álcool carburante no mercado interno é a diminuição do percentual de mistura de álcool anidro na gasolina, de 22% para 12% e a adição de 5% de gasolina no álcool hidratado. Outra alternativa que vem sendo estudada, é a importação de metanol para mistura no álcool combustível, além da importação do álcool de uva da Europa.

Por outro lado, as exportações de açúcar que eram feitas pelo IAA foram liberadas para serem efetuadas pelos produtores, obedecido o

abastecimento do mercado interno. Porém, a atual conjuntura não permite que esses negócios se realizem a contento, uma vez que o déficit na oferta de álcool já é fato consumado, podendo, ainda, nortear a opção de produção dos produtores do Nordeste, uma vez que lá o corte da cana teve início em setembro, prolongando-se até março.

Este quadro reflete a falta de um planejamento de médio e longo prazos, no qual os excessivos estoques de álcool existentes há alguns anos se exauriram, dando lugar a uma situação comprometedor, envolvendo uma frota de 4,2 milhões de veículos automotores. Poderá, de outra parte, significar o início de um novo período em que os produtores sentir-se-ão estimulados a expandir suas produções, seja pela incorporação de áreas ou de aumentos de produtividade.

QUADRO 14.- Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1985-1989(1)

(em US\$/t)

Mês	1985	1986	1987	1988	1989
Jan.	79,47	106,84	142,16	212,80	213,02
Fev.	81,90	122,74	162,91	187,64	232,67
Mar.	84,55	155,41	166,67	187,20	254,75
Abr.	76,16	183,88	147,46	188,52	268,43
Mai.	62,25	169,31	148,78	195,58	264,46
Jun.	61,43	140,84	142,16	229,58	275,72
Jul.	69,09	122,52	134,66	310,82	307,71
Ago.	96,90	122,96	124,06	247,91	309,27
Set.	112,58	103,31	128,48	224,28	311,48
Out.	110,38	118,98	145,69	226,93	319,83(2)
Nov.	120,97	131,35	161,37	239,29	...
Dez.	119,99	125,83	181,90	247,68	...
Média	89,64	133,66	148,86	224,85	270,83(2)

(1) Média das cotações do açúcar a granel em Nova Iorque e Londres, FOB - Porto do Caribe.

(2) Dado preliminar.

Fonte: International Sugar Organization.

QUADRO 15.- Área e Produção de Cana-de-Açúcar, Estado de São Paulo, 1986/87 a 1988/89

Safras	Área (1.000ha)		Produção(1.000t)	
	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil
1986/87	2.057	4.314	132.050	268.741
1987/88	2.098	4.116	134.100	258.449
1988/89(1)	2.066	4.248	134.160	270.605

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 16.- Produção de Açúcar e Alcool, Estado de São Paulo e Brasil, 1986/87 a 1988/89

Safras	Açúcar (1.000t)		Alcool(10 ⁶ l)	
	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil
1986/87	3.617	8.157	6.223	10.537
1987/88	3.638	7.985	7.329	11.459
1988/89(1)	4.001	8.070	7.724	11.713

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 17.-Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Plantio, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 95t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	530,71	5,59	117,90	8,40
Muda	402,70	4,24	89,46	6,37
Adubos e corretivo	1.091,74	11,49	242,53	17,27
Defensivos	573,77	6,04	127,46	9,08
Operação de máquinas	1.950,32	20,53	433,27	30,85
Outros(2)	466,36	4,91	103,60	7,38
Custo operacional efetivo	5.015,59	52,80	1.114,23	79,34
Depreciação de máquinas	854,34	8,99	189,79	13,52
Encargos financeiros	451,40	4,75	100,28	7,14
Custo Operacional Total	6.321,33	66,54	1.404,30	100,00

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se à despesa com corte.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 18.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 2o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 75t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	241,91	3,23	53,74	9,08
Aubos e corretivo	466,40	6,22	103,61	17,50
Defensivos	399,88	5,33	88,83	15,00
Operação de máquinas	730,20	9,74	162,22	27,39
Outros(2)	368,28	4,91	81,81	13,82
Custo Operacional Efetivo	2.206,67	29,42	490,22	82,78
Depreciação de máquinas	326,56	4,35	72,55	12,25
Encargos financeiros	132,40	1,77	29,41	4,97
Custo Operacional Total	2.665,64	35,54	592,18	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 19.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 3o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 62t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	227,82	3,67	50,61	9,25
Aubos e corretivo	466,40	7,52	103,61	18,93
Defensivos	399,88	6,45	88,83	16,23
Operação de máquinas	651,26	10,50	144,68	26,44
Outros(2)	304,29	4,91	67,60	12,35
Custo Operacional Efetivo	2.049,65	33,06	455,34	83,21
Depreciação de máquinas	290,61	4,69	64,56	11,80
Encargos financeiros	122,98	1,98	27,32	4,99
Custo Operacional Total	2.463,25	39,73	547,22	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se à despesa com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 20.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar 4o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 52t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	227,82	4,38	50,61	9,45
Aubos e corretivo	466,40	8,97	103,61	19,34
Defensivos	399,88	7,69	88,83	16,58
Operação de máquinas	651,26	12,52	144,68	27,01
Outros(2)	255,15	4,91	56,68	10,58
Custo Operacional Efetivo	2.000,51	38,47	444,42	82,97
Depreciação de máquinas	290,61	5,59	64,56	12,05
Encargos financeiros	120,03	2,31	26,67	4,98
Custo Operacional Total	2.411,16	46,37	535,65	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
 (2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 21.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Plantio, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 100t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	467,04	4,67	103,75	8,16
Muda	608,84	6,09	135,26	10,64
Aubos e corretivo	1.240,70	12,41	275,63	21,68
Defensivos	621,02	6,21	137,96	10,85
Operação de máquinas	1.556,39	15,56	345,76	27,20
Outros(2)	490,91	4,91	109,06	8,58
Custo Operacional Efetivo	4.984,90	49,85	1.107,41	87,11
Depreciação de máquinas	288,74	2,89	64,15	5,05
Encargos financeiros	448,64	4,49	99,67	7,84
Custo Operacional Total	5.722,29	57,22	1.271,22	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 22.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 2o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 78t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	198,11	2,54	44,01	7,18
Aubos e corretivo	859,66	11,02	190,98	31,18
Defensivos	269,18	3,45	59,80	9,76
Operação de máquinas	628,38	8,06	139,60	22,79
Outros(2)	382,91	4,91	85,06	13,89
Custo Operacional Efetivo	2.338,24	29,98	519,45	84,80
Depreciação de máquinas	278,89	3,58	61,96	10,11
Encargos financeiros	140,29	1,80	31,17	5,09
Custo Operacional Total	2.757,43	35,35	612,57	100,00

- (1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 23.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 3o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 60t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação
	por hectare	por tonelada	por hectare	percentual (%)
Mão-de-obra	180,66	3,01	40,13	7,07
Açubos e corretivo	859,66	14,33	190,98	33,62
Defensivos	269,18	4,49	59,80	10,53
Operação de máquinas	571,67	9,53	127,00	22,36
Outros(2)	294,57	4,91	65,44	11,52
Custo Operacional Efetivo	2.175,75	36,26	483,35	85,09
Depreciação de máquinas	250,74	4,18	55,70	9,81
Encargos financeiros	130,54	2,18	29,00	5,11
Custo Operacional Total	2.557,03	42,62	568,05	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
 (2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 24.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 4o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 60t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	180,66	3,01	40,13	7,07
Adubos e corretivo	859,66	14,33	190,98	33,62
Defensivos	269,18	4,49	59,80	10,53
Operação de máquinas	571,67	9,53	127,00	22,36
Outros(2)	294,57	4,91	65,44	11,52
Custo Operacional Efetivo	2.175,75	36,26	483,35	85,09
Depreciação de máquinas	250,74	4,18	55,70	9,81
Encargos financeiros	130,54	2,18	29,00	5,11
Custo Operacional Total	2.557,03	42,62	568,05	100,00

- (1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-FRUTICULTURA

-BANANA

-Panorama Internacional

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) observou, no início da atual década, uma redução no consumo **per capita** de banana e indicou a necessidade de estudos de mercado, além de campanhas publicitárias e de educação do consumidor sobre o valor nutritivo dessa fruta.

Essa tendência, lenta e localizada em alguns países, não foi obstáculo para que as exportações mundiais de banana registrassem um movimento recorde, em 1987, quando atingiram 7.525 mil toneladas, superior em 8,2% à média de 6.956 mil toneladas do triênio 1980/82.

No primeiro semestre de 1988, a FAO constatou que a demanda de banana continuou forte, devido a preços de varejo competitivos, colheitas moderadas das frutas concorrentes e fortalecimento do dólar frente às moedas nacionais dos exportadores.

As previsões para a próxima década indicam um acirramento na disputa pelo mercado externo, entre as multinacionais norte-americanas e fornecedores independentes apoiados pela União dos Países Exportadores de Banana (UPEB). Colômbia e Nicarágua possuem, atualmente, suas próprias companhias independentes de comercialização; a Guatemala formou a sua no ano passado e a Costa Rica, dentro de um ou dois anos, também estará comercializando banana de forma independente, segundo a UPEB.

Dos 137 milhões de caixas de banana importadas pela Comunidade Européia (CE), no ano passado, 41 milhões foram para a França e Reino Unido pelo sistema de tarifa-zero dos acordos da Convenção de Lomé para países da África, Caribe e Pacífico (ACP). Cerca de 42 milhões de caixas foram para a Alemanha Ocidental, através de uma cota especial (tarifa-zero) e, em sua maioria, fornecidas pelas grandes multinacionais norte-americanas. Os outros 54 milhões de caixas entraram na CE pagando uma tarifa de importação de 20%. Dessa parcela, as independentes Colômbia e Nicarágua forneceram 20 milhões.

A maneira como a CE vai regular o mercado de banana depois de 1992 preocupa os países exportadores, principalmente, aqueles que têm nesse produto uma importante fonte de captação de divisas.

Embora o Brasil mantenha-se como o maior produtor mundial de banana (12,5% em 1988) suas exportações correspondem a apenas 1,1% do volume total do comércio internacional. As exportações brasileiras, que declinaram em 1988, são feitas quase que exclusivamente para Argentina e Uruguai, dependendo, portanto, da situação econômica e do poder de compra nesses países.

-Situação Interna

O Brasil é o maior produtor e consumidor mundial de banana, tendo, em 1988, atingido uma produção de 5.146 mil toneladas (FAO), vindo a seguir a Índia 4.596 mil toneladas; China, 2.800 mil toneladas; Filipinas, 2.248 mil toneladas e Equador, 2.218 mil toneladas.

A produção brasileira, em 1988, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 515.585 mil cachos, em uma área de 466.607 hectares e com um rendimento médio de 1.103 cachos/ha. O Estado maior produtor foi a Bahia, 81.020 mil cachos, seguido de São Paulo, 53.210 mil cachos; Santa Catarina, 39.630 mil cachos; Pernambuco, 37.583 mil cachos; Minas Gerais, 36.444 mil cachos; Rio de Janeiro, 34.657 mil cachos e Ceará, 34.493 mil cachos.

A previsão para 1989, divulgada em julho pelo IBGE, é de uma produção de 546.387 mil cachos, representando um acréscimo de 6% em relação a 1988.

Para São Paulo, o Instituto de Economia Agrícola (IEA), com base em levantamento efetuado em setembro, estima uma produção de 1.089,5 mil toneladas, com acréscimo de 10,7% sobre 1988. Essa evolução da produção é toda devida a ganhos de produtividade, uma vez que estima-se uma redução de 5,0% na área plantada. A variação acentuada na produtividade, de um ano para outro, reflete, principalmente, a não ocorrência de fatores climáticos adversos, a exemplo de frio e seca verificados em 1988. Outrossim, a introdução da variedade nanicao, a partir da década de 70, simultaneamente ao

adensamento da cultura, propiciou aumento da produtividade da bananicultura paulista, fato melhor visível quando essa variável é medida em kg/ha e obscurecido quando é adotado cachos/ha, uma vez que o peso médio do cacho tem aumentado nesse período (quadro 25).

Da produção paulista de 1988, foram exportados 7,8%, índice superior apenas ao de 1987 (7,1%) que foi a menor proporção nos últimos 20 anos. Essa perda de importância relativa do mercado externo foi basicamente provocada pela elevada taxa de crescimento da produção.

Admitindo-se uma perda de 15% nas zonas produtoras, referente ao peso do engaço e dos ponteiros dos cachos, estima-se que 77% da produção seja comercializada internamente. No Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP) foram registradas entradas de cerca de 160 mil toneladas de banana verde, a granel e em caixas (toritos). Nas demais CEASAS do Brasil, segundo a COBAL, foram movimentadas 113 mil toneladas (em 1987) de banana originária de São Paulo (quadro 26).

Considerando ainda uma pequena parcela destinada à industrialização, resta cerca de 50% da produção que seria distribuída ao mercado interno independentemente da rede de centrais de abastecimento.

O preço real médio recebido pelo bananicultor paulista, em 1988, foi 12,9% superior ao de 1987 e 15,8% inferior ao de 1986. Já o preço médio real, praticado no atacado da banana verde (CEAGESP) em 1988, foi o mesmo de 1987 e 30,1% inferior ao de 1986. No varejo, o comportamento real, em 1988, foi diferente, tendo sido 16,2% inferior ao de 1987 e 23,2% inferior ao de 1986. Como os varejistas não conseguiram repassar ao consumidor o aumento do preço pago ao produtor, a parcela dos bananicultores no preço final aumentou (quadros 27 e 28).

A média dos preços recebidos pelos produtores, até setembro de 1989, foi 25,3% superior à de 1988, em termos reais. De outra parte, a estimativa de custo operacional indica também um aumento real da ordem de 35%. Até o momento, estima-se que a receita líquida, em 1989, será positiva, porém, a lucratividade menor que a dos dois anos anteriores.

Para os cultivos cuja colheita ocorrerá,

preponderantemente, no próximo ano, segundo estimativas do IEA, com base nos preços dos insumos e fatores vigentes na segunda quinzena de outubro, o custo operacional para produção da banana varia de NCz\$288,60/t (1.923 BTN/ha) a NCz\$354,24/t (2.361 BTN/ha) nos casos das culturas em morro e várzea, respectivamente (quadros 29 e 30).

QUADRO 25. - Evolução da Cultura da Banana, Estado de São Paulo, 1984 a 1989

Ano	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Rendimento (kg/ha)	Preço corrente (Cz\$/t)(1)	Preço real (Cz\$/t)(2)	Custo operacional (Cz\$/t)(2)	Receita líquida (Cz\$/t)(2)	Exportações (t)	Preço das Exportações (US\$/t)	Relação Exp./Prod. (%)
1984	43.1	765.9	19,400	165.64	1,294.62	526.55	768.06	103,151	160.22	13.5
1985	44.9	789.2	18,609	432.38	1,038.16	571.23	466.93	105,296	157.87	13.3
1986	48.7	1,121.9	24,048	1,244.00	1,226.76	368.06	858.71	101,166	137.18	9.0
1987	52.4	1,140.2	22,995	2,998.00	914.75	310.15	604.60	81,220	147.79	7.1
1988	49.3	984.4	21,267	26,564.00	1,033.01	338.36	694.65	76,860	153.06	7.8
1989(3)	46.8	1,089.5	23,280	241.00	1,294.01	457.56	836.45

(1) NCz\$ em 1989. Preços calculados de acordo com a proporção de colheita mensal (IBGE 1980).

(2) Corrigidos pelo Índice 2 da FGV - Base março/86.

(3) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 26.- Entradas Mensais de Banana no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985/89

(em toneladas)(1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1985	11.937	11.614	14.892	13.985	13.918	12.707	14.662	15.782	14.133	14.357	13.245	11.667	162.899
1986	13.749	12.896	12.262	12.435	12.319	12.372	13.071	13.847	13.107	13.708	12.764	11.892	154.422
1987	15.029	12.573	14.088	14.240	13.361	12.903	13.983	12.720	12.047	13.205	11.836	11.641	157.626
1988	13.455	13.522	14.502	14.509	13.454	12.055	11.809	12.624	13.174	14.016	13.277	13.363	159.760
1989	14.784	13.609	14.957	12.264	13.097	11.909	12.444	11.447	104.511

(1) Dados originais em caixa ou torito (21kg) e a granel convertidos em toneladas.

Fonte: CEAGESP - Boletins Mensais.

QUADRO 27. - Preços Nominiais Recebidos pelos Produtores de Banana, Estado de São Paulo, 1985/89(1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1985	0.342	0.237	0.170	0.185	0.182	0.149	0.181	0.247	0.548	0.898	1.003	1.043
1986	0.951	0.867	1.030	1.090	1.190	1.130	1.070	0.960	1.360	1.860	1.860	1.490
1987	1.080	1.030	0.930	1.240	1.160	1.550	2.870	3.510	3.800	7.340	8.030	6.840
1988	6.770	6.000	9.980	14.050	15.570	13.850	19.190	39.380	43.970	49.380	52.740	73.360
1989	0.12	0.14	0.16	0.17	0.17	0.17	0.18	0.41	0.66

(1) Média ponderada pela proporção de colheita mensal - Censo IBGE 1980; em Cz\$1.000/kg em 1985; em Cz\$/kg de jan.86 a dez.88; NCz\$/kg de jan.89 em diante.

Fonte: Dados do Instituto de Economia Agrícola, referentes a torito (21 kg) e convertidos em NCz\$/kg.

QUADRO 28. - Preços Reais Recebidos pelos Produtores de Banana, Estado de São Paulo, 1985/89(1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1985	1.45	0.91	0.58	0.59	0.54	0.41	0.46	0.55	1.11	1.67	1.62	1.49
1986	1.15	0.86	1.03	1.10	1.19	1.13	1.06	0.94	1.32	1.77	1.73	1.29
1987	0.83	0.70	0.55	0.61	0.45	0.47	0.80	0.94	0.94	1.63	1.56	1.15
1988	0.95	0.72	1.01	1.18	1.10	0.81	0.92	1.54	1.37	1.20	1.00	1.08
1989	1.34	1.31	1.46	1.48	1.32	1.02	0.82	1.34	1.56

(1) Em Cz\$ de março de 1986 convertidos pelo IGP 2 da FGV.

Fonte: Dados do Instituto de Economia Agrícola, referentes a torito (21kg) e convertidos em kg.

QUADRO 29.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Banana de Morro, Tração Motomecanizada, por Hectare, 2.000 pés, Produção de 24t, DIRA do Litoral, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN (1)	Participação percentual (%)
	por ha	por t	por ha	
Mão-de-obra	2.144,69	71,49	476,45	24,77
Aubos e corretivo	3.091,00	103,03	686,68	35,70
Defensivos	526,24	17,54	116,91	6,08
Operação de máquinas	36,38	1,21	8,08	0,42
Outros (2)	2.359,00	78,63	524,06	27,25
Custo Operacional Efetivo	8.157,31	271,91	1.812,17	94,22
Depreciação de máquinas	11,28	0,38	2,51	0,13
Encargos financeiros	489,44	16,31	108,73	5,65
Custo Operacional Total	8.658,03	288,60	1.923,41	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se à despesa com estacas de bambu.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 30.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Banana de Várzea, Tração Motomecanizada, por Hectare, 2.200 pés, DIRA de Registro, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN (1)	Participação percentual (%)
	por ha	por t	por ha	
Mão-de-obra	1.698,76	56,63	377,38	15,98
Adubos e corretivo	3.091,00	103,03	686,68	29,09
Defensivos	917,15	30,57	203,75	8,63
Operação de máquinas	1.326,10	44,20	294,60	12,48
Empreita (2)	125,00	4,17	27,77	1,18
Outros (3)	2.359,00	78,63	524,06	22,20
Custo Operacional Efetivo	9.517,01	317,23	2.114,23	89,55
Depreciação de máquinas	539,21	17,97	119,79	5,07
Encargos financeiros	571,02	19,03	126,85	5,37
Custo Operacional Total	10.627,24	354,24	2.360,87	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com transporte de cascalho.
(3) Refere-se à despesa com estacas de bambu.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-Panorama Internacional

Em setembro de 1989 (11 a 15) realizou-se em Montevidéu a oitava reunião do Grupo Intergovernamental sobre Frutos Cítricos do Comitê de Problemas de Produtos Básicos da FAO, a qual compareceram 130 delegados representantes de 21 países produtores e consumidores, dentre os quais incluíam-se Uruguai, Argentina, Brasil (6), Cuba, Canadá, Japão, Estados Unidos e Países da Comunidade Econômica Européia (Itália, Espanha, Alemanha Ocidental e França).

Com base em vários documentos de trabalho preparados pela secretaria da FAO, o grupo realizou uma avaliação da situação atual do mercado de frutos cítricos frescos e processados, bem como uma análise das perspectivas até o ano 2.000.

Diversos pontos importantes foram observados, porém alguns merecem ser destacados:

- os estudos apresentados revelaram que se projeta uma produção de citros superior ao consumo, para o final da próxima década e, portanto, haverá necessidade de se aprofundar as análises sobre a demanda de frutas frescas e produtos cítricos processados;

- a curto prazo, admite-se que as cotações de suco deverão ser mais baixas que as observadas na segunda metade da década de 80, a menos que ocorram sérios problemas de produção nos dois principais países produtores (Estados Unidos e Brasil) por causa de adversidades climáticas;

- a evolução do processamento industrial de cítricos refletiu as mudanças na estrutura de produção e o impacto da demanda por sucos nos países de rendas mais elevadas, enquanto nos países em desenvolvimento, os aumentos de consumo se devem ao segmento de fruta fresca;

- ao nível mundial, tem-se industrializado ao redor de 40% da produção global, evidenciando-se que as exportações de frutas frescas mantêm-se estáveis, ao passo que o comércio de produtos cítricos aumentou bruscamente, avaliando-se que em 1987 tenha alcançado US\$1,7 bilhão. Todavia, haverá necessidade de se melhorar as estatísticas de comércio, de con-

sumo e de produção;

- alguns delegados de países importadores enfatizaram que ao mesmo tempo que se deve dedicar todos os esforços para aumentar o consumo e criar demanda, os programas de produção também necessitam ser cuidadosamente reavaliados e que cada país deveria examinar seus planos de médio prazo, para determinar se a expansão da produção irá proporcionar rentabilidade aos agricultores;

- o representante do Canadá expressou que a importação de suco concentrado de laranja significa uma competição à produção interna de maçãs. De outra parte, a delegação da Comunidade Econômica Européia informou que a Comunidade não tem intenções de ampliar os "preços-suporte" para a fruta destinada ao processamento industrial nos países membros do Mercado Comum Europeu. Porém, a industrialização representa uma saída para o equilíbrio de mercado e necessita de subsídios pela forte competição do suco do Hemisfério Sul (Brasil) e, principalmente, pela falta de estabilidade das cotações no mercado;

- em diversos países, as plantações estão aumentando tendo em vista o suprimento dos seus mercados internos e eventual exportação de excedentes. De qualquer forma, representarão uma menor demanda potencial para os exportadores e, possivelmente, estarão protegidos por barreiras tarifárias e não tarifárias, restringindo o comércio internacional.

Para a safra 1989/90, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), divulgou em 12 de outubro de 1989 sua primeira estimativa de produção, confirmando as expectativas de que na Flórida a colheita será 11% menor neste ano (130,0 milhões de caixas contra 146,6 milhões na safra anterior) e, possivelmente, de baixa qualidade, devido aos ventos frios que em fevereiro (24-25/02/89) afetaram seriamente a florada das plantas cítricas, prejudicadas depois por uma estiagem.

Com a redução dos preços de exportação do suco concentrado congelado do Brasil, em função da maior quantidade a ser ofertada nesta safra e com as preocupações de não se encerrar o ano com grandes estoques em julho de 1990, em vista de que se antevia novo aumento de produção em São Paulo na safra 1990/91, o que estaria a exigir uma agressividade nas ven-

das, as indústrias da Flórida também se viram forçadas a baixar seus preços para se manterem competitivas e, portanto, reduzir a remuneração aos produtores. Tal situação está provocando um choque entre os citricultores americanos num ano em que também a produção é menor, de modo que a receita bruta total poderá ser bastante afetada.

Note-se, portanto, que mais uma vez, nas duas grandes regiões produtoras não ocorrerão ao mesmo tempo colheitas normais, o que provocaria sérios problemas de mercado, com fortes reduções nas cotações de suco concentrado. De outra parte, poderá haver maior competição com os sucos de outras frutas, em especial com o de maçã, aliás fato que vem se observando na década de oitenta, devido às maiores disponibilidades e preços relativamente mais baixos.

Em decorrência das estimativas de menor produção de suco nos Estados Unidos e de aumento na demanda, as necessidades de importação serão substancialmente maiores que na safra 1988/89 (segundo o Departamento de Citros da Flórida cerca de 62% mais). Nessa situação, as indústrias da Flórida terão que adquirir crescentes volumes de suco para poderem atender seus clientes e competirem com o Brasil no fornecimento de suco (feito a granel) para as grandes empresas consumidoras dos Estados Unidos.

Finalmente, observe-se que no mercado americano o maior avanço no consumo vem ocorrendo no segmento de suco refrigerado ("chilled juice") e menos no de suco concentrado congelado. De outra parte, continua a expansão das áreas plantadas com laranja nos Estados Unidos (+2,5% nos últimos dois anos) e na Flórida (+3,5% entre 1986/87 e 1988/89) onde também a produtividade por área está aumentando.

Quanto ao Japão, dentro do programa de liberação do mercado a se concretizar totalmente a partir de 1992, haverá nova ampliação da cota oficial de importação de suco concentrado (58º brix) para 23 mil toneladas, no ano fiscal de 01/04/90 a 31/03/91.

-Situação Interna

No Brasil, atualmente o maior produtor mundial de citros, a colheita de laranja e tange-

rinhas em 1988 está estimada em cerca de 320 milhões de caixas (de 40,8kg), de acordo com os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse total, a posição de destaque cabe ao Estado de São Paulo, cuja safra, em junho, era avaliada oficialmente em 287,7 milhões de caixas de laranja e 14,8 milhões de caixas de tangerinas. Acrescente-se, ainda, 13,3 milhões de caixas de limão (quadros 31 e 32).

Também nos segmentos ligados à agroindústria citrícola de São Paulo admitia-se, em outubro, que a produção de laranja e tangerinas deverá ultrapassar 290 milhões de caixas, das quais cerca de 230 milhões deverão ser processadas industrialmente para elaboração de aproximadamente 860 mil toneladas de suco concentrado congelado (65º Brix) na safra industrial 1989/90.

Esse suco destinado quase que exclusivamente à exportação, visto que o mercado interno absorve não mais que 15 a 20 mil toneladas por ano, é exportado para mais de 30 países nos cinco continentes, em particular para os Estados Unidos e Europa Ocidental e deverá proporcionar uma receita cambial superior a 1 bilhão de dólares FOB. Deve-se observar que em julho, ao início da safra, os estoques da safra anterior estavam reduzidos (cerca de 35 a 40 mil toneladas) e que na colheita de 1989, a maturação foi retardada por condições climáticas.

Na atual safra, as exportações para os Estados Unidos poderão ser ampliadas (+36%), devido à queda de 11% da produção na Flórida e pequeno aumento de consumo no mercado norte-americano, a despeito dos preços pouco mais altos de vendas no varejo até no momento, ao mesmo tempo que deverão crescer as exportações para os países da Europa (+20%) e Japão, favorecidas pela desvalorização do dólar frente às suas moedas nacionais, pela ampliação das cotas de importação no mercado japonês e pela redução das cotações internacionais de suco concentrado.

As políticas aduaneiras e protecionistas continuam a restringir o mercado mundial e a inibir o aumento de consumo. Contudo, a tendência do comércio internacional é caminhar para liberalização e, no caso dos sucos cítricos, a importação é fator importante para permitir a comercialização de produções nacionais de al-

guns países, seja pela mistura ("blends") com produtos de melhor qualidade ou para economia de escala.

No tocante à evolução do número de pés plantados no Estado de São Paulo, considerando-se o período 1975-89, a taxa geométrica média anual foi de 6,1% para laranja, de -0,7% para tangerina e de 2,9% para limão, ou seja, inferiores àquelas observadas no período 1970-81 (respectivamente 9,6%, 6,5% e 5,3%). Concomitantemente, as taxas geométricas de aumento da produção foram de 8,9% ao ano no caso da laranja, de 1,2% para tangerina e 2,7% para limão.

No período analisado, os elevados percentuais de pés novos (com até 3 anos) tenderam a mascarar a produtividade média e se constituem em importante elemento para projeções de longo prazo, visto que se estima que em 1989 a distribuição etária dos pés de laranja era a seguinte: 21% com até 3 anos; 20% com 4 a 7 anos de idade; 9% com 8 a 10 anos e 50% com mais de dez anos.

Sem dúvida, o elevado índice de plantio anual nessas duas décadas foi decorrente da expectativa dos produtores quanto a preços atrativos e remuneradores da produção, e que parece deverá perdurar nos próximos dois ou três anos, a julgar-se pelo número estimado de mudas em formação nos viveiros em São Paulo, sobre os quais, infelizmente, não se dispõe de um controle oficial mais efetivo e que se constitui no ponto mais fraco no planejamento da atividade citrícola, além de torná-la relativamente vulnerável em termos técnico-sanitários, ainda que o padrão das mudas possa ser considerado bom.

O entusiasmo dos citricultores paulistas tem se estendido aos de outros Estados. Assim, a tendência tem sido de crescimento do plantio em outras regiões produtoras, destacando-se entre elas Sergipe, Triângulo Mineiro, Rio Grande do Sul, Goiás, nordeste da Bahia e oeste Catarinense, onde a presença ou a futura instalação de fábricas, relativamente pequenas em comparação com as instaladas em São Paulo, tem propiciado o crescimento da citricultura ao representarem uma absorção praticamente garantida para a produção.

De outra parte, foi notória a migração da citricultura fluminense para áreas cada vez mais

distantes do Rio de Janeiro, devido à valorização das terras na região de Itaboraí e Araruama, onde o turismo e áreas de lazer ocuparam grandes extensões. Com isso, houve estabilização na área plantada pois as colheitas se dirigem quase que exclusivamente ao mercado de fruta fresca, sendo o refúgio da seleção e benefício enviado para as indústrias em São Paulo.

Com uma capacidade nominal instalada da ordem de 300 milhões de caixas de laranja por safra (junho a fevereiro), pode-se calcular uma taxa de ociosidade de 20% embora variável entre as 20 fábricas que se encontravam em funcionamento no Brasil e onde se achavam instaladas quase 900 extratoras, para uma capacidade de evaporação estimada em mais de 4 milhões de libras/hora.

Conquanto a preferência dos consumidores brasileiros seja por fruta fresca para ser consumida ou espremida nas residências e em outros locais de consumo (bares, lanchonetes, hotéis e restaurantes), o poder de compra continua sendo erodido pela inflação e, em particular, pela elevação dos preços da laranja no mercado interno. Assim, considerando-se apenas as cotações de laranja no mercado varejista da capital paulista, calcula-se que o poder de compra do salário-mínimo diminuiu desde 1980, com exceção em 1983 e 1986 quando, devido à queda dos preços pagos aos citricultores e ao Plano Cruzado, ocorreram momentâneas recuperações.

Nesse contexto, muitos atacadistas de fruta fresca, que em grande proporção são também produtores de citros, tem optado por diminuir ou encerrarem temporariamente suas atividades comerciais preferindo vender suas produções para as fábricas que lhes garantem uma remuneração segura, ao invés de se arriscarem num mercado incerto onde diariamente são tomadores de preços, sujeitos às livres forças da oferta e da procura, em que os custos (frete, mão-de-obra e aluguel no CEASA) são crescentes, e obrigados a dar prazos de pagamento aos seus compradores, nem sempre honrados pontualmente.

Como resultado, o volume transacionado ao nível de atacado, no Entrepósito Terminal do Jaguaré (CEAGESP), em São Paulo, tem se mostrado praticamente estagnado nos últimos anos, embora se saiba que muitos supermerca-

dos têm recebido fruta ensacada (2kg e 5kg) diretamente dos barracões de embalagem ("packing-houses") situados no interior. Ao mesmo tempo, os atacadistas têm, gradualmente, se afastado dos produtores, passando a adquirir fruta já colhida pelas fábricas, o que lhes permite comprar na medida das necessidades (tipos e variedades) e de acordo com a evolução do mercado, sem ter que investir grandes somas na aquisição dos pomares e sem preocupações com turmas de colheitas (volantes).

Quanto à exportação de fruta fresca, não houve uma tendência definida, variando tanto os volumes embarcados como os preços médios obtidos, que de 1978 a 1988 oscilaram em torno de US\$210,00/t FOB-Santos no caso da laranja, de US\$267,00/t para tangerinas e US\$505,00/t no caso do limão verdadeiro. Para as limas ácidas (limão taiti) houve expressivo aumento nas vendas, a preços relativamente estáveis (US\$365,00/t), acompanhando as mudanças de hábitos de consumo nos países importadores da Europa que passaram a absorver crescentes quantidades da fruta com casca verde, ao contrário dos limões verdadeiros, em geral, de cor amarela quando maduros (quadro 33).

Graças à adoção, pelo segundo ano consecutivo, do contrato de participação, considerada a melhor sistemática comercial entre produtores e indústrias na década de 80, os citricultores receberam, pela fruta colhida na safra 1987/88, os preços mais elevados do período 1970 a 1988. E, o que é mais importante, livres da ação estatizante do Governo na economia e mais próximo da realidade do mercado internacional de sucos cítricos, onde os dois segmentos que compõem essa agroindústria se acham diretamente envolvidos. Para o Governo, o sistema adotado foi interessante, pois passou a receber menor pressão dos interessados, visto que não foi necessário arbitrar preços e se envolver em áspersas reuniões. Também em termos de receita para o País, as mudanças do valor mínimo da guia de embarque nas exportações, acompanhando mais de perto as cotações do mercado, dificultaram a transferência de ganhos para os importadores, ao contrário de um valor fixado arbitrariamente e muito pouco flexível.

Na safra 1987/88, esse plano de participação especificou o recebimento pelos produtores de sinal de US\$1,30/cx. por ocasião da assinatura

do contrato de compra e venda da colheita (março/abril de 1988) e mais sete parcelas de US\$0,15/cx. a partir de setembro de 1988 até março de 1989 (total de US\$1,05). O pagamento final, no início de julho de 1989, em função do resultado obtido nas vendas de suco concentrado congelado no período de 01/07/88 a 30/06/89, calculado a partir das cotações registradas na Bolsa de Nova York elevou o preço da safra a US\$3,74/cx. de laranja pera (para a hanelim US\$3,18/cx. e para tangerina US\$2,81/cx. Para a safra agrícola 1988/89 (industrial 1989/90), o valor do sinal variou de US\$1,00 a 1,30/caixa e mais 6 a 8 parcelas de US\$0,15/caixa de colheita, prevendo-se que ao final da safra (junho 1990) atinja ao redor de US\$2,30, desde que não ocorram geadas na Flórida.

Evidentemente, a garantia de colocação da produção a preços remunerativos e favoráveis à laranja frente a outros cultivos, particularmente café e cana, é fator suficiente para explicar a expansão no plantio e que poderá perdurar ainda nos próximos dois ou três anos, com o surgimento de novos pólos citrícolas no Estado de São Paulo. Acrescente-se que a forma de pagamento adotada pela indústria permite que o produtor, com bom gerenciamento administrativo, possa prescindir de empréstimos bancários na condução de seus pomares adultos, o que parece não ocorrer com nenhum outro produto agrícola cujo recebimento se verifica quase sempre após sua colheita e comercialização.

Estimativa de custo operacional para formação de pomar com um hectare (212 plantas), elaborada pelo IEA com base nos preços dos insumos e fatores vigentes na segunda quinzena de outubro, avalia em NCz\$15.453,08 (equivalentes a 3.433 BTN) os dispêndios até o quarto ano, ou seja, cerca de US\$15,00 por planta até entrar em produção comercial. Outrossim, o custo de produção de uma caixa (40,8kg) para a safra 1989/90 está estimada em NCz\$7,11 ou US\$1,50/caixa (quadro 34).

As projeções de oferta e demanda para os próximos anos parecem indicar que o Brasil poderá desenvolver uma política de exportação de suco concentrado e de fruta fresca que lhe permita disputar parcela ainda maior no mercado.

Para tanto, o Governo brasileiro deverá buscar, ao nível mundial, a eliminação de políticas protecionistas que restringem o acesso a

diversos mercados, que deprimem os preços recebidos pelos exportadores nacionais e ao mesmo tempo elevam os custos para os consumidores externos, limitando a demanda.

No caso da fruta fresca haverá necessidade de se reorganizar e equipar melhor o segmento, envolvendo-se os interesses privados para encaminhamento das soluções. A existência de maior volume de fruta exportável é uma condicionante fundamental na evolução dos negócios.

Ao nível de agricultura, as evidências são claras de que os citricultores deverão conseguir maior produtividade o que propiciará uma redução de custos de produção por unidade, de forma que não ocorram desestímulos quando houver rebaixamento das cotações dos produtos industrializados.

Nesse sentido, não se pode esquecer que não é possível vender maiores quantidades a preços cada vez mais altos ou até mesmo destacar de que será preciso reduzir um pouco os preços, não só para vender mais, mas também para evitar a entrada de outros países concorrentes, que se mostram inclinados a plantar pelas atuais cotações internacionais.

A curto prazo, a perspectiva para a próxima safra é de que a colheita poderá se situar ao redor de 260 milhões de caixas, ou seja, inferior a atual, devido a ventos frios, choques térmicos e estiagem, após uma exuberante florada que a princípio fazia antever-se uma safra recorde. Caso esse volume se confirme, deverá haver uma recuperação das cotações de suco concentrado.

QUADRO 31.- Número de Pés Plantados de Citros, Estado de São Paulo, 1980-89

Ano	Laranja		Tangerina		Limão		Total
	1.000 pés	%	1.000 pés	%	1.000 pés	%	1.000 pés
1980	106.090	90	7.990	7	3.580	3	117.660
1981	106.240	89	8.760	7	4.040	4	119.040
1982	107.580	90	8.320	7	3.990	3	121.780
1983	112.520	90	8.390	8	4.210	2	125.120
1984	117.390	91	7.243	6	4.070	3	128.703
1985	129.020	91	7.230	5	4.850	4	141.100
1986	135.585	92	6.736	4	5.380	4	147.701
1987	144.740	93	5.705	3	5.890	4	156.335
1988(1)	156.470	92	7.174	4	6.810	4	170.454
1989(2)	170.070	92	7.250	4	7.180	4	184.500

(1) Sujeito à revisão.

(2) Preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 32.- Produção de Frutas Cítricas, Estado de São Paulo, 1980-89

(em 1.000cx.de 40,8kg)

Ano	Laranja		Tangerina		Limão		Produção total
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	
1980	166.790	87	15.870	8	8.850	5	191.510
1981	175.400	87	13.980	9	8.510	4	202.890
1982	184.410	88	17.650	8	8.160	4	210.220
1983	188.850	87	18.765	9	8.280	4	215.895
1984	205.090	89	15.960	7	7.840	4	228.890
1985	218.000	90	16.370	7	8.600	3	242.970
1986	190.070	89	14.670	7	8.510	4	213.250
1987	234.350	92	11.750	5	9.710	3	255.810
1988(1)	248.780(2)	90	14.422	5	12.540	5	275.742(2)
1989(3)	287.740	91	14.810	5	13.340	4	315.890

(1) Sujeito à revisão.

(2) O mais provável 221.400 caixas e 248.362 caixas, respectivamente.

(3) Preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 33.- Exportação de Citros, (1) Brasil, 1978/88.

Ano	Laranja		Tangerina		Limão		Lima	
	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)
1978	45.407	153,00	2.584	143,00	569	541,00	-	-
1979	89.605	195,00	5.944	248,00	1.651	364,00	-	-
1980	82.239	180,00	11.777	305,00	883	639,00	-	-
1981	59.680	240,00	5.668	361,00	887	596,00	-	-
1982	70.059	243,00	6.036	321,00	631	808,00	-	-
1983	48.690	209,00	5.429	255,00	447	647,00	298	472,00
1984	48.959	230,00	2.357	248,00	241	406,00	699	338,00
1985	74.924	249,00	4.101	285,00	130	414,00	1.747	381,00
1986	87.867	190,00	7.120	254,00	377	358,00	2.231	380,00
1987	81.093	212,00	5.878	251,00	278	280,00	2.207	364,00
1988	79.111	211,00	5.472	265,00	97	543,00	2.447	394,00

(1) Refere-se à fruta fresca, NBM 08.02.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX).

QUADRO 34.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Laranja, Formação e Manutenção, 1 Hectare, (212 pés) Tração Motomecanizada, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Produção	Mão-de-obra	Muda	Adubo e corre-tivo	Defen-sivo	Opera-ção de máqui-nas	Depre-ciação(1)	Encargos finan-ceiros	Custo por hectare	Custo por unidade	BTN por ha(2)	US\$/ha(3)	US\$/Cx.
Ha	Unid.											
Formação												
1o. ano	-	950,54	1.658,96	475,20	131,70	1.222,08	531,16	266,31	5.235,96	-	1.163,18	1.102,31
2o. ano	-	655,98	-	213,60	258,58	698,55	339,89	109,60	2.276,19	-	505,66	479,20
3o. ano	212	821,41	-	712,48	358,53	909,88	441,47	168,14	3.411,91	16,09	757,97	718,30
4o. ano	318	1.038,69	-	476,48	772,01	1.372,13	650,15	219,56	4.529,02	14,24	1.006,14	953,48
Manutenção	549,33	354,24	-	1.256,63	795,46	546,93	774,26	177,20	3.904,72	7,11	867,45	822,05

(1) Inclui depreciação de trator e de implementos e para o pomar em produção inclui, também, a depreciação do pomar, calculada tomando-se como base o preço de US\$2,30/cx., como expectativa para a safra 1989/90.

(2) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(3) Valor médio do dólar na segunda quinzena de outubro = NCz\$4,75.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-PECUÁRIA DE LEITE

-Panorama Internacional

Em 1989, a produção de leite de vaca nos principais países produtores deverá crescer aproximadamente 0,8%, atingindo 433,9 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Dentre eles, os que mais colaboraram para esse desempenho foram os Estados Unidos, a União Soviética e a Índia, contrabalançando ligeira queda em outros países, principalmente, os da Comunidade Econômica Européia (CEE). Nos Estados Unidos, a despeito dos preços elevados dos concentrados devido à seca no último verão, prevê-se uma produção recorde de leite (66,9 milhões de toneladas), 1,3% a mais que a de 1988, devido ao incremento da produtividade de rebanho. Na União Soviética, a produção estimada para 1989 é de 107,3 milhões de toneladas de leite, ou seja, acréscimo de 1% e na Índia, esse aumento deverá ser de 7%, totalizando 24,0 milhões de toneladas.

Por outro lado, a produção de leite da Comunidade Econômica Européia, em 1989, deverá girar em torno de 107,4 milhões de toneladas, 1,2% a menos que a do ano anterior, decréscimo este registrado na Bélgica, França, Reino Unido e Holanda.

Os programas de redução de oferta de leite implementados nos anos 80, principalmente, pelos Estados Unidos e CEE, aliado ao incremento das importações de leite em pó e outros derivados lácteos, realizados especialmente pela União Soviética, Brasil e México em 1986 e 1987, propiciaram significativa queda nos estoques mundiais desses produtos em 1988 e 1989. Dessa forma, os estoques de leite em pó desnatado, manteiga e queijo que eram de, respectivamente, 1,66 milhão de toneladas, 2,08 milhões de toneladas e 1,54 milhão de toneladas, em 1986, caíram sensivelmente ao longo dos anos, estando estimados em 407 mil toneladas, 724 mil toneladas e 1,32 milhão de toneladas para 1989. Como conseqüência, os preços dos derivados lácteos no mercado internacional elevaram-se significativamente. O leite em pó desnatado, cuja cotação no final de 1986 estava em torno de US\$680,00 a 720,00 FOB por tonelada, atingiu US\$1.750,00 a 2.000,00 FOB por tonela-

da no início de 1989. Essa mesma tendência verificou-se com relação à manteiga cujos preços foram majorados de US\$800,00 a 1.000,00 FOB por tonelada no final de 1986 para US\$1.650,00 a 1.900,00 FOB por tonelada, e com as cotações de queijo que passaram de US\$1.000,00 a 1.100,00 FOB por tonelada para US\$1.750,00 a 1.950,00 FOB por tonelada no começo de 1989. Há expectativa de que os preços desses produtos mantenham-se firmes ainda em 1990.

-Situação Interna

O total de leite destinado à indústria de laticínios no Brasil atingiu 9,9 bilhões de litros em 1988, volume 11,4% superior ao de 1987, de acordo com levantamento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em virtude do aumento da oferta de leite no primeiro semestre, ainda como reflexo dos bons reajustes de preços recebidos pelos produtores durante 1987. De janeiro a agosto de 1989, o volume total de leite recebido pela indústria foi de 5,7 bilhões de litros, 6,2% inferior ao do mesmo período do ano anterior, em conseqüência da baixa remuneração ao produtor desde o final de 1987 e da estiagem que afetou as pastagens das principais regiões produtoras no segundo semestre de 1988.

A média dos preços reais ao nível do produtor, de janeiro a outubro do corrente ano, indica decréscimos da ordem de 11,4% e 22,0% em relação aos equivalentes períodos de 1988 e 1987, respectivamente. Saliencia-se, inclusive, de que se trata do menor preço médio real dos últimos 30 anos (quadro 35 e figura 1).

A planilha de custo de produção de leite C elaborada pela EMBRAPA, que tem sido utilizada pelo Governo como referencial para os reajustes dos preços ao longo do ano, indicou para novembro de 1989 um custo total de NCz\$1,79/litro, contra NCz\$1,39/litro recebido pelo produtor a partir de 1º de novembro. O custo operacional do leite C, calculado pelo IEA, para a segunda quinzena de outubro no município de Guaratinguetá (SP) foi de NCz\$1,40/litro enquanto que para o leite tipo B foi de NCz\$1,76/litro (quadros 36 e 37).

Os resultados da política de preços desestimulantes à produção leiteira, principalmente, no caso do leite tipo C, também podem ser per-

cebidos através de dados de distribuição de leite na Grande São Paulo. De janeiro a setembro do corrente ano foram comercializados 575 milhões de litros, dos quais 50,0% do tipo C, 35,7% do tipo B e 15,3% de leite em pó reconstituído, enquanto que no mesmo período de 1988, para um total de 625 milhões de litros, os percentuais correspondentes foram de 64,5%, 26,8% e 8,7%, respectivamente (quadro 38).

A partir de abril (início da entressafra), o leite (principalmente, do tipo C) começou a faltar nos principais segmentos de distribuição varejista, como padarias e supermercados. Nos meses seguintes (aproximadamente de maio a setembro), os produtores de leite B conseguiram colocar no mercado, a despeito do preço mais elevado, praticamente todo o volume produzido, como leite B. Ao mesmo tempo houve necessidade de aumentar a oferta de leite em pó reconstituído. Na ausência de estoque regulador, o Governo foi obrigado a importar, a preços subsidiados, aproximadamente 70 mil toneladas de leite em pó da Argentina, CEE e Estados Unidos, sendo 30 mil toneladas internalizadas pela indústria privada.

Para reforçar o quadro de desequilíbrio entre oferta e demanda de leite fluido, o congelamento dos preços no varejo, decorrente da implantação do Plano Verão (em janeiro de 1989), acabou propiciando o desvio de leite C para aqueles segmentos da indústria que não tinham seus preços controlados anteriormente e que, portanto, estavam com suas rendas protegidas, podendo oferecer ao pecuarista melhor preço pelo litro da mesma matéria-prima. Como exemplo, cite-se o segmento de iogurtes e queijos. Dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, para o Estado de São Paulo, mostram que de janeiro a junho de 1989, em comparação ao mesmo período de 1988, houve redução na oferta de leite pasteurizado tipo C (-5,8%), leite pasteurizado tipo B (-3,4%) e manteiga (-0,5%) e elevação na oferta de leite em pó (4,5%), queijos (17,0%) e iogurtes (19%).

Em junho de 1989, aproveitando a oportunidade de mais um acordo de preços não cumprido pelo Governo, os produtores de leite pleitearam a liberação do preço do produto. O tabelamento, que dura há quase meio século, além de não ter cumprido um de seus principais

objetivos, que era o de garantir o consumo de leite da população mais carente do País, dificultou ao setor produtivo e de comercialização as possibilidades de se estruturarem de forma mais homogênea e equilibrada, o que implicaria no atendimento das necessidades dos consumidores de forma mais permanente.

Cabe ao novo Governo, que toma posse em março de 1990, enfrentar as dificuldades do setor: ausência de estoque regulador e expectativa de produção inferior à dos últimos anos, reforçada por um mercado internacional com baixos estoques e preços elevados. As medidas de estímulo à produção e formação de estoque deveriam estar sendo tomadas agora. Assim, a curto prazo, as perspectivas não são nada animadoras, indicando sérios problemas de abastecimento de leite para a entressafra de 1990.

NCzS/ℓ.

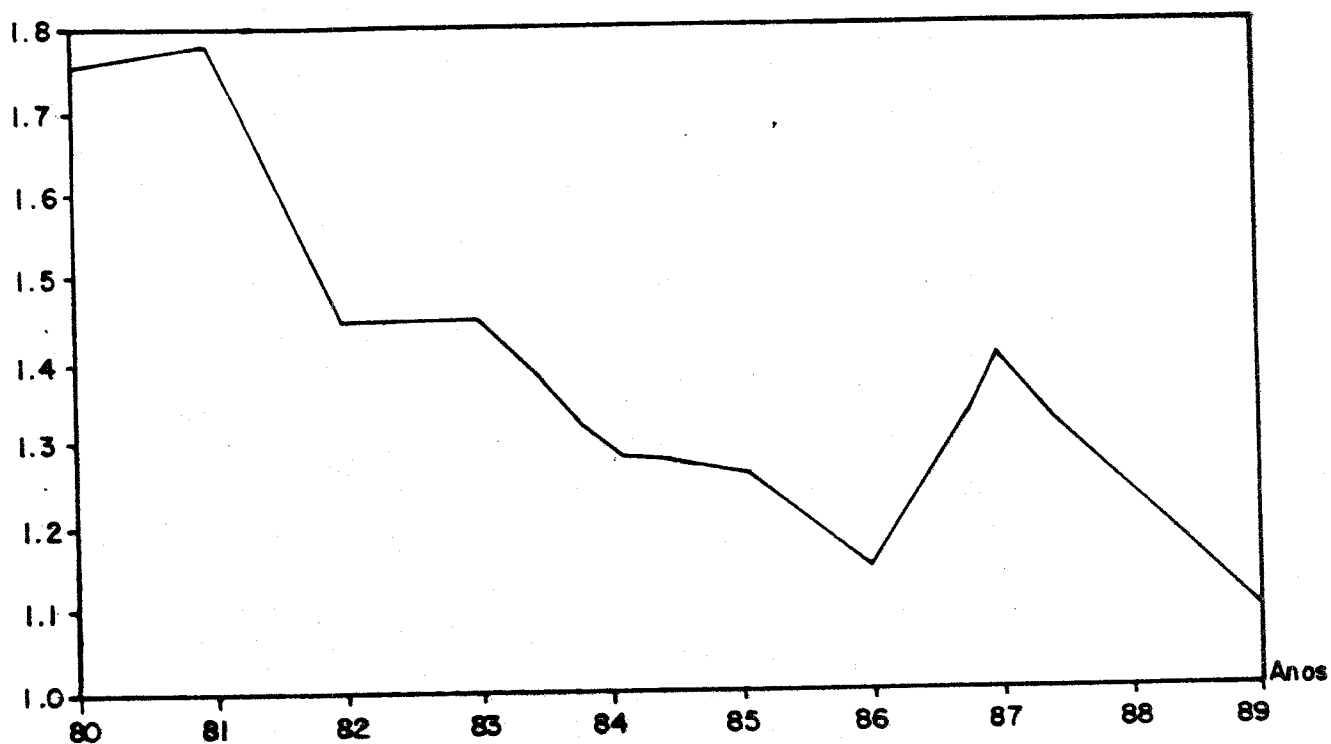


FIGURA 1. - Médias Anuais dos Preços Reais Recebidos Pelos Produtores de Leite C, Estado de São Paulo, 1980/89⁽¹⁾.

⁽¹⁾ 1989 - Média dos preços de Janeiro a Outubro.

Fonte: Dados básicos do IEA corrigidos pelo IGP-FGV.

QUADRO 35.- Preços Reais do Leite C, ao Nível de Produtor, 1985-1989(1)

(em cruzado novo)

Mês	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Jan.	1,55	1,70	1,54	1,39	1,44	1,30	1,18	1,58	1,24	1,21
Fev.	1,50	1,68	1,45	1,32	1,29	1,18	0,97	1,43	1,26	1,20
Mar.	1,42	1,57	1,35	1,57	1,27	1,36	0,98	1,29	1,23	1,15
Abr.	1,35	1,68	1,54	1,48	1,44	1,33	1,00	1,63	1,26	1,10
Mai.	1,78	1,88	1,48	1,39	1,34	1,23	1,00	1,28	1,33	1,06
Jun.	2,10	1,91	1,37	1,70	1,24	1,14	0,99	1,65	1,28	1,02
Jul.	2,04	2,06	1,54	1,52	1,31	1,28	1,30	1,68	1,20	1,06
Ago.	1,97	1,93	1,48	1,38	1,25	1,28	1,30	1,62	1,20	1,09
Set.	1,88	1,85	1,45	1,48	1,13	1,18	1,29	1,51	1,16	1,03
Out.	1,84	1,79	1,39	1,42	1,36	1,38	1,27	1,57	1,21	1,03
Nov.	1,84	1,71	1,37	1,36	1,24	1,30	1,26	1,47	1,22	...
Dez.	1,81	1,64	1,51	1,36	1,15	1,16	1,17	1,35	1,16	...
Média	1,76	1,78	1,45	1,45	1,29	1,26	1,14	1,40	1,23	1,09(2)

(1) Corrigido pelo IGP-FGV, outubro de 1989 = 100.
 (2) Média de janeiro a outubro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 36.- Estimativa de Custo Operacional de Produção do Leite tipo C, 1.000 litros, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, Outubro de 1989

Item	NCz\$ por 1.000 ℓ	BTN(1) por 1.000 ℓ	Participação percentual (%)
Despesas com o Rebanho			
Mão-de-obra	166,50	36,99	11,89
Operação de máquinas	24,87	5,52	1,78
Forragem	182,44	40,53	13,02
Suplemento alimentar	597,36	132,71	42,65
Vacinas e medicamentos	36,55	8,12	2,61
Despesas com Pastagem			
Mão-de-obra	158,94	35,31	11,35
Fertilizantes	-	-	-
Defensivos	1,76	0,39	0,13
Outros(2)	69,22	15,38	4,94
Transporte de Leite	60,00	13,33	4,28
Custo Operacional Efetivo	1.297,64	288,27	92,64
Depreciação de máquinas	27,31	6,07	1,95
Depreciação de benfeitorias	37,76	8,39	2,70
Encargos financeiros	38,04	8,45	2,72
Custo Operacional Total	1.400,75	311,18	100,00

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se a despesas com manutenção de cercas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 37.- Estimativa de Custo Operacional de Produção do Leite tipo B, 1.000 litros, Município de Guaratinguetã, Estado de São Paulo, Outubro de 1989

Item	NCz\$ por 1.000 ℓ	BTN(1) por 1.000 ℓ	Participação percentual (%)
Despesas com o Rebanho			
Mão-de-obra	79,56	17,67	4,55
Operação de máquinas	23,13	5,14	1,32
Forragem e silagem	379,86	84,39	21,72
Suplemento alimentar	832,93	183,04	47,62
Vacinas e medicamentos	29,63	6,58	1,69
Despesas com Pastagem			
Mão-de-obra	103,14	22,91	5,90
Fertilizantes	53,00	11,77	3,03
Defensivos	2,08	0,46	0,12
Outros(2)	28,97	6,44	1,66
Transporte de Leite	90,00	19,99	5,14
Custo Operacional Efetivo	1.622,30	358,40	92,23
Depreciação de máquinas	35,34	7,85	2,02
Depreciação de benfeitorias	48,88	10,86	2,79
Encargos financeiros	51,76	11,50	2,96
Custo Operacional Total	1.758,28	388,61	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
 (2) Refere-se a despesas com manutenção de cercas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 38.- Distribuição Mensal dos Leites B, C e Reconstituído, Grande São Paulo, 1986 a 1989

(em 1.000 litros)

(continua)

Mês	1986				1987			
	Total	B	C	Reconst.	Total	B	C	Reconst.
Jan.	57.008	12.692	39.889	4.427	71.386	25.293	33.140	12.593
Fev.	52.948	12.905	33.973	6.070	58.848	22.810	25.300	10.738
Mar.	59.300	17.882	33.649	7.769	65.938	23.756	25.712	16.470
Abr.	56.127	19.200	27.085	9.842	61.128	23.338	12.542	25.248
Mai.	55.260	20.643	22.376	12.241	71.593	26.815	14.173	30.605
Jun.	56.179	21.243	19.084	15.852	63.684	22.129	12.054	29.501
Jul.	55.256	21.826	19.406	14.294	64.876	22.001	15.041	27.834
Ago.	65.912	23.361	17.772	24.779	70.844	22.918	20.553	27.373
Set.	71.232	23.897	16.518	30.817	70.280	21.990	20.435	27.855
Out.	74.887	24.244	16.244	34.399	72.936	22.411	34.845	15.680
Nov.	72.783	23.834	14.844	34.105	71.302	22.022	46.507	2.773
Dez.	72.544	24.857	15.356	32.331	68.541	20.563	47.260	718
Total	749.706	246.584	276.196	226.926	811.356	276.046	307.562	227.748

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

QUADRO 38.- Distribuição Mensal dos Leites B, C e Reconstituído, Grande São Paulo, 1986 a 1989

(em 1.000 litros)

(conclusão)

Mês	1988				1989			
	Total	B	C	Reconst.	Total	B	C	Reconst.
Jan.	68.482	19.660	47.441	1.381	65.722	14.475	49.592	1.705
Fev.	68.136	19.089	47.350	1.697	61.991	13.834	44.649	3.508
Mar.	74.037	20.357	51.459	2.221	68.539	16.418	45.333	6.788
Abr.	69.117	18.813	46.645	3.659	62.983	15.723	39.059	8.201
Mai.	70.621	19.050	46.275	5.296	63.960	24.457	28.501	11.002
Jun.	68.352	18.241	43.509	6.602	55.306	26.761	19.159	9.386
Jul.	69.419	17.515	42.809	9.095	62.956	31.450	16.397	15.109
Ago.	69.364	17.521	40.085	11.758	66.994	31.051	18.233	17.710
Set.	67.705	17.443	37.416	12.846	66.472	31.061	20.560	14.851
Out.	69.441	17.254	38.045	14.142
Nov.	67.859	16.679	44.777	6.403
Dez.	67.599	15.459	48.424	3.716
Total	830.132	217.081	534.235	78.816

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

-PECUÁRIA DE CORTE

-Panorama Internacional

De acordo com a previsão de setembro de 1989 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial de carne bovina em 1988 foi de 45,3 milhões de toneladas, superando em 0,6% a obtida no ano anterior. Para 1989 e 1990, as estimativas e projeções indicam estabilização da produção em 45,1 milhões de toneladas (quadro 39).

Nos Estados Unidos, principal produtor mundial de carne bovina, o decréscimo previsto na produção do corrente ano deverá ser da ordem de 3,0%. Com a lenta evolução dos abates na presente década, decorrência da menor intensidade de descarte de animais do rebanho leiteiro, está prevista recuperação dos efetivos do rebanho bovino estadunidense a partir de 1990. O declínio de suprimento de carne bovina e os novos hábitos alimentares dos americanos, com substituição das carnes vermelhas por carnes alternativas, como a de aves, tem sido fator preocupante para o segmento da indústria de carne bovina nos Estados Unidos. Conseqüentemente, o US National Livestock and Meat Board pretende investir US\$60 milhões em programas de incentivo ao consumo de carne vermelha no país no decorrer do ano fiscal de 1990.

Na União Soviética, a produção de carne bovina em 1988 superou em 2,0% o total obtido no ano anterior. Para 1989 e 1990 são esperados menores incrementos na produção, em vista de decréscimo no número de abates. As boas condições climáticas no país, a partir de janeiro de 1989, vêm favorecendo o suprimento de alimentação animal (forragem e concentrados), que até então encontrava-se bastante limitado. Conseqüentemente, mesmo com abates reduzidos, o crescimento previsto na produção do próximo ano será decorrência de melhoria no peso das carcaças, aumentando o rendimento por animal abatido.

A produção de carne bovina na Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1988, foi de 7,6 milhões de toneladas, 6,0% inferior à de 1987. Para 1989 está previsto outro decréscimo, da ordem de 630 mil toneladas a menos que o

recorde obtido em 1987, em função do intenso descarte de animais do rebanho leiteiro iniciado em 1984, o que possibilitou a formação de elevados estoques de carne nos últimos anos. Desde 1988, o efetivo do rebanho bovino na CEE vem apresentando decréscimos menos acentuados (2% estimados para 1989 e 1%, em 1990), com a tendência de menor participação relativa da produção de carne bovina derivada da atividade leiteira.

Espera-se redução de 3% na produção Argentina, tanto em 1989 quanto em 1990. As péssimas condições das pastagens, o menor consumo doméstico e a incerteza quanto aos programas governamentais de incentivo de preços internos foram os principais fatores que influenciaram a redução do rebanho bovino argentino desde 1987.

A produção australiana deverá decrescer cerca de 6% neste ano devido, em parte, a um processo de recomposição do rebanho. Entretanto, espera-se recuperação da ordem de 4%, em 1990, decorrente de condições climáticas favoráveis à atividade (chuvas abundantes), a partir de janeiro de 1989, tanto no Sul como na Região Norte (encerrando a longa estiagem que assolou o país durante vários anos), permitindo boa capacidade de suporte das pastagens.

As estimativas são de que o consumo mundial de carne bovina, em 1989, seja superior a 43,5 milhões de toneladas. Neste caso, os estoques, que vêm decrescendo substancialmente na presente década, poderão estar ao final de 1989 em torno de 1 milhão de toneladas (o nível mais baixo desde 1980).

As importações mundiais também deverão alcançar níveis recordes em 1989 (cerca de 5 milhões de toneladas). Os principais países importadores deverão continuar sendo os da CEE, Estados Unidos da América (EUA) e Japão. No caso específico dos Estados Unidos, a redução esperada na produção e os estímulos internos ao aumento do consumo de carne bovina vêm favorecendo o confinamento de animais, face às expectativas de altas nos preços neste e, ainda, no próximo ano. A continuidade do bom desempenho da economia norte-americana, em 1990, poderá implicar em incrementos significativos das importações de carne bovina naquele país, o que terá impacto positivo nos preços mundiais. Na CEE, a política de redução de es-

toques adotada em 1988, que consiste na manutenção apenas de estoques de reserva de carne congelada, tem favorecido as importações de carne *in natura* de países sem problemas sanitários como já constatado no decorrer deste ano nas importações realizadas do Uruguai e Argentina. Na CEE, os estoques previstos para encerrar 1989 indicam níveis ao redor de 170 mil toneladas, contra 550 mil toneladas estimadas no final de 1988.

O Japão, que vem se caracterizando como grande consumidor de carne bovina nos últimos anos, com a recente liberação das quotas de importação, tem influenciado diretamente na firmeza dos preços mundiais do produto.

A médio e longo prazos, as expectativas ficam por conta das discussões em curso da rodada do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) no Uruguai, as quais têm apontado para a urgência da redução dos subsídios nas exportações de produtos agropecuários pela CEE e Estados Unidos. A diminuição do protecionismo, ainda que, a princípio, possa provocar algumas mudanças no nível da demanda mundial por carnes, ampliaria inexoravelmente a parcela de participação no comércio internacional dos países com baixos custos de produção. Neste contexto, as exportações dos países sul-americanos estariam amplamente favorecidas.

-Situação Interna

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção brasileira de carne bovina, em 1988, está oficialmente estimada em 2.580 mil toneladas (em equivalente carcaça), relacionada ao abate inspecionado e registrado de 12,5 milhões de animais (quadro 40). Ainda, de acordo com estatísticas oficiais do Ministério da Agricultura (disponíveis até o presente momento), a distribuição em ordem crescente de importância dos abates controlados é a seguinte: 5% para a Região Norte, 16% para a Região Sul, 18% para a Região Centro-Oeste; e 31% para a Região Sudeste, sendo que nesta última, o Estado de São Paulo responde por cerca de 57% dos abates, com produção equivalente a 545 mil toneladas de carne bovina (21% da produção nacional).

O crescimento de 14,0% da produção em 1988 decorreu unicamente do abate intensivo de

matrizes, que foi 44% superior ao praticado no ano anterior, resultando numa proporção de 37% sobre o total de bovinos abatidos. É importante salientar que 76,0% do aumento da produção de carne bovina foi decorrente da matança de fêmeas (242 mil toneladas a mais que em 1987). Historicamente, a matança de fêmeas desempenha um papel central na evolução da produção e dos preços da pecuária, na medida em que se trata de um bem de produção (capital), que pode ser transformado em bem de consumo (carne). No Brasil, a participação das fêmeas nos abates totais flutua fortemente, alcançando níveis que variam de 34% a 38% no auge de períodos de desestímulo de preços (como observados em 1977, 1982 e 1988) e de 24% a 28% nos anos em que os pecuaristas acreditam que os preços tendem para o máximo. Em 1988, o fator decisivo para o elevado descarte de fêmeas foi a instabilidade econômica vivida pelo País, provocando intensa oscilação dos preços reais em todos os segmentos da atividade.

De modo geral, 1988 foi considerado um ano pouco satisfatório para a maioria dos pecuaristas, pois 54% da produção foi comercializada no primeiro semestre a preços extremamente baixos (US\$14,00/arroba em média por animal abatido) e o restante a US\$21,00/arroba no segundo semestre. As adversidades climáticas (frio, ventos e estiagem prolongada), a partir de junho, favoreceram o elevado "spread" safra/entressafra (em torno de 55%), justificando a euforia vivida pelos confinadores naquele período.

A menor demanda interna por carne bovina (consumo aparente estimado no mínimo em 13,3kg *per capita*, segundo as precárias estatísticas oficiais existentes, equivalendo a cerca de 1.900 mil toneladas no ano e que extra-oficialmente seria superior a 20kg/hab.), em decorrência da perda real de poder aquisitivo da população, favoreceu o escoamento dos excedentes internos via exportações do produto (40% *in natura* e 60% na forma industrializada), que totalizaram cerca de 579 mil toneladas, ou seja, 22% da produção nacional, com um faturamento da ordem de US\$634 milhões.

A longa estiagem que assolou toda a Região Centro-Sul do País, com intensa deterioração das pastagens e conseqüente represamento de animais (por perda de peso), que em condi-

ções normais estariam prontos para o abate a partir de dezembro, somada às altas especulativas decorrentes de problemas entre poucos participantes no restrito mercado futuro de boi gordo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) foram fatores que influenciaram decisivamente o mercado físico em outubro e novembro, com a cotação da arroba do boi encerrando o ano em torno de US\$25,00.

As projeções iniciais para 1989 apontavam no sentido de uma recuperação cíclica dos preços na atividade pecuária, com decréscimo da produção em função de menor abate de fêmeas, o que indicaria nova fase de expansão do rebanho via retenção de matrizes. Entretanto, a produção estimada pelo IBGE, de janeiro a agosto de 1989 (1,8 milhão de toneladas), é equivalente à obtida no mesmo período do ano anterior, com o abate de fêmeas continuando a representar parcela significativa (cerca de 38,0%), chegando a superar a marca dos 40% nos meses iniciais do ano.

Contudo, cabe assinalar que as estatísticas de abates, produção e, portanto, de consumo e de desfrute do rebanho vêm sendo questionadas por entidades privadas representativas do setor agropecuário nacional. Nesse mesmo sentido, o próprio IBGE iniciou um programa de reavaliação desses dados justamente procurando sanar as falhas que vêm sendo apontadas, pois as evidências são de que os índices seriam bem superiores àqueles que têm sido oficialmente divulgados, haja vista que, segundo a Associação das Indústrias de Couro do Rio Grande do Sul, em 1987, foram comercializadas cerca de 16,5 milhões de peças nacionais de couro enquanto que as estatísticas oficiais registraram para esse mesmo ano, o abate de apenas 10 milhões de cabeças. Essa distorção poderia ser contornada com uma fiscalização integrada por Fazenda, Agricultura e Trabalho, como já ocorreu na vitivinicultura.

No que se refere ao comportamento dos preços, a instabilidade decorrente das sucessivas mudanças do patamar inflacionário, nesta década, tem provocado bruscas oscilações nos preços reais de todos os segmentos da pecuária nacional, que passam em curtos intervalos de tempo, de posições de limite de alta para outras de baixa de preços, impedindo a consolidação de forma mais consistente de uma ou outra fase

cíclica.

No primeiro semestre de 1989, a média dos preços ao nível do produtor de boi gordo ficou em torno de US\$25,00/arroba, significando ganho real superior a 50%, em relação à média histórica para o período de safra. Para um "spread" safra/entressafra de 20% e 30%, o preço máximo a ser praticado no corrente ano para o boi gordo estaria na marca dos US\$32,50, média observada em agosto, a partir de quando os preços começaram a recuar (fechando em outubro com média de US\$21,00/arroba), provavelmente em decorrência da entrada no mercado de animais confinados. Neste ponto é importante ressaltar que a excelente rentabilidade experimentada pelos confinadores em 1988 não se repetiu em 1989, enquanto que para os pecuaristas no sistema extensivo (a maior parte dos produtores nacionais), os preços auferidos no corrente ano podem ser considerados plenamente satisfatórios. Dessa forma, o ano deve ser considerado como completamente atípico, pois é evidente a inversão dos movimentos sazonais dos preços (figura 2).

A demanda interna, apesar de aparentemente favorecida pelo Plano Verão, com o congelamento de preços da carne bovina no varejo, proibição das exportações de carne bovina **in natura** e importações incentivadas via isenção de impostos, não chegou a apresentar grandes incrementos, dada a maior competitividade dos preços relativos de proteínas alternativas de origem animal (como aves e ovos). Somando-se a isso a previsão de crescimento da ordem de 50% no mínimo de animais confinados (o que equivale a um adicional de oferta de 178.500 toneladas de carne bovina) e o bom clima no segundo semestre do ano, viabilizando boa capacidade de suporte das pastagens, admite-se que será pouco provável a ocorrência de problemas no abastecimento com o produto.

Relativamente ao comércio exterior, de janeiro a setembro de 1989, o País exportou cerca de 278 mil toneladas de carne bovina (em equivalente carcaça), o que representa um faturamento de US\$264 milhões contra US\$498 milhões obtidos em igual período de 1988, quando as exportações brasileiras totalizaram 458 mil toneladas.

As perspectivas para o início da década de 90 estão na dependência das diretrizes políticas

e econômicas a serem adotadas pelo próximo Governo. As condições críticas ora existentes na economia nacional e a acelerada escalada inflacionária não são favoráveis ao desenvolvimento do potencial existente na pecuária nacional, tanto no tocante à adoção de um padrão tecnológico mais avançado (com aumento da produtividade e redução nos custos de produção) quanto na expansão da fronteira agropecuária.

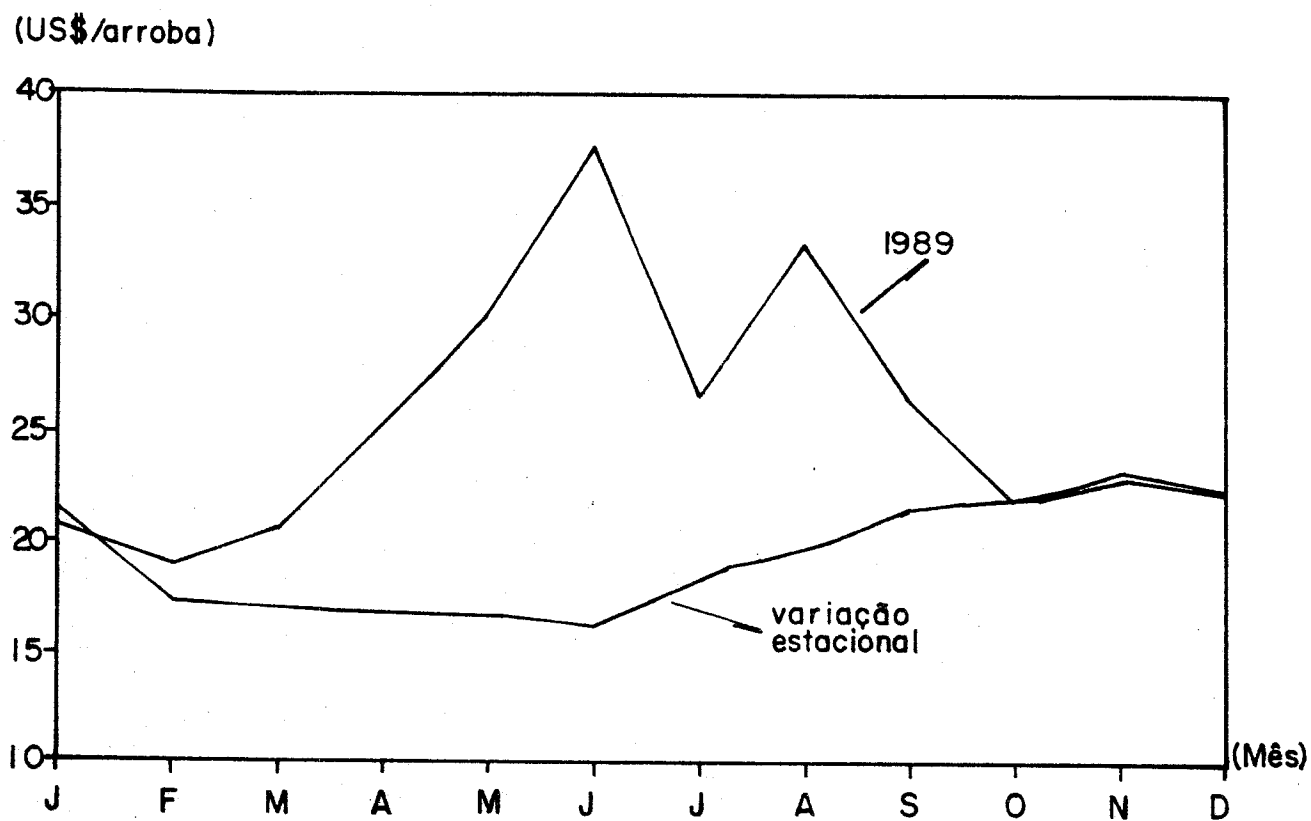


FIGURA 2. - Variação Estacional dos Preços do Boi Gordo (1980/88) e Média Mensal dos Preços Recebidos Pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1989.

Fonte dos dados básicos: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 39.- Principais Países Produtores de Carne Bovina, 1987-1990

(em mil toneladas)

País e bloco de países	1987	1988	1989(1)	1990(2)
EUA	10.884	10.880	10.560	10.591
URSS	8.288	8.465	8.550	8.600
CEE	8.071	7.605	7.442	7.393
Argentina	2.700	2.610	2.520	2.440
Brasil	2.250	2.500	2.400	2.500
Austrália	1.549	1.533	1.445	1.545
México	1.205	1.746	2.140	1.904
Total (50 países)	44.971	45.257	45.141	45.177

(1) Dados preliminares.

(2) Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 40.- Produção de Carne Bovina no Brasil(1), Total de Animais Abatidos e Participação Percentual de Fêmeas, 1986-89

Mês	1986			1987			1988			1989		
	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)
Jan.	180.170	892	38,2	145.912	655	25,0	206.150	977	35,0	220.999	1.128	41,9
Fev.	178.562	877	40,5	176.054	786	25,5	213.212	1.013	36,0	231.232	1.122	41,6
Mar.	212.617	996	35,6	229.382	1.015	26,9	230.623	1.098	39,6	235.378	1.153	37,7
Abr.	260.091	1.180	27,7	210.307	948	29,9	241.237	1.142	39,1	221.614	1.067	39,6
Mai.	236.299	1.069	25,5	213.485	978	30,9	265.470	1.243	36,8	246.549	1.152	33,7
Jun.	199.735	904	23,8	214.380	996	31,9	244.443	1.168	38,3	241.578	1.152	33,8
Jul.	134.191	620	24,2	196.886	943	34,1	224.994	1.103	38,1	219.887	1.064	35,4
Ago.	110.059	523	22,9	185.458	892	32,6	220.386	1.091	37,2	192.269	965	38,7
Set.	64.515	324	27,8	179.537	869	29,4	181.301	920	35,5
Out.	140.448	630	17,9	168.368	831	30,4	166.253	844	33,1
Nov.	114.854	520	22,3	158.553	790	34,5	176.407	886	35,1
Dez.	126.653	576	23,8	183.579	889	32,1	210.368	1.055	39,1
Total	1.958.196	9.112	28,4	2.261.933	10.591	30,4	2.580.846	12.542	37,1

(1) Em equivalente carcaça.

Fonte dos dados básicos: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

-SUINOCULTURA

-Panorama Internacional

A produção mundial de carne suína em 1989 deverá apresentar ligeiro crescimento (+0,3%) em relação ao nível recorde obtido em 1988. Em 1990, a produção deverá atingir 62,7 milhões de toneladas (crescimento ainda lento da ordem de 0,6%) (quadro 41).

Na Comunidade Econômica Européia (CEE), os plantéis diminuíram 2% no início de 1989, o que implicará em redução de 1,7% na produção (a primeira queda nos últimos dez anos). Mesmo com a recuperação prevista para 1990, a produção deverá permanecer abaixo dos níveis de 1988. Na China, principal país produtor deste tipo de carne, a lenta evolução da produção tem sido decorrência dos limitados estoques de rações. Na produção estadunidense de carne suína é esperado crescimento de 2%, em 1989, mas para 1990 admite-se ligeira queda.

Nesses mesmos anos, a produção de carne suína no leste europeu deverá decrescer 2% e 0,5%, respectivamente. No corrente ano haverá diminuição da produção polonesa devido aos elevados custos e conseqüente baixa rentabilidade ao produtor.

-Situação Interna

A produção brasileira de carne suína em 1988 está oficialmente estimada em 698,6 mil toneladas, com decréscimo de 5,0% em relação a de 1987, dada a contínua redução dos plantéis o que implicou em decréscimo da oferta tanto da carne **in natura** quanto dos derivados, tendo os produtores auferido melhor rentabilidade, principalmente, no segundo semestre do ano, quando os plantéis atingiram um limite mínimo favorecendo a escalada altista dos preços (quadro 42 e figura 3).

O diferencial entre a média de preços reais recebidos pelo produtor no primeiro e segundo semestres de 1988 foi da ordem de 34%. Os fatores decisivos que implicaram no nível recorde de preços em dezembro (US\$21,50/arroba) foram: menor oferta do produto, em decorrência da inexistência de estoques nas indústrias, o que implicou em concorrência destas com o segmento varejista e aumento da demanda in-

terna pela carne suína **in natura** para as festas natalinas, agravada pela menor oferta das carnes bovina e de aves.

A redução de 20% na produção no decorrer do primeiro semestre de 1989 (em relação ao mesmo período do ano anterior) e os baixos preços do milho e do farelo de soja (responsáveis por cerca de 80% dos custos de produção) viabilizaram excelentes retornos à atividade com os preços apresentando ganho real acumulado de cerca de 80% (quadro 43).

Essa situação favorável (bons preços e excelente relação de troca com os principais insumos) incentivou o setor produtivo à reposição dos plantéis, via retenção de matrizes, principalmente, na Região Sul do País, que responde por cerca de 80% da produção nacional. Em decorrência, passou a existir perspectivas de aumento da oferta do produto nos meses finais do ano. Entretanto, a relativa escassez de suínos para abate resultou em pressão das indústrias junto aos órgãos governamentais para importação do produto com isenção de impostos, o que viabilizou a internalização no País de cerca de 60 mil toneladas de carcaças a partir de julho, provenientes da Dinamarca, Hungria, Alemanha, China, Canadá e Estados Unidos, o que trouxe impacto negativo na evolução dos preços reais ao produtor. Apesar de não existirem dados oficiais confirmando tal quantidade, esta corresponderia ao abate de cerca de 800 mil animais (equivalentes a dois meses de abates na Região Sul), o que permite concluir que tenha ocorrido o total escoamento de volume importado entre outubro e novembro. Conseqüentemente, os preços tendem a ser mais remuneradores ao produtor, no final do ano, pela coincidência com o período de festas natalinas, época em que normalmente cresce a demanda por este tipo de carne.

Quanto às exportações, o volume registrado em 1988 foi da ordem de 20 mil toneladas para um faturamento de US\$30 milhões. O Brasil tem participação pouco expressiva no mercado mundial deste tipo de carne. Em 1989, a se confirmarem as expectativas, a remessa de carne suína ao exterior não deverá superar 10 mil toneladas.

(US\$/arroba)

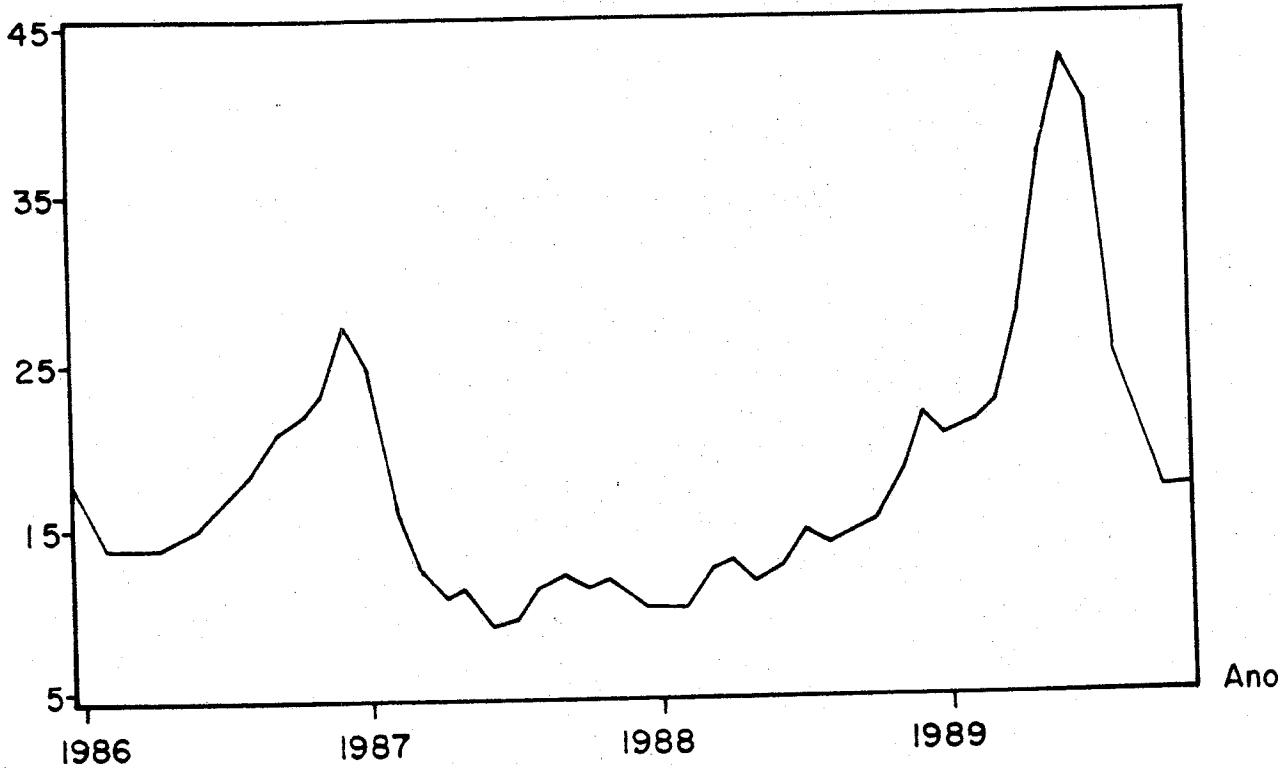


FIGURA 3. - Médias Mensais do Preço ao Produtor de Suíno Tipo Carne, Estado de São Paulo, 1986/89.

Fonte dos dados básicos: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 41.- Principais Países Produtores de Carne Suína, 1987-1990

(em mil toneladas)

País e bloco de países	1987	1988	1989(1)	1990(2)
China	18.349	20.170	20.530	21.160
CEE	12.079	12.504	12.292	12.339
EUA	6.520	7.114	7.224	7.150
Polônia	1.745	1.828	1.685	1.685
Japão	1.581	1.578	1.570	1.575
Total (38 países)	59.098	62.164	62.352	62.712

(1) Dados preliminares.

(2) Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 42.- Produção de Carne Suína no Brasil(1), Total de Animais Abatidos, 1986/89

Mês	1986		1987		1988		1989	
	Produção (t)	Abate (1.000 cab.)	Produção (t)	Abate (1.000 cab.)	Produção (t)	Abate (1.000 cab.)	Produção (t)	Abate (1.000 cab.)
Jan.	51.566	800	50.990	768	59.917	921	47.644	737
Fev.	44.046	678	49.607	746	53.779	830	44.012	689
Mar.	43.927	667	53.477	788	60.029	916	47.402	730
Abr.	52.724	778	52.911	767	55.674	832	45.442	698
Mai.	52.423	772	62.488	890	62.320	927	48.732	733
Jun.	51.920	768	65.934	948	62.808	942	54.218	799
Jul.	56.122	831	67.642	982	60.360	902	55.239	812
Ago.	55.958	832	64.099	942	63.947	950	55.231	808
Set.	54.794	820	67.093	996	59.635	896
Out.	53.128	798	69.133	1.040	55.814	847
Nov.	44.084	668	64.561	987	52.124	804
Dez.	49.420	784	67.402	1.072	52.188	837
Total	610.113	9.198	735.340	10.927	698.595	10.609

(1) Equivalente carcaça.

Fonte dos dados básicos: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 43.- Relações de Preços Porco-Milho e Porco-Farelo de Soja, Estado de São Paulo, 1986/89

Mês	Relação de preço porco-milho(1)				Relação de preço porco-farelo de soja(2)			
	1986	1987	1988	1989	1986	1987	1988	1989
Jan.	6,90	12,11	4,42	8,13	5,01	8,00	2,33	4,52
Fev.	6,56	9,54	4,80	8,56	4,92	5,95	2,67	5,07
Mar.	6,63	7,90	6,85	9,12	4,90	4,50	3,27	5,40
Abr.	7,16	7,95	7,94	11,56	5,00	4,09	3,74	7,71
Mai.	7,49	9,57	6,58	14,78	5,22	2,96	3,37	9,85
Jun.	8,61	6,68	7,35	15,28	5,49	2,85	3,23	13,17
Jul.	9,23	7,41	8,32	13,81	6,06	3,30	2,98	8,35
Ago.	9,14	8,16	7,28	13,12	6,61	3,25	3,17	9,13
Set.	9,72	7,27	6,72	8,69	7,13	3,15	3,07	6,55
Out.	10,40	5,87	6,89	...	7,47	2,79	2,94	...
Nov.	10,66	5,48	7,59	...	8,02	2,70	3,52	...
Dez.	12,13	5,17	9,50	...	9,61	2,25	4,56	...

- (1) Quilogramas de milho que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.
- (2) Quilogramas de farelo de soja que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-AVICULTURA

-Panorama Internacional

A produção mundial de carne de aves em 1989, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), deve atingir 31,1 milhões de toneladas, 2,6% acima de 1988 e, em 1990, prevê-se crescimento ao redor de 4%. A produção de carne de frango, em 1989, por sua vez, deve atingir 23 milhões de toneladas, 2,8% maior que 1988, sendo que para 1990 há previsão de crescimento em torno de 5%. A produção mundial de ovos em 1989 deve alcançar 32,8 bilhões de dúzias, com previsão de crescer ao redor de 2% em 1990.

Nos Estados Unidos, maior produtor mundial, espera-se uma produção de carne de frango, em 1989, da ordem de 7,8 milhões de toneladas, cerca de 6% maior que 1988, pois os produtores estão ganhando com as relações de preços favoráveis, sendo que para 1990 a previsão também é de crescimento, mas em nível menos intenso.

Na Comunidade Econômica Européia (CEE) está prevista para 1989 uma produção de carne de frango da ordem de 4,3 milhões de toneladas, 1% maior que 1988 e, em 1990, deve crescer 2%. Na França, espera-se um crescimento de 2% em 1989 e 1990, mas a demanda interna e a exportação estão crescendo vagarosamente.

Nos países do leste europeu, a produção de carne de aves, em 1989, caiu ligeiramente em relação aos níveis de 1988, sendo que a maior parte desse declínio é devido à queda na produção da Hungria e da Iugoslávia, exportadores tradicionais. Para a União Soviética, estima-se uma produção total de carne de aves da ordem de 3,3 milhões de toneladas, 2% maior que 1988. Apesar do contínuo crescimento da sua indústria avícola, as taxas desse crescimento têm sido menores nos últimos anos, em razão do reduzido suprimento de rações e concentrados e empobrecimento genético.

No Japão, para 1989 e 1990, espera-se uma produção de carne de frango da ordem de 1,3 milhão de toneladas, com ligeira queda (1%) sobre 1988, pois apesar do rápido crescimento da demanda, os produtores japoneses estão com dificuldades em competir com os países

exportadores.

O comércio mundial de carne de aves continua em expansão, mas não no mesmo ritmo dos anos recentes, quando alcançou taxas entre 10% e 15%. Para 1989, estima-se crescimento de 4% nas exportações e de 2% nas importações, sendo que em 1990 projeta-se crescimento de 1% e 4%, respectivamente.

As exportações e importações mundiais de carne de frango, em 1989, devem crescer 4,5% e 1%, respectivamente e, em 1990, projeta-se crescimentos da ordem de 3% para as exportações e 5% para as importações. Na CEE, estima-se crescimento da ordem de 3% nas exportações de carne de aves em 1989, enquanto que para 1990 a previsão é de manutenção dessa mesma taxa. As importações japonesas de carne de aves em 1989 e 1990 deverão ser ligeiramente superiores às de 1988, quando houve expansão de cerca de 30%. Na União Soviética, as importações de carne de aves deverão estabilizar-se em 1989 e 1990. Nos mercados do Oriente Médio, estima-se expansões nas importações da Arábia Saudita, União dos Emirados Árabes e Egito.

As exportações brasileiras de carne de frango, depois de sucessivas quedas nos últimos anos, voltaram a crescer em 1988, atingindo 236.302 toneladas e receita de US\$224.636 mil FOB, significando, respectivamente, cerca de 10% e 5% de acréscimos sobre 1987. Até setembro de 1989 haviam sido exportadas 171.198 toneladas, volume ligeiramente inferior ao do mesmo período do ano anterior, enquanto a receita de US\$187.517 mil FOB superou a verificada no mesmo período de 1988 em cerca de 18%. Vale ressaltar que, as exportações de partes de frango continuam crescendo, principalmente para o mercado japonês, o que deverá manter o volume exportado neste ano, próximo ao verificado em 1988 ou ligeiramente acima. Os norte-americanos reiniciaram seu Programa Export Enhancement Program (EEP), o qual compreende exportações subsidiadas, sendo que isso deverá influenciar os mercados do Japão e de alguns países do Oriente Médio, dificultando as exportações brasileiras.

-Situação Interna

A avicultura brasileira continua a conviver

com os mesmos problemas de um ano atrás, ou seja, com uma infra-estrutura produtiva superdimensionada, em razão dos investimentos realizados em 1986 e início de 1987, visando aumento da oferta para satisfazer a momentânea demanda criada com o Plano Cruzado. Entretanto, essa infra-estrutura não vem sendo utilizada, pois o mercado não absorveria toda a produção que seria realizada dado que, com a aceleração do processo inflacionário e queda do poder aquisitivo, houve uma grande retração da demanda, levando, desde 1987, a uma deterioração nos preços recebidos pelo produtor, tanto de frango, como de ovos (figuras 4 e 5).

A partir de setembro de 1988, em razão do aumento na demanda, provocado pela elevação dos preços da carne bovina (em entressafra) e necessidade de formação de estoques de carne de frango para atender ao consumo de fim de ano, as cotações ao nível do produtor passaram a subir. Essa tendência perdurou, ainda, no primeiro semestre de 1989, durante o Plano Verão, pois havia de parte dos criadores e suas entidades um controle da produção a fim de procurarem evitar maiores perdas financeiras, apesar de que, em geral, os preços praticados foram acima daqueles fixados pelo Governo, ou seja, configurava-se uma situação de escassez da oferta, em contraposição a um fortalecimento da demanda.

No segundo semestre de 1989, ao contrário do que o padrão estacional de preços mostra para esse período, registrou-se outra queda das cotações de frango, como reflexo da ampliação da produção provocada pela forte retomada do alojamento de maiores lotes, em vista dos retornos favoráveis que os produtores estavam obtendo de abril a agosto, quando a relação de preços frango-ração mostrou-se-lhes nitidamente favorável, até mesmo porque os preços dos insumos estavam controlados. Estima-se que a capacidade produtiva ociosa que era de cerca de 20% em janeiro teria caído para tão somente 1% em outubro (quadro 44).

Nesse sentido, ao se confirmarem as previsões de alojamento de 1.480 milhão de pintos de corte, a utilização do potencial produtivo atingiria em média 90% no ano, ou seja, uma capacidade ociosa de apenas 10%, revelando que, a despeito do progresso tecnológico, o setor continua a sofrer os problemas típicos de

instabilidade de receita que comumente ocorreram naquelas atividades em que é fácil a entrada e saída de produtores, sem que a demanda aumente.

Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (APINCO), estima-se que a produção brasileira de carne de frango em 1989 deverá atingir perto de 2.080 mil toneladas, cerca de 7% maior que 1988, quando chegou a 1.947 mil toneladas. No Estado de São Paulo, estima-se uma produção para 1989 ao redor de 433,3 mil toneladas, contra cerca de 395,8 mil toneladas em 1988, com cerca de 9,5% de crescimento. Isto significa que a avicultura de corte proporcionará ao consumidor brasileiro, em 1989, a possibilidade de um acréscimo no consumo aparente de proteína animal da ordem de 5%, ou seja, 12,41kg **per capita** de carne de frango, contra 11,84kg em 1988. Ao se considerar as outras aves, esse consumo se elevaria para cerca de 13,50kg/habitante.

Estimativa de custo operacional, elaborada pelo Instituto de Economia Agrícola com base nos preços médios dos insumos e fatores de produção vigentes na segunda quinzena de outubro de 1989, avalia em NCz\$3,32/kg (ou 0,74BTN/kg) o custo para produção de frangos de corte, em São Paulo (quadro 45).

A tendência para o próximo ano, segundo dados da APINCO, é de que a produção de pintos de corte alcance 1.680 milhões de unidades, 14% maior que a estimada para 1989, levando a produção de carne de frango no País para próximo de 2,4 milhões de toneladas e um consumo aparente de 14,12kg **per capita**.

Na atividade de postura, a situação não é muito diferente daquela verificada na de corte, pois apresenta preços reais depressivos desde o segundo semestre de 1987. A partir de fevereiro de 1988 constata-se uma recuperação, mas mostrando oscilação até fevereiro de 1989, quando novamente se recupera em razão da queda na oferta provocada pela redução voluntária do plantel de poedeiras. Apesar da recuperação dos preços em 1988, os preços relativos são desfavoráveis à atividade, como pode-se verificar pela relação de preço ovo-ração, que mede seu poder de compra. A recuperação dos preços recebidos pelo produtor de ovos em 1989, principalmente em alguns meses, ainda não foi sufi-

ciente para reverter a situação difícil da atividade desde o segundo semestre de 1987, quando os preços reais foram decrescentes. Não fosse a relativa estabilidade dos preços dos insumos, que proporcionou vantagens em termos de troca, como mostra a relação de preço ovo-ração de março a junho, novamente a atividade teria se deparado com uma crise, o que vem acontecendo desde setembro em razão de uma queda nos preços recebidos e aumento na oferta.

Em novembro de 1989, os produtores estão novamente empenhados em reduzir os plantéis, tendo em vista diminuir a produção e buscando reverter a situação dos preços que, em setembro e outubro, já se mostraram bastante deprimidos em contraposição ao custo operacional para produção estimado pelo IEA em NCz\$2,16/dz. (0,48BTN) com base nos preços médios dos insumos e fatores vigentes na segunda quinzena de outubro (quadro 46 e figura 5).

Segundo levantamentos do Instituto de Economia Agrícola, a produção de ovos no Estado de São Paulo, em 1989, está estimada em cerca de 634,5 milhões de dúzias, contra 644,9 milhões em 1988, cerca de 1,6% menor. Utilizando-se dados da Associação Paulista de Avicultura (APA) e União Brasileira de Avicultura (UBA), estas estimativas caem para 482,1 milhões de dúzias em 1988 e 433,6 milhões de dúzias em 1989, significando queda ao redor de 10%. Ao nível de Brasil, pelos dados da APA e UBA, pode-se estimar uma produção de 1.014,5 milhões de dúzias, em 1989, e 1.238,9 milhões de dúzias, em 1988, indicando uma queda significativa de 18% e, portanto, redução no consumo de ovos, já muito baixo.

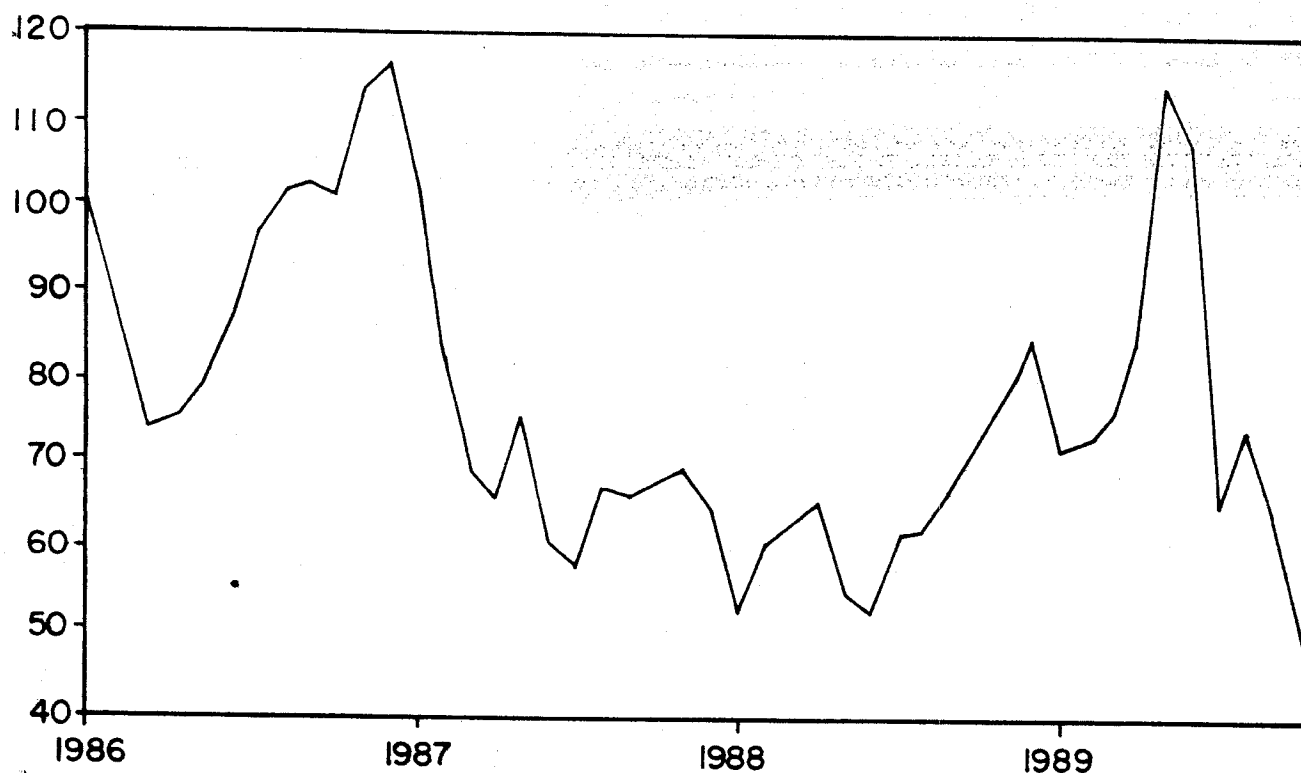


FIGURA 4. - Índices de Preços Médios Reais⁽¹⁾ Recebidos pelos Produtores de Frango, Estado de São Paulo, Jan./86-Out./89 (Janeiro de 1986 = 100).

⁽¹⁾ Em cruzado novo de outubro de 1989, corrigido pelo Índice 2 (DI) de Conjuntura Econômica.

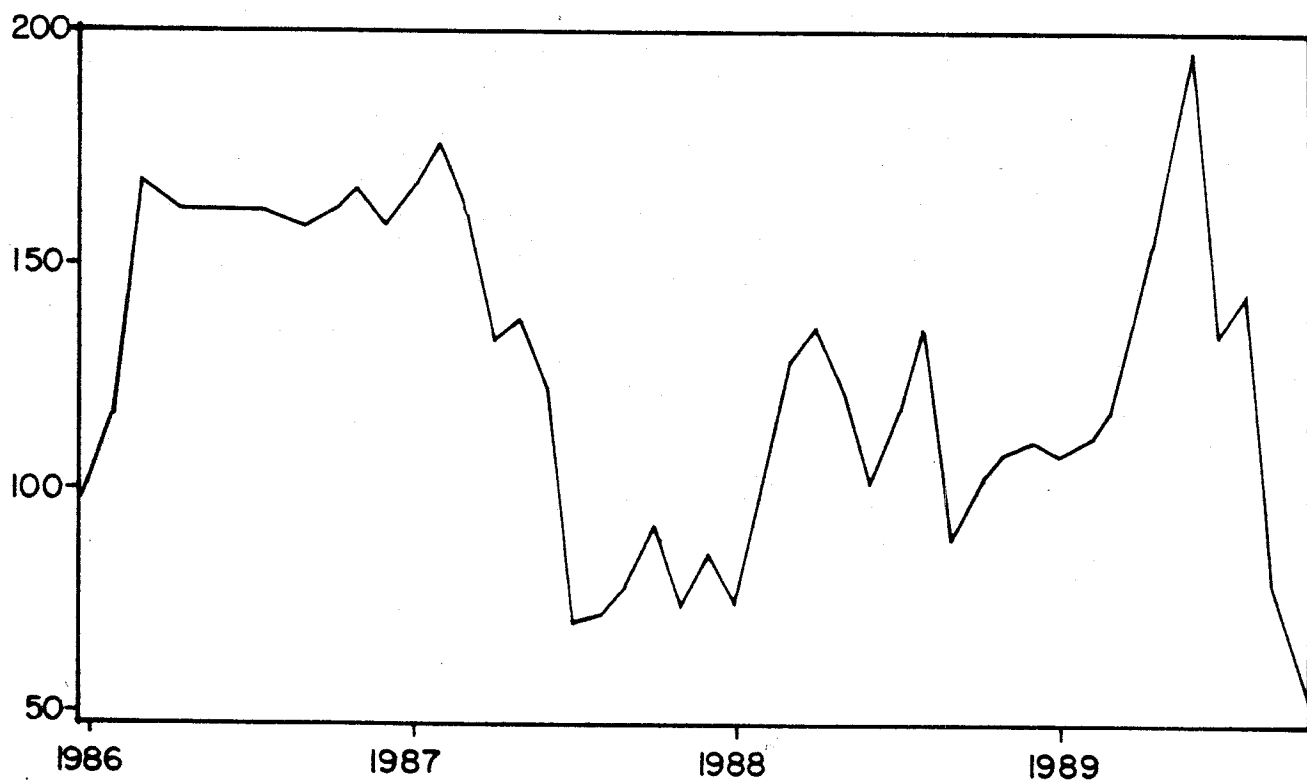


FIGURA 5. - Índices de Preços Médios Reais⁽¹⁾ Recebidos pelos Produtores de Ovo, Estado de São Paulo, Jan./86-Out./89 (Janeiro de 1986 = 100).

⁽¹⁾ Em cruzado novo de outubro de 1989, corrigido pelo Índice 2 (DI) de Conjuntura Econômica.

QUADRO 44.- Relações de Preços Ovo-Ração(1), Frango-Ração(2) e Carne Bovina-Carne de Frango(3), Estado de São Paulo, 1986-89

Mês	Relação de preço ovo-ração				Relação de preço frango-ração				Relação de preço carne bovina-carne de frango			
	1986	1987	1988	1989	1986	1987	1988	1989	1986	1987	1988	1989
Jan.	1,38	2,50	0,94	1,66	3,49	3,95	1,64	2,65	1,57	1,64	1,92	1,65
Fev.	1,53	2,51	1,47	1,74	2,83	2,99	2,14	2,78	1,71	1,87	1,60	1,61
Mar.	1,95	2,20	1,82	1,95	2,20	2,44	2,19	3,03	1,74	1,98	1,39	1,60
Abr.	1,89	2,15	2,14	2,19	2,20	2,75	2,57	3,26	1,69	2,06	1,58	1,31
Mai.	1,88	2,47	1,91	2,62	2,34	3,46	2,15	4,37	1,69	1,79	1,46	1,31
Jun.	1,89	2,05	1,80	3,32	2,55	2,46	2,31	4,66	1,70	1,76	1,65	1,48
Jul.	1,90	1,18	1,90	3,03	2,87	2,39	2,46	3,75	1,71	2,31	1,69	1,64
Ago.	1,91	1,26	1,96	2,70	3,06	2,89	2,21	3,60	1,65	2,57	1,72	1,99
Set.	1,91	1,14	1,49	1,55	3,14	2,41	2,74	3,27	...	2,24	1,70	1,72
Out.	1,97	1,37	1,44	0,98	3,15	2,49	2,52	2,06	1,33	2,18	1,77	1,84
Nov.	2,08	1,09	1,27	-	3,63	2,55	2,25	-	1,27	2,29	1,66	-
Dez.	2,14	0,96	1,60	-	4,00	1,86	3,03	-	1,58	2,18	1,77	-

(1) Quantidade em kg de ração para poedeira, que se pode adquirir com o preço de 1 dúzia de ovos.

(2) Quantidade em kg de ração para frango de corte, que se pode adquirir com o preço recebido por kg de frango vivo.

(3) Quantidade em kg de carne de frango, que se pode adquirir com o valor pago por kg de carne bovina.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 45.- Estimativa de Custo Operacional para Produção de Frangos de Corte na Granja, 1.000 Aves, Produção Média Estimada de 1.911kg, Estado de São Paulo, Outubro de 1989

(em cruzado novo e BTN)

Item	Valor (NCz\$)	BTN(1)
Compra de pinto de um dia	1.450,00	322,12
Alimentação	3.642,00	809,08
Mão-de-obra	268,35	59,62
Vacina e medicamentos	195,28	43,38
Reparo de máquinas e benfeitorias	536,82	119,26
Depreciação de maq. e benfeitorias	279,40	62,07
Funrural e embalagem	145,87	32,41
Encargos financeiros	41,34	9,18
Custo operacional total	6.559,06	1.457,12
Receitas eventuais	210,00	46,65
Custo operacional líquido	6.349,06	1.410,47
Custo por quilograma	3,32	0,74

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 46.- Estimativa de Custo Operacional para Produção de Ovos, 1.000 Aves,
Produção Média Estimada de 722cx.de 30dz., Estado de São Paulo, Outubro de
1989

(em cruzado novo e BTN)

Item	Valor (NCz\$)	BTN(1)
Mão-de-obra	3.968,34	881,58
Alimentação	32.852,11	7.298,20
Vac. e medicamentos	909,58	202,07
Compra de aves	2.800,00	622,03
Reparo de maq. e benf.	1.712,41	380,42
Deprec. de maq. e benf.	2.299,93	510,94
Despesa c/ energia, cama, gás	210,00	46,65
Despesa com comercialização	7.096,42	1.576,49
Encargos financeiros	312,26	69,37
Custo operacional total	52.161,05	11.587,74
Receitas eventuais (-)	5.424,70	1.205,11
Custo operacional líquido	46.736,35	10.382,63
Custo por dúzia	2,16	0,48

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).



conjuntura agropecuária

PADRONIZAÇÃO DE EMBALAGENS PARA
PRODUTOS HORTÍCOLAS

Os produtos agrícolas são caracterizados por uma série de atributos quantitativos e/ou qualitativos. Os quantitativos referem-se a tamanho e peso, enquanto os qualitativos dizem respeito à coloração natural, grau de maturação, sinais de danos mecânicos, fisiológicos, de pragas, turgidez, presença de resíduos de produtos químicos e de sujidades.

O estabelecimento dos limites ou medidas para estes atributos determina os padrões do produto. Padrão, desta forma, é o modelo estabelecido em função dos limites dados aos atributos do produto, servindo como ponto de referência para que se possa avaliar o grau de semelhança ou afastamento que com ele apresentam os outros exemplares do mesmo produto, presentes no mercado. Obviamente, a padronização pode abranger, além do produto, a sua embalagem, terminologia, apresentação, identificação e outros aspectos(1).

A padronização da embalagem de produtos agrícolas, sejam quais forem, traz inúmeras vantagens à sociedade:

1 - Oferece a garantia de proteção e segurança que o produto exige;

2 - Menor custo da embalagem em função do maior rendimento no processo de confecção das mesmas e

possibilidade de manutenção de níveis adequados de estoques;

3 - Maior facilidade de montagem, de empilhamento, armazenamento transporte, carga e descarga e manuseio em geral;

4 - Facilita a conferência dos lotes quanto à quantidade e peso dos volumes;

5 - Simplifica o cálculo das necessidades de áreas e volumes para armazenamento e movimentação;

6 - Facilita o acondicionamento do produto, bem como a selagem (fechamento) das embalagens por processos mecânicos;

7 - Estimula o desenvolvimento de novas e mais adequadas embalagens;

8 - Proporciona maior transparência do mercado do produto, possibilitando o melhor conhecimento das tendências da comercialização; e

9 - Permite a emissão de papéis representativos da mercadoria, como laudos ou certificados de classificação, conhecimentos de despachos, "warrants" e certificados de depósitos em armazéns gerais.

Pelo exposto, não restam dúvidas de que o estabelecimento de normas para padronização de produtos e embalagens e de sistemas de classificação traz vantagens e benefícios para produtores, intermediários e consumidores. Reconhecendo estas vantagens, produtores, usuários de centrais de abastecimento e o próprio Governo vêm se empenhando para a instituição de um sistema de padronização das embalagens dos produtos hortícolas.

O Ministério da Agricultura,

(1) MIRANDA, M.A. de L. et alii. Padronização de produtos hortícolas. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1974. 55p.

através da Secretaria de Serviços Auxiliares de Comercialização, da sua Secretaria Nacional de Abastecimento e de acordo com a Companhia Brasileira de Alimentos, propôs às centrais de abastecimento de hortigranjeiros das Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal, a padronização das embalagens dos produtos hortícolas. Coube, no Estado de São Paulo, à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) a coordenação dos estudos para a elaboração de uma proposta de padrões para as embalagens utilizadas nas centrais de abastecimento do território paulista, com a participação de cooperativas, produtores, fabricantes de embalagens, usuários de centrais de abastecimento, atacadistas, varejistas e técnicos das áreas de produção, pesquisa e abastecimento. Após várias reuniões realizadas no decorrer do segundo semestre de 1987, seis subcomissões técnicas de produtos constituídas (alho; batata e cebola; verduras; legumes; frutas cítricas; frutas temperadas; e frutas tropicais) apresentaram relatórios circunstanciados com propostas de padrões, as quais foram encaminhadas ao Ministério da Agricultura. Em março/89, uma proposta final foi submetida à apreciação de todos os participantes das discussões ao nível estadual, após o que foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, através da Portaria no. 530, de 03 de agosto de 1989.

A norma de embalagens para manuseio, transporte, armazenagem e comercialização de produtos hortícolas destinados ao mercado atacadista interno, aprovada pela Portaria no. 530 e em vigor desde a sua publicação, em 07 de agosto de 1989, estabelece as dimensões internas e as tolerâncias admitidas (de comprimento e largura) e o material de fabricação das embalagens de sacaria e caixa, bem como a regionalização das embalagens por produto em duas sub-regiões: Regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Região Norte/Nordeste.

Adicionalmente, a Portaria

estabelece, além de regras gerais de manuseio, transporte, armazenagem e comercialização de produtos hortícolas, normas para fiscalização e adequação das embalagens. A fiscalização, no tocante às dimensões das embalagens, terá início no prazo de 180 dias contados da publicação da Portaria no. 530 e será efetuada na fase da sua industrialização e comercialização, bem como da comercialização dos produtos hortícolas. No caso específico das caixas tipo M-Mercado e Meia Mercado, o prazo estipulado para início da fiscalização é de 360 dias contados da publicação da citada portaria. Quanto à adequação das embalagens, a norma estipula o prazo de 90 dias contados da publicação da portaria em pauta para que os fabricantes de embalagens promovam a adequação de seus produtos às exigências estabelecidas.

A aplicação prática da norma contida na Portaria no. 530, entretanto, pressupõe o estabelecimento de padrões com base em critérios técnicos (de dimensões, desempenho e condições sanitárias) e aprovados em testes e ensaios por entidade competente nessa matéria. Essa instituição é representada, no Brasil, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sendo, no assunto em pauta, de atribuição específica do seu Comitê Brasileiro de Embalagens e Acondicionamento (CB-23). Visando complementar a Portaria do Ministério da Agricultura no que se refere à terminologia, formulação de critérios (quanto a dimensões, desempenho e condições sanitárias) e avaliação das embalagens padronizadas e não padronizadas, a ABNT constituiu uma Comissão de Estudos de Embalagens Agrícolas, formada pelos participantes das subcomissões anteriormente citadas, por técnicos da instituição promotora e por outras entidades direta ou indiretamente relacionadas com o assunto embalagem. As reuniões mensais da Comissão tiveram início em outubro de 1989 e deverão se estender

pelos próximos dois anos, quando se espera que os trabalhos sejam concluídos, com a aprovação e encaminhamento ao Ministério da Agricultura da proposta final de uma nova norma de padronização de embalagens para produtos hortícolas.

Alfredo Tsunechiro



preços agrícolas

-PREÇOS RECEBIDOS

Analisando-se os Índices de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo (IPR) tem-se que os preços ao nível de produtor evoluíram, em média, 20,32%, enquanto o crescimento envolvendo todos os setores da economia foi de 39,70%, segundo o Índice Geral de Preços (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Nesta entressafra, o excesso de oferta de bois prontos para o abate, em decorrência das boas condições climáticas e da disponibilidade de gado confinado, impediu altas majorações de preços não só deste produto como dos demais itens de origem animal. Desta forma, o Índice de Produtos Animais, (IPA) subiu 16,92% e o Índice de Produtos Vegetais (IPV) 23,65% (figura 1).

A análise por produto mostrou que as maiores elevações ocorreram nos preços de cebola (192,42%), tomate (118,37%), chá (55,55%), laranja (41,64%), mamona (41,05%), soja (39,96%), arroz em casca (35,29%) e leite (33,49%). Acréscimos menores ocorreram na mandioca (29,99%), café beneficiado (22,45%), milho (22,12%), amendoim em casca (16,75%), bovino (12,97%), ave (11,03%), suíno (7,53%), banana (3,02%), batata (2,98%) e ovo (0,87%). Decréscimo só foi observado nos preços de feijão (-4,85%).

Considerando-se as variações de preços nos últimos doze meses, tem-se que o IPR subiu 878,42%, o IPV 789,97% e o IPA 996,17%. As maiores variações ocorreram nos preços de

laranja (1.851,92%), tomate (1.292,88%) e banana (1.279,83%). Para os demais componentes do IPR, os aumentos situaram-se entre 521,80% (mandioca) e 1.172,68% (chá). Destaque-se que a inflação (IGP-DI) contabilizada nesse mesmo período foi de 1.340,90%.

-PREÇOS PAGOS

A variação do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista (IPP), em outubro, foi de 29,09% decorrente dos 36,39% do Índice de Preços de Insumos Adquiridos Fora do Setor Agrícola (IPPF) e dos 12,69% do Índice de Insumos Adquiridos no Próprio Setor Agrícola (IPPD) (figura 2).

Os itens de maior pressão sobre o IPP foram: reparo (53,65%) e aquisição de máquinas e equipamentos (47,00%) com total de 47,31%; combustíveis e lubrificantes (38,21%) e utensílios e ferramentas (35,66%). Os menores aumentos vieram dos preços de animais de produção (9,73%) e de trabalho (11,36%) e dos inseticidas e fungicidas (15,10%).

No acumulado dos últimos doze meses, o IPP subiu 1.418,35% com 1.564,32% relativos ao IPPF e 1.126,02% ao IPPD. Os seguintes itens tiveram aumentos maiores do que o IGP-DI no mesmo período (1.340,90%): utensílios e ferramentas (2.441,14%), construção e reparo (2.089,60%), inseticidas e fungicidas (1.584,28%), vacinas e medicamentos (1.564,65%) e aquisição de máquinas e equipamentos (1.562,02%).

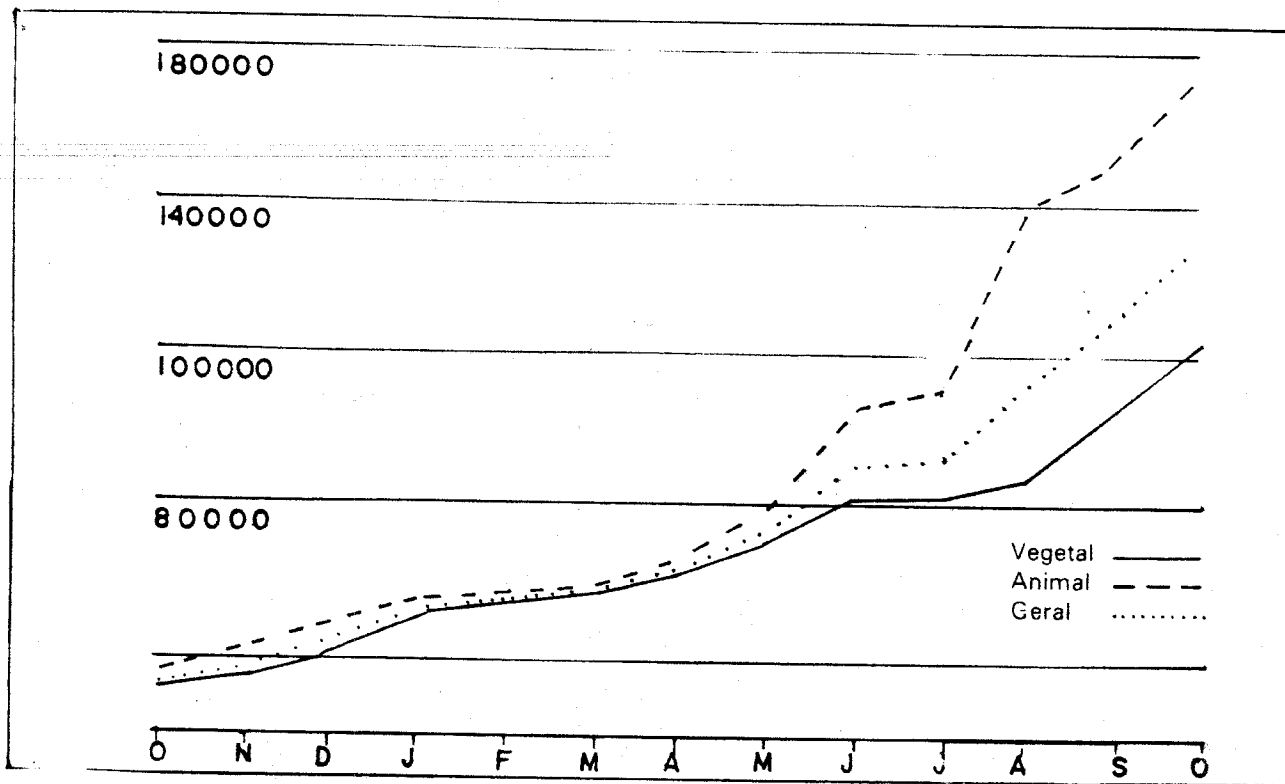


FIGURA 1.- Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989. Base: 1984-85 = 100.

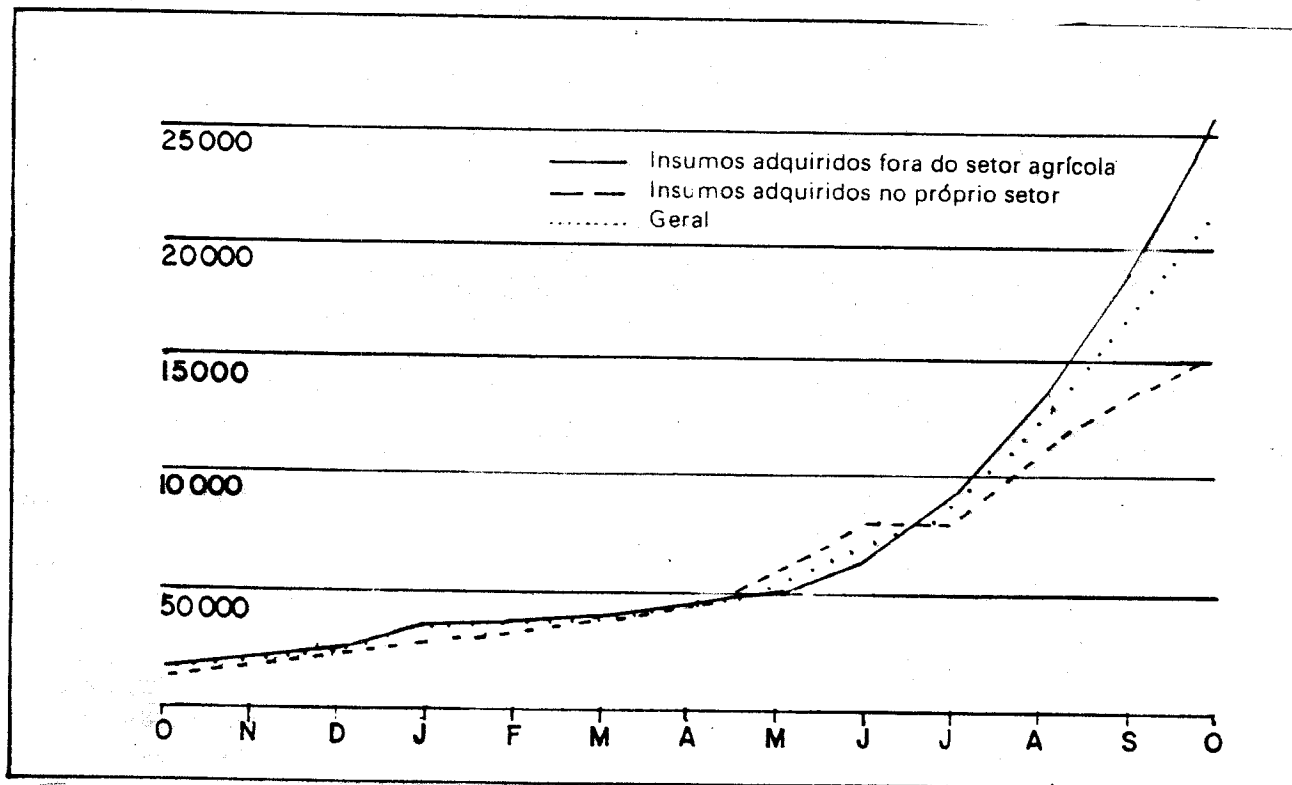


FIGURA 2.- Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Outubro de 1988 a Outubro de 1989. Base 1984-85 = 100.

-ÍNDICE DE PARIDADE

Em função do comportamento dos preços recebidos e pagos pela agricultura paulista, o Índice de Paridade resultou novamente decrescente em outubro com a relação IPR/IPP ao

nível de 59,99% e IPR/IPPF de 50,82%, pressionando significativamente a situação dos agricultores (figura 3).

Comparando a variação do IGP-DI de 39,70% e do Índice de Preços por Atacado - Gêneros Alimentícios 32,10%, da FGV com o IPR de 20,32%, nota-se que, de maneira agregada, os preços agrícolas não exerceram pressão significativa no aumento da inflação (figura 4).

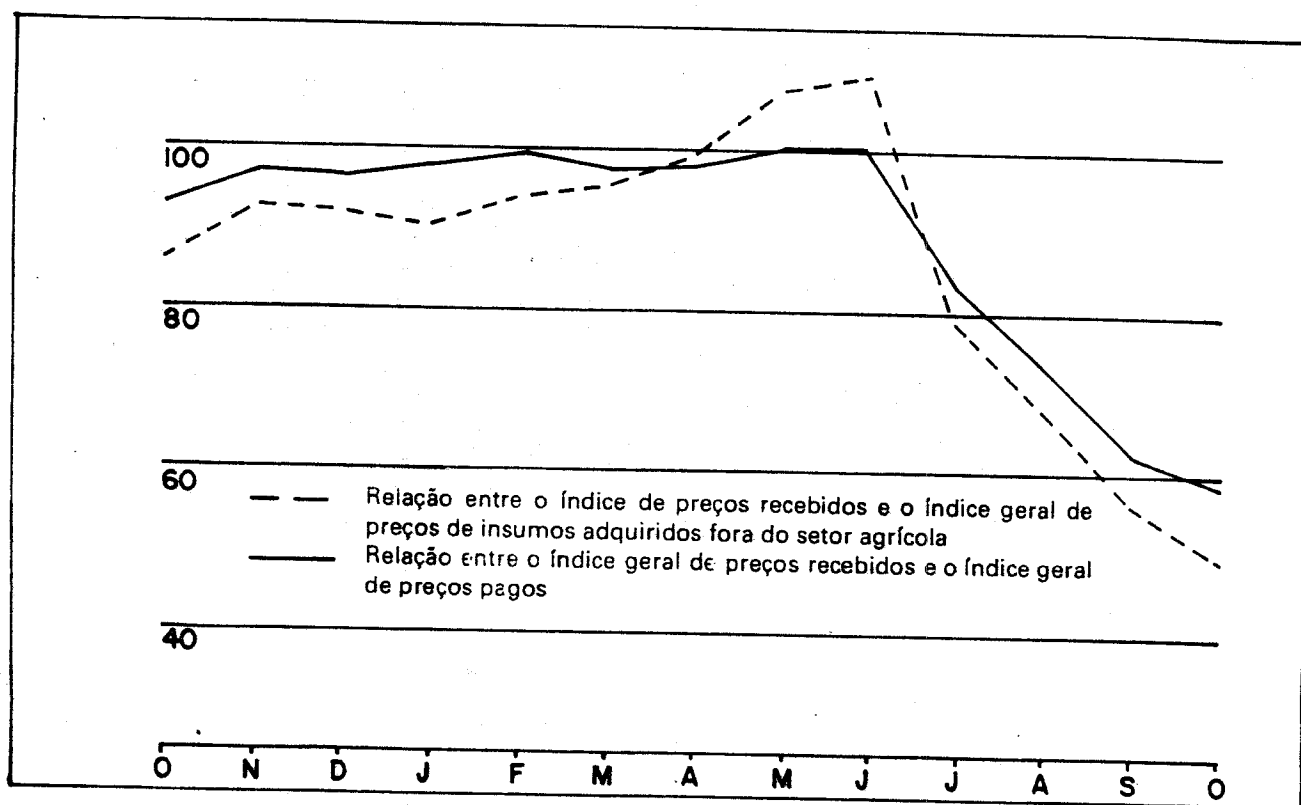


FIGURA 3.- Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989. Base: 1984-85 = 100.

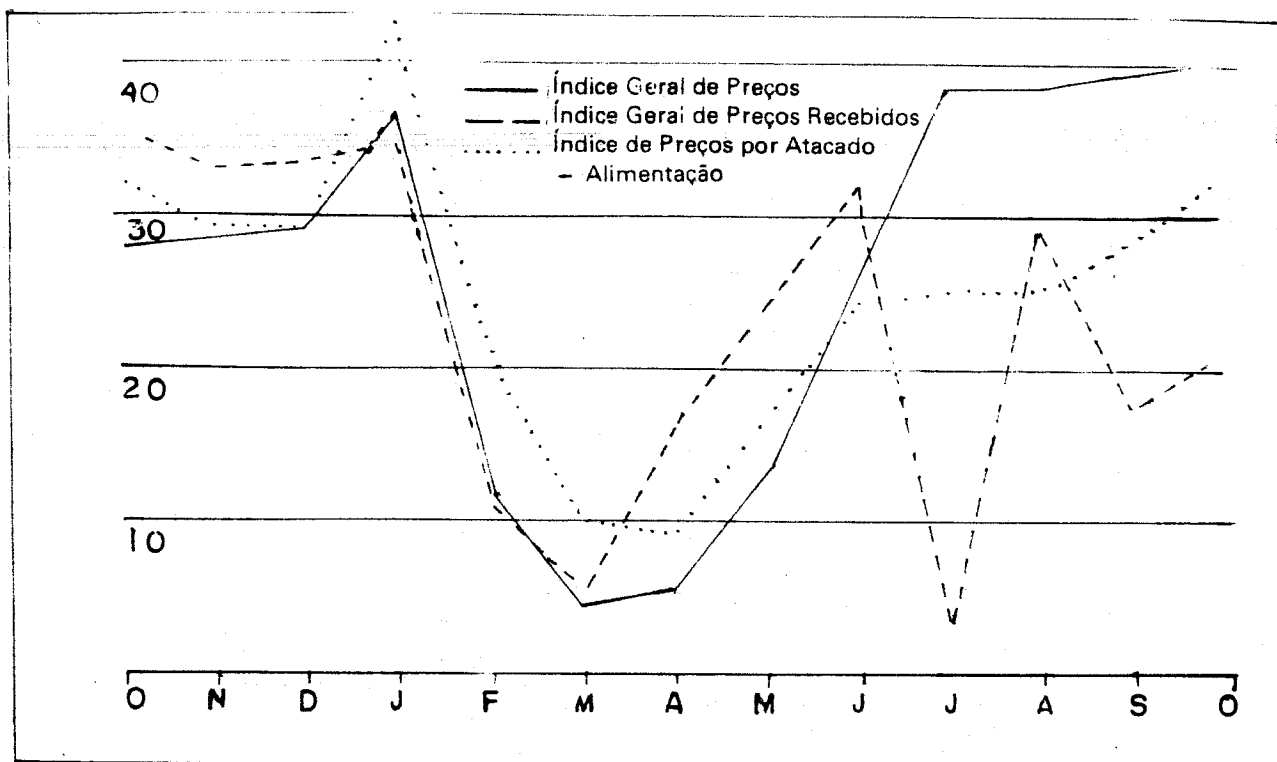


FIGURA 4.- Variação Percentual do Índice de Preços Recebidos pelo Agricultor Paulista, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, e do Índice de Preços por Atacado - Item Alimentação, Outubro de 1988 a Outubro de 1989.

Maura Maria Demétrio Santiago
Samira Aoun Marques

-CESTA DE MERCADO

No período de 30/09 a 31/10/89(outubro) comparativamente ao período de 01/09 a 29/09/89(setembro), registrou-se acréscimo de 27,9% nos preços médios dos produtos alimentícios, componentes da Cesta de Mercado. Esse aumento decorreu da

estimativa do gasto de NCz\$465,47 com alimentos no domicílio, referentes a uma família paulistana, de tamanho e renda médios (4,0 pessoas e 7,8 salários-mínimos).

A evolução dos gastos atingiu 627,0% no ano e 1.144,6% nos últimos doze meses, enquanto que a inflação alcançou 758,79% e 1.303,78%, respectivamente. Os preços dos produtos de origem vegetal (básicos, frutas, hortaliças e produtos industrializados) apresentaram variação de 34,9% e os de origem animal

(carnes e derivados, leite e derivados e ovos) de 18,5%.

Com o achatamento do poder aquisitivo da população, a demanda tem sido proporcionalmente menor o que, face à satisfatória oferta de alguns produtos alimentícios no mercado, vem inibindo reajustes mais acentuados nos preços.

Em relação aos produtos básicos, a variação média de preços observada em outubro foi de 36,9%, com significativas elevações nos preços de macarrão (77,6%), fubá (61,9%), farinha de mandioca (58,5%), farinha de trigo (57,2%), farinha de milho (54,4%), óleo de algodão (52,4%), café (45,3%) açúcar (43,3%), arroz (39,4%), pão (37,7%), óleo de soja (35,2%) e óleo de milho (27,4%). A participação desse agregado de produtos no dispêndio total foi de 37,7%. A variação média de preços do grupo foi de 601,9% no ano e 1.092,7% nos últimos doze meses.

No subgrupo frutas, observou-se altas significativas, principalmente, para as frutas em final de safra. As oscilações médias de preços foram tangerina (83,9%), limão (80,4%), morango (80,2%), abacate (37,8%), abacaxi (16,5%), melancia (14,9%), banana maçã (12,6%), banana nanica (11,1%) e laranja (6,5%). Por estar em período de safra houve redução nos preços médios de mamão (-16,2%). A participação das frutas no dispêndio total foi de 11,0%. A variação média de preços desse agregado foi de 27,2% no mês, 637,7% no ano e de 1.078,6% nos últimos doze meses.

Com relação ao subgrupo hortaliças, as verduras e legumes tiveram aumento nos preços médios de 21 produtos, dois permaneceram estáveis e um teve redução: cebola (128,6%), tomate (69,1%), mandioca de mesa (60,7%), salsa/cebolinha (56,3%), mandioquinha (51,5%), batata-doce (46,9%), pimentão (42,6%), almeirão (32,4%), couve (32,0%), alface (31,5%), abóbora (30,0%), escarola (29,5%), vagem (29,4%), pepino

(29,2%), berinjela (26,3%), chuchu (23,0%), quiabo (22,1%), beterraba (20,0%), cenoura (16,7%), agrião (14,3%) e espinafre (13,2%). Registrou-se preços estáveis para abobrinha italiana e repolho verde e redução, pelo segundo mês consecutivo, para batata (-3,7%). A participação desse agregado de produtos no dispêndio total foi de 10,3%. A evolução média de preços foi de 34,9% no mês, 935,8% no ano e de 1.303,2% nos últimos doze meses.

Os preços médios dos produtos industrializados apresentaram alta significativa em relação ao mês anterior: maisena (108,6%), goiabada (52,1%) e massa de tomate (44,2%). Na composição da Cesta de Mercado, o dispêndio foi de 1,1% no total geral. A variação média dos preços foi de 53,2% no mês, 975,6% no ano e de 1.761,5% nos últimos doze meses.

Com o mercado bem abastecido de carnes e derivados, e a demanda enfraquecida em função do poder de compra reduzido da população, os preços médios dos produtos desse grupo registraram uma variação de 12,0% no mês. As oscilações no grupo foram: carne bovina (14,5%), linguiça (14,1%), carne suína (10,5%), frango (6,9%) e toucinho (2,0%). Observou-se preços estáveis para banha. A participação desse agregado foi de 19,6% no gasto total. As elevações de preços médios foram de 499,5% no ano e de 1.031,4% nos últimos doze meses.

Quanto ao subgrupo leite e derivados, foram registradas majorações médias de preços para leite tipo C (35,8%), leite tipo B (34,8%), manteiga (22,7%), queijo tipo minas (22,4%), leite em pó (16,3%) e queijo tipo prato (5,8%). A participação desse subgrupo no dispêndio total foi de 16,9%. A variação média de preços de leite e derivados foi de 29,0% no mês, 739,2% no ano e de 1.389,2% nos últimos doze meses.

Os preços médios de ovos no varejo foram majorados em 10,4% no mês. A participação do produto no dispêndio foi de 3,4%. As elevações mé-

dias de preços de ovos foram de 561,6%
no ano e de 1.118,3% nos últimos doze
meses.

Alceu Donadelli
Estela M. Reck Marinelli

Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Divisão	Café		Benef. (60kg)	Algodão		Amendoim casca	Mamona (kg)	Arroz casca (60kg)	Feijão (60kg)	Milho (60kg)	Trigo (60kg)
	Por kg de renda	saco 40kg		caroço (15kg)	casca (25kg)						
Regional	-	-	-	-
Agrícola	-	-	-	-
Registro	-	-	-	-
São José dos Campos	-	-	-	-
Sorocaba	2,92	63,36	203,75	48,57	140,00	33,10	...
Campinas	3,94	78,56	233,66	32,83	37,94	123,27	29,65	...
Ribeirão Preto	3,13	68,88	231,03	32,20	39,17	39,30	125,31	28,41	...
Bauru	2,90	57,33	183,44	31,86	36,75	35,90	114,21	26,75	...
S. José do Rio Preto	3,16	63,34	214,19	29,13	...	1,68	...	35,75	131,90	27,31	...
Araçatuba	2,99	59,47	182,00	33,16	32,50	1,13	...	37,92	114,00	25,95	...
Presidente Prudente	3,00	60,21	194,27	29,31	31,89	1,30	...	38,36	108,42	24,67	...
Marília	2,96	60,58	190,18	...	35,38	40,45	100,21	24,61	...
Média do Estado	3,20	65,32	209,88	31,23	34,01	1,34	...	37,68	118,57	26,44	...
Idem em Set. 1989	2,61	53,41	171,39	21,22	29,13	0,95	...	28,96	128,68	22,10	...
Idem em Ago. 1989	1,98	40,35	129,45	14,76	25,32	0,69	...	22,07	131,49	13,40	...
Idem em Jul. 1989	2,00	41,06	131,91	10,32	20,65	0,47	...	19,43	132,22	11,38	...
Idem em Jun. 1989	2,20	44,16	139,32	9,70	19,85	0,36	...	17,21	133,42	11,90	...
Idem em Mai. 1989	1,94	42,02	134,03	8,97	12,40	0,29	...	13,74	75,27	8,82	...
Idem em Abr. 1989	1,47	32,27	106,41	6,77	12,09	0,26	...	12,08	48,33	6,99	...
Idem em Mar. 1989	1,18	25,85	81,91	5,31	11,61	0,26	...	11,03	37,13	7,25	...
Idem em Fev. 1989	1,16	25,10	78,81	5,35	10,95	0,22	...	11,25	33,94	7,76	...
Idem em Jan. 1989	1,13	24,45	78,83	4,33	9,30	0,17	...	10,32	30,96	7,69	...
Idem em Dez. 1988	766,99	16.162,02	49.072,73	3.498,50	5.083,86	148,53	...	8.249,61	26.879,04	6.193,92	6.458,97
Idem em Nov. 1988	514,44	11.014,26	33.808,30	2.897,96	3.549,89	127,50	...	6.231,69	18.390,60	4.752,14	5.129,03
Idem em Out. 1988	392,14	8.377,92	26.419,00	2.043,34	2.905,42	105,62	...	5.026,89	14.678,55	3.448,25	4.027,35

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Divisão Regional Agrícola	Batata (60kg)	Cebola (kg)	Alho (kg)	Casulo (kg)	Fumo em corda (15kg)	Girassol (kg)	Soja saco (60kg)	Mandioca p/ind. (t)	Mandioca p/mesa (cx.27kg)	Tomate p/ind. (kg)	Tomate p/mesa (cx.27kg)
Registro
São José dos Campos	45,33	13,75	...	45,00
Sorocaba	48,55	2,29	41,77
Campinas	36,45	1,47	13,14	42,88	237,50	36,92
Ribeirão Preto	39,29	1,71	8,93	44,43	0,22	29,12
Bauru	15,75	18,05	30,25
S. José do Rio Preto	...	1,86	13,50	17,84	46,00	31,87
Araçatuba	...	1,90	14,20	19,30	0,26	21,71
Presidente Prudente	...	0,93	15,00	0,24	24,33
Marília	17,19	44,63	143,18	25,91
Média do Estado	41,08	1,93	13,54	18,03	44,48	173,87	13,75	0,24	38,39
Idem Set. 1989	39,89	0,66	11,95	12,76	31,78	133,75	12,36	0,17	16,10
Idem Ago. 1989	46,22	0,17	7,63	6,46	20,87	121,87	10,67	0,13	11,33
Idem Jul. 1989	50,97	0,25	...	4,39	20,03	114,44	8,68	0,12	12,89
Idem Jun. 1989	51,42	0,29	...	3,67	14,62	115,37	8,08	0,12	14,30
Idem Mai. 1989	37,32	0,23	...	2,94	14,64	103,35	7,61	0,09	15,60
Idem Abr. 1989	25,18	0,27	...	2,84	14,03	96,16	8,00	0,06	17,42
Idem Mar. 1989	25,13	0,24	...	2,72	13,95	92,84	16,36
Idem Fev. 1989	19,45	0,24	...	2,50	14,15	92,46	10,68
Idem Jan. 1988	7,80	0,22	0,85	2,21	13,57	81,71	3,83
Idem Dez. 1988	6.247,36	94,63	753,86	1.646,57	10.918,69	58.344,76	1.933,33	...	2.860,42
Idem Nov. 1988	5.373,39	74,25	...	1.288,17	8.356,15	42.272,28	1.949,50	27,18	2.679,68
Idem Out. 1988	4.544,53	154,34	...	1.033,19	6.223,37	27.962,52	1.550,00	21,86	2.635,55

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Divisão Regional Agrícola	Bovino									
	Bezerro (u.)	Garrote (u.)	Novilha (u.)	Boi magro (u.)	Marruco (u.)	Touro (u.)	Boi gordo (15kg)	Vaca gorda (15kg)	Vaca magra (u.)	
Registro	581,67	687,50	787,50	912,50	***	2.625,00	94,25	89,00	***	
São José dos Campos	440,00	670,00	818,33	866,42	1.382,50	2.030,77	93,53	81,79	600,91	
Sorocaba	431,72	662,96	662,96	980,36	1.690,91	2.021,05	97,97	84,14	778,00	
Campinas	477,77	679,60	755,55	911,03	1.580,00	2.026,09	96,08	83,45	744,28	
Ribeirão Preto	423,00	684,44	705,43	1.035,56	1.880,00	2.245,00	102,13	86,44	702,00	
Bauru	424,17	656,54	578,33	881,90	1.892,31	1.746,88	99,45	85,70	641,90	
S. José do Rio Preto	470,00	622,37	667,11	857,65	1.820,69	1.961,88	96,62	81,89	642,42	
Araçatuba	423,87	676,21	635,56	957,31	1.922,22	2.252,38	100,61	79,33	627,50	
Presidente Prudente	418,86	647,50	633,33	933,33	1.554,55	1.864,71	96,78	82,61	659,09	
Marília	498,11	702,86	660,71	985,71	1.680,00	2.380,65	94,88	80,88	731,25	
Média do Estado	458,91	668,99	690,48	932,17	1.733,49	2.093,52	97,79	83,12	680,81	
Idem em Ago. 1989	432,09	644,07	632,33	869,37	1.510,21	1.750,28	86,56	74,96	635,68	
Idem em Ago. 1989	383,88	586,63	530,36	790,00	1.174,12	1.362,73	82,47	70,92	561,03	
Idem em Jul. 1989	283,83	408,52	386,60	537,80	855,04	989,67	50,65	44,29	396,52	
Idem em Jun. 1989	295,76	420,19	390,95	546,01	821,34	942,81	50,47	44,64	406,23	
Idem em Mai. 1989	213,54	309,06	281,72	389,12	596,49	690,63	33,16	29,27	287,22	
Idem em Abr. 1989	154,30	227,77	212,32	293,24	451,32	527,50	25,46	22,16	216,32	
Idem em Mar. 1989	115,80	178,80	164,47	232,96	380,67	453,83	20,33	17,27	166,98	
Idem em Fev. 1989	94,63	150,78	143,56	202,39	333,40	401,38	18,94	15,93	152,47	
Idem em Jan. 1989	79,09	128,17	126,37	181,50	293,85	336,47	18,23	15,09	132,33	
Idem em Dez. 1988	61.392,91	104.849,90	107.173,50	150.087,20	253.515,80	287.852,70	16.924,91	14.243,35	110.604,90	
Idem em Nov. 1988	45.639,90	75.164,59	75.667,89	109.239,30	185.666,80	223.320,70	13.217,74	10.970,24	80.608,27	
Idem em Out. 1988	33.537,16	54.342,17	56.527,09	79.685,36	125.373,90	164.784,30	9.302,17	8.038,36	59.356,85	

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Divisão	Vaca de criar (u.)	Vaca leiteira até 5 l/dia (u.)	Vaca leiteira 5 a 10 l/dia (u.)	Vaca leiteira acima de 10 l/dia (u.)	Animal de tração	
					Burro domado (u.)	(u.)
Regional						
Agrícola						
Registro	1.037,50	1.575,00	1.950,00	2.875,00	762,50	...
Sao José dos Campos	960,91	1.360,71	1.323,08	3.153,85	1.016,67	...
Sorocaba	1.055,77	1.520,37	2.155,56	2.788,64	811,11	...
Campinas	995,20	1.318,00	1.812,50	2.304,17	625,00	...
Ribeirão Preto	1.007,24	1.451,28	2.044,44	2.843,24	862,50	...
Bauru	883,18	1.345,65	1.868,18	2.600,00	760,00	...
S. José do Rio Preto	890,00	1.250,00	1.604,55	1.953,45	965,00	...
Araçatuba	926,25	1.198,15	1.590,00	2.168,18	787,50	...
Presidente Prudente	847,62	1.223,91	1.669,56	2.216,67	904,76	...
Marília	932,65	1.333,33	1.923,33	2.631,82	841,40	...
Média do Estado	946,23	1.357,64	1.894,12	2.504,29	746,85	...
Idem em Set. 1989	875,60	1.193,61	1.667,17	2.228,19	583,95	...
Idem em Ago. 1989	769,71	974,14	1.350,53	1.715,52	478,79	...
Idem em Jul. 1989	525,57	683,98	950,67	1.082,93	445,67	...
Idem em Jun. 1989	527,27	673,16	877,37	1.062,89	355,23	...
Idem em Mai. 1989	371,28	485,81	622,92	721,11	270,94	...
Idem em Abr. 1989	286,96	369,88	464,79	568,45	251,70	...
Idem em Mar. 1989	226,00	290,06	397,14	505,89	202,31	...
Idem em Fev. 1989	199,30	250,72	334,83	425,87	160,26	...
Idem em Jan. 1989	172,93	210,61	267,36	324,35	135.757,70	...
Idem em Dez. 1988	145.749,00	173.603,80	222.995,60	274.107,80	111.666,80	...
Idem em Nov. 1988	109.068,50	128.621,00	169.721,30	216.713,10	85.036,28	...
Idem em Out. 1988	81.020,71	97.699,08	130.060,90	172.429,40		...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Divisão	Leite			Suíno					
	Tipo B (litro)	Tipo Industrial (litro)	Tipo especial (litro)	Leitão de recria (kg)	Suíno p/abate tipo banha (15kg)	Suíno p/abate tipo carne (15kg)	Suíno reprodutor (até 5 m.)	Suíno reprodutor (5 a 7 m.)	Suíno reprodutor (acima 7 m.)
Regional
Agrícola
Registro	76,50	96,57
São José dos Campos	1,97	...	1,02	6,04	62,92	75,64	195,00	278,57	326,00
Sorocaba	1,98	0,90	1,00	5,12	54,65	67,60	200,83	298,62	357,50
Campinas	1,99	1,01	1,02	6,97	62,62	73,90	256,00
Ribeirão Preto	1,98	0,95	1,02	6,27	64,76	73,95	263,17	327,82	420,00
Bauru	1,87	...	1,02	7,06	66,15	77,24	243,33	270,00	342,50
S. José do Rio Preto	...	0,94	0,92	4,68	57,00	70,33	266,67	308,18	351,25
Araçatuba	...	0,98	...	5,25	60,00	71,36	266,67	296,67	328,00
Presidente Prudente	1,76	0,93	1,02	5,50	63,13	72,07	194,00	263,33	376,67
Marília	1,88	0,98	0,97	5,41	55,74	65,61
Média do Estado	1,91	0,95	0,99	5,82	60,56	74,42	235,70	291,88	358,84
Idem em Set. 1989	1,38	0,71	0,74	5,30	57,65	67,88	209,48	247,99	305,07
Idem em Ago. 1989	1,14	0,52	0,56	4,78	53,83	63,05	187,28	214,66	273,33
Idem em Jul. 1989	0,70	0,36	0,40	3,92	45,88	53,86	159,05	183,06	232,68
Idem em Jun. 1989	0,52	0,27	0,28	3,87	48,84	57,36	146,98	162,00	197,79
Idem em Mai. 1989	0,40	0,21	0,23	2,61	34,95	39,98	113,94	133,78	158,05
Idem em Abr. 1989	0,37	0,20	0,21	2,00	23,38	27,84	84,28	100,89	122,82
Idem em Mar. 1989	0,37	0,20	0,21	1,64	18,80	22,01	73,33	80,56	102,24
Idem em Fev. 1989	0,37	0,20	0,21	1,35	16,84	20,53	65,54	70,17	91,90
Idem em Jan. 1989	0,32	0,18	0,19	1,14	14,90	18,33	50,83	59,70	74,80
Idem em Dez. 1988	228,62	124,34	132,55	860,00	11.044,12	14.377,50	38.044,22	50.176,19	63.698,13
Idem em Nov. 1988	181,83	99,33	108,21	513,33	7.246,15	9.287,31	31.534,25	41.213,33	54.975,61
Idem em Out. 1988	125,96	78,54	83,83	390,56	5.075,62	6.242,47	27.147,89	30.138,05	48.017,06

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(conclusão)

Divisão	Ave viva						Ovo		
	Frango para corte (kg)	Galinha para corte (kg)	Extra (cx. 30dz.)	Grande (cx. 30dz.)	Médio (cx. 30dz.)	Pequeno (cx. 30dz.)	Industrial (cx. 30dz.)		
Regional		
Agrícola		
Registro	3,14	2,58	44,79	41,85	33,70	25,75	...		
São José dos Campos	3,12	1,59	48,63	38,22	29,12		
Sorocaba	3,08	...	42,98	37,61	33,31		
Campinas	2,82	1,40	52,24	41,22	29,40	21,55	13,27		
Ribeirão Preto	3,06	1,39	50,27	39,68	28,15	21,18	12,45		
Bauru	3,02	1,71	48,41	39,77	30,68	21,96	12,82		
S. José do Rio Preto	3,90	12,85		
Araçatuba	3,15		
Presidente Prudente	2,79		
Marília	3,12		
Média do Estado	2,81	1,60	40,57	36,33	32,68	31,49	16,05		
Idem em Set. 1989	2,34	1,40	51,22	49,56	42,48	31,07	22,00		
Idem em Ago. 1989	1,50	1,19	38,58	32,51	29,36	23,97	15,77		
Idem em Jul. 1989	1,82	1,15	40,34	35,04	31,61	24,43	18,06		
Idem em Jun. 1989	1,53	0,81	26,73	24,00	20,88	16,22	9,90		
Idem em Mai. 1989	1,01	0,64	19,22	18,11	16,48	12,45	9,40		
Idem em Abr. 1989	0,85	0,53	15,45	14,01	12,66	10,19	7,85		
Idem em Mar. 1989	0,78	0,43	13,77	12,56	11,18	8,22	6,52		
Idem em Fev. 1989	0,69	0,32	11,91	11,00	9,99	6,91	5,35		
Idem em Jan. 1989	591,66	257,69	8.888,76	8.282,01	7.295,72	5.269,58	4.083,94		
Idem em Dez. 1988	422,60	201,43	6.773,54	6.401,27	5.401,54	4.048,68	3.002,71		
Idem em Nov. 1988	311,86	122,75	5.097,80	4.581,55	4.017,50	3.081,58	2.239,38		

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Fruticultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzado novo)

Produto	Unidade	Preço médio	Faixa de variação do preço médio ⁽¹⁾	Faixa de variação das informações ⁽²⁾
Abacate	cx.k	53,46	47,05	59,87
Abacaxi	cento	287,95	279,09	296,80
Banana	torito	14,31	14,16	14,45
Figo de mesa	enr.3,5kg	-	-	-
Goiaba de mesa	cxta.3,5kg	7,19	6,42	7,96
Laranja de mesa.	cx.40,8kg	11,69	11,15	12,22
Limão	cx.40,8kg	106,54	98,13	114,96
Maçã	cx.papelao	-	-	-
Mamão	cx.dupla	-	-	-
Melancia	kg	-	-	-
Morango	cxta.4,0kg	32,53	31,19	33,48
Fêssigo de mesa	cxta.2,5kg	6,02	5,32	6,72
Tangerina	cx.40,8kg	32,90	30,19	35,61
Uva comum de mesa	cx.8,0kg	-	-	-
Uva fina de mesa	cx.8,0kg	-	-	-

⁽¹⁾ Cobre a verdadeira média, ao nível de 90% de probabilidade.

⁽²⁾ Cobre os diversos preços de comercialização, ao nível de 90% de probabilidade.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Fruticultores, Estado de São Paulo, Setembro 1988 a Setembro 1989

(em cruzado novo)

Mês e Ano	Abacate cx.k	Abacaxi cen	Banana orito	Figo de mesa engr.3,5kg	Goiaba de mesa cxta.3,5kg	Laranja de mesa cx.40,8kg	Limão(2) cx.40,8kg	Maçã cx.papelão
1988								
Set.	3.241,09	12.336,00	23,45	-	221,74	1.555,83	3.706,52	-
Out.	6.050,76	-	1.107,05	-	...	2.405,42	5.405,35	-
Nov.	-	16.745,02	1.107,50	-	845,89	2.682,22	4.317,43	-
Dez.	-	20.381,16	1.540,51	806,72	1.005,83	3.291,50	1.273,34	-
1989								
Jan.	4,82	20,06	2,60	0,61	0,82	3,78	6,22	9,22
Fev.	3,83	23,61	2,85	0,41	0,64	4,12	3,75	5,95
Mar.	3,91	38,06	3,31	0,59	0,98	4,23	3,14	-
Abr.	2,97	58,90	3,53	0,56	1,39	4,07	2,21	-
Mai.	3,56	79,53	3,54	0,76	3,06	3,20	1,82	-
Jun.	5,26	88,04	3,47	-	4,08	2,63	...	-
Jul.	8,45	108,20	3,83	-	5,05	3,48	1,80	-
Ago.	18,90	195,10	8,57	-	6,53	5,20	7,22	-
Set.	27,46	204,65	13,89	-	5,55	8,13	57,98	-

Ano e Mês	Mamão(3) cx.dupla	Melancia kg	Morango cxta.4,0kg	Pêssego de mesa cxta.2,5kg	Tangerina cx.40,8kg	Uva comum de mesa cx.8,0kg	Uva fina de mesa cx.8,0kg
1988							
Set.	1.181,00	32,21	725,45	-	2.600,88	-	-
Out.	1.390,15	46,30	1.298,98	304,06	3.274,23	-	-
Nov.	1.325,80	45,68	1.219,22	441,51	3.629,55	-	-
Dez.	4.280,61	52,51	-	806,72	5.849,42	2.478,09	4.672,35
1989							
Jan.	6,22	-	-	0,64	-	2,50	5,01
Fev.	4,39	-	-	0,73	-	2,54	4,40
Mar.	6,80	0,07	-	-	-	5,47	6,89
Abr.	5,61	0,14	-	-	7,73	7,44	10,10
Mai.	5,39	0,13	18,94	-	6,10	5,72	10,54
Jun.	7,45	0,13	15,50	-	5,55	7,36	9,39
Jul.	-	0,17	14,15	-	6,92	9,36	15,89
Ago.	-	0,21	13,48	-	15,33	-	-
Set.	-	-	19,68	-	24,79	-	-

(1) A partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.

(2) Refere-se à variedade Tahiti.

(3) Refere-se à variedade Formosa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Olericultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzado novo)

Produto	Unidade	Preço médio	Faixa de variação do preço médio(1)	Faixa de variação das informações(2)
Abobrinha brasileira	cx.k	17,32	16,36	18,28
Abobrinha italiana	cx.k	25,02	22,30	27,74
Alface crespa	engradado	6,00	5,62	6,37
Alface lisa	engradado	7,66	7,01	8,32
Alho	sc.10kg	-	-	-
Batata comum	sc.60kg	51,24	49,79	52,69
Batata lisa	sc.60kg	-	-	-
Cebola	sc.20kg	38,47	34,80	42,15
Cenoura	cx.k	15,09	14,43	15,76
Chuchu	cx.k	12,35	11,32	13,39
Couve	dz.maço	8,13	7,23	9,02
Mandioquinha	cx.k	60,40	97,21	63,59
Milho verde	sc.30kg	17,18	16,79	17,58
Pepino	cx.k	41,32	38,86	43,78
Pimentão verde	cx.k	34,85	32,38	37,33
Repolho liso japonês	sc.25 a 40kg	2,72	2,35	3,09
Tomate envarado	cx.k	54,04	51,99	56,10
Vagem macarrão	cx.k	34,45	33,13	35,77
Vagem manteiga	cx.k	-	-	-

(1) Sobre a verdadeira média, ao nível de 90% de probabilidade.

(2) Sobre os diversos preços de comercialização, ao nível de 90% de probabilidade.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Recebidos pelos Olericultores, Estado de São Paulo, Setembro de 1988 a Setembro de 1989

(em cruzado novo)

Ano e mês	Abobrinha brasil. cx.k	Abobrinha ital. cx.k	Alface crespa ⁽¹⁾ engradado	Alface lisa ⁽¹⁾ engradado	Alho sc.10kg	Batata comum sc.60kg	Batata lisa sc.60kg	Cebola sc.20kg	Cenoura cx.k	Chuchu cx.k
1988										
Set.	-	1.669,29	...	439,19	-	3.345,57	-	3.456,09	2.058,21	1.227,57
Out.	-	1.410,75	829,69	1.122,47	-	5.496,77	-	2.944,00	2.434,30	1.929,90
Nov.	-	1.915,48	1.876,49	1.214,89	-	7.488,30	-	2.131,80	2.779,71	1.132,62
Dez.	2.460,71	2.492,49	846,58	910,58	-	5.544,89	-	2.515,26	3.306,30	1.470,37
1989										
Jan.	-	6,35	3,92	5,45	-	12,37	-	4,07	3,75	5,06
Fev.	-	7,91	7,44	9,58	-	18,22	-	4,44	6,57	6,46
Mar.	9,21	8,95	6,66	8,52	-	22,75	-	-	10,06	3,93
Abr.	-	5,99	6,95	9,85	-	26,51	-	-	16,26	2,99
Mai.	-	5,96	6,04	8,37	-	47,03	-	5,64	17,27	2,49
Jun.	-	7,26	4,41	6,57	-	51,34	-	5,56	11,42	1,80
Jul.	-	10,21	6,48	7,44	-	40,74	-	4,03	6,80	7,30
Ago.	18,68	22,59	9,71	10,37	-	46,59	-	...	8,24	14,00
Set.	23,60	38,98	6,68	7,30	-	48,31	-	13,55	11,76	16,14

Ano e mês	Couve dz.maço	Mandioquinha cx.k	Milho verde sc.30kg	Pepino cx.kg	Pimentão verde cx.k	Repolho liso jap. sc.25/40kg	Tomate envarado cx.k	Vagem macarrão cx.k	Vagem manteiga cx.k
1988									
Set.	...	3.470,49	-	1.940,22	1.361,14	...	2.227,03	3.315,42	-
Out.	438,14	6.158,12	1.211,88	2.029,83	2.181,49	171,19	2.702,97	3.584,15	-
Nov.	679,04	10.110,85	888,67	1.742,76	1.296,39	260,84	3.017,12	2.976,98	-
Dez.	586,84	-	1.707,07	3.155,29	3.351,63	676,74	3.680,34	4.176,24	-
1989									
Jan.	586,84	-	1.707,07	3.155,29	3.351,63	676,74	3.680,34	4.176,24	-
Fev.	1,12	-	1,54	3,85	2,75	-	9,94	7,09	-
Mar.	1,59	-	1,74	5,68	6,12	5,60	12,48	12,06	-
Abr.	2,81	-	2,20	5,97	6,30	7,05	17,34	17,17	20,24
Mai.	3,87	-	2,14	4,18	7,30	6,72	16,10	16,62	-
Jun.	3,18	19,00	2,47	4,86	6,50	4,20	15,24	10,87	10,17
Jul.	2,97	17,83	3,82	4,38	6,69	2,92	11,53	14,93	-
Ago.	4,23	15,10	4,46	6,13	4,87	3,30	6,88	23,40	-
Set.	3,63	23,61	5,29	15,41	10,05	4,05	9,41	59,27	-
Set.	4,61	35,39	8,05	35,15	22,05	2,45	31,90	33,04	-

(¹) Refere-se ao preço do engradado pequeno.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios de Venda no Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo
Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Produto	Unidade	Setembro	Outubro
Amendoim			
Descascado Catado	saco 50kg	221,98	276,77
Arroz			
De grão longo fino			
Agulhinha			
Tipo 1	saco 60kg	92,92	125,95
Tipo 2	saco 60kg	80,48	104,05
Agulhinha Parbolizado			
Tipo 1	saco 60kg	87,90	121,19
Tipo 2	saco 60kg	78,64	103,34
De grão longo			
Amarelão			
Tipo 1	saco 60kg	76,24	112,14
Tipo 2	saco 60kg	67,50	95,83
406(Agulha) do Sul			
Tipo 1	saco 60kg
Tipo 2	saco 60kg
Quebrados			
3/4 de Arroz			
Longo fino	saco 60kg	34,50	46,48
Longo	saco 60kg	29,98	43,53
1/2 de Arroz			
Longo fino	saco 60kg	28,58	40,76
Longo	saco 60kg	25,58	37,79
Quirera			
Pequeno	saco 60kg	21,21	30,29
Bica-Corrída			
Tipo único	saco 60kg	44,11	57,74
Arroz Empacotado			
De grão longo fino			
Agulhinha			
Tipo 1	fardo 30kg	48,32	65,34
Tipo 2	fardo 30kg	41,63	55,55
Agulhinha Parboilizado			
Tipo 1	fardo 30kg	46,82	60,79
Tipo 2	fardo 30kg	41,45	53,34
De grão Longo			
Amarelão			
Tipo 1	fardo 30kg	39,16	58,81
Tipo 2	fardo 30kg	35,90	51,05
Feijão			
Bico de Ouro	saco 60kg	125,53	122,26
Carioquinha	saco 60kg	139,61	142,15
Jalo	saco 60kg	169,35	172,86
Preto	saco 60kg	185,14	240,45
Rajado	saco 60kg	160,66	165,95
Rosinha	saco 60kg	171,79	219,76
Roxinho	saco 60kg

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios de Venda no Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo,
Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo) (continua)

Produto	Unidade	Setembro	Outubro
Milho			
Amarelo			
CIF São Paulo	saco 60kg	31,29	37,74
CIF Interior ⁽¹⁾	saco 60kg	20,90	26,41
Pipoca	saco 60kg	141,14	153,22
Soja			
Especial	saco 60kg
Industrial			
CIF São Paulo	saco 60kg	36,16	47,79
CIF Interior ⁽¹⁾	saco 60kg	32,00	41,52
Alho			
Nacional	caixa 10kg	155,28	169,53
Importado	caixa 10kg	215,79	429,74
Batata			
Comum			
Especial	saco 60kg	49,87	44,52
Primeira	saco 60kg	24,82	22,27
Segunda	saco 60kg	15,40	13,46
Lisa			
Especial	saco 60kg	69,87	68,46
Primeira	saco 60kg	34,82	32,38
Segunda	saco 60kg	24,69	20,24
Cebola			
Mirandópolis	saco 20kg
Monte Alto	saco 20kg	17,89	45,15
Piedade	saco 20kg
São José do Rio Pardo	saco 20kg	14,89	33,07
Pernambuco	saco 20kg	17,32	33,22
Santa Catarina	saco 20kg
Rio Grande do Sul	saco 20kg
Tomate⁽²⁾			
Extra "AA"	cx.27kg	50,14	83,74
Extra "A"	cx.27kg	44,79	73,42
Extra	cx.27kg	34,13	54,16
Especial	cx.27kg	25,94	38,50
Diversos	cx.27kg	15,24	23,42
Preço Médio Ponderado Mensal	cx.27kg	35,94	65,20
Derivados de Mandioca			
Amido	saco 50kg	91,00	169,53
Farinha			
Crua Fina	saco 50kg	45,53	61,31
Crua grossa	saco 40kg	39,48	49,96
Torrada	saco 50kg	55,50	86,12
Óleo			
Milho	caixa 20lt.	123,11	141,81
Soja	caixa 20lt.	40,14	59,81

⁽¹⁾ Os preços de milho e soja - CIF interior - são coletados pela CATI em 10 municípios do interior do Estado.

⁽²⁾ Os preços de tomate são elaborados a partir de dados básicos do Boletim Informativo Diário do Entrepósito Terminal de São Paulo, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios de Venda no Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo,
Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo) (conclusão)

Produto	Unidade	Setembro	Outubro
Carne Bovina			
Resfriada			
Dianteiro	kg	4,78	5,68
Ponta de Agulha	kg	4,17	4,89
Trazeiro	kg	7,82	8,90
Congelada			
Dianteiro	kg
Ponta de Agulha	kg
Trazeiro	kg
Charque			
Dianteiro	kg	8,02	10,05
Ponta de Agulha	kg	6,72	8,74
Trazeiro	kg
Carne Suína			
Refriada(1/2 carcaça)	kg	5,41	5,79
Banha de Porco			
Empacotada	caixa 30kg	92,76	82,98
Manteiga			
Com sal	kg	9,51	10,00
Sem sal	kg	7,86	8,49
Queijo			
Fresco	kg	10,26	11,58
Mussarela	kg	13,00	13,24
Parmezão	kg	19,82	20,00
Prato	kg	13,42	13,72
Provolone	kg	16,32	16,98
Ave Abatida			
Frango	kg	4,57	4,58
Ovo(bandeja)			
Branco			
Extra	cx.30dz.	75,47	86,86
Grande	cx.30dz.	72,47	83,86
Médio	cx.30dz.	65,53	72,29
Pequeno	cx.30dz.	54,63	60,29
Industrial	cx.30dz.	48,63	54,29
Vermelho			
Extra	cx.30dz.	81,47	92,86
Grande	cx.30dz.	78,47	89,86
Médio	cx.30dz.	68,53	75,29
Pequeno	cx.30dz.	54,63	60,29
Industrial	cx.30dz.	48,63	54,29

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Composição dos Grupos de Produtos para Publicação dos Preços Médios Mensais no Varejo na Cidade de São Paulo

Produtos básicos e diversos

Açúcar
Arroz
Café solúvel
Chá preto
Feijão
Pó de café

Carnes e derivados

Banha de porco granel
Banha de porco pacote
Carne bovina
Carne de porco
Frango limpo
Linguiça de porco
Ovos
Toucinho fresco

Conservas e embutidos

Azeitona
Ervilha em lata
Goiabada
Massa de tomate
Mortadela
Palmito em lata
Pêssego em calda
Presunto cozido
Salsicha
Sardinha em lata

Farináceos e massas

Bolacha
Farinha de mandioca
Farinha de milho
Farinha de trigo
Fubá mimoso
Macarrão
Maisena

Pão bengala
Pão francês

Frutas

Abacate
Abacaxi
Banana nanica
Banana maçã
Caqui
Figo
Laranja
Limão
Maçã estrangeira
Maçã nacional
Mamão
Manga
Melancia
Morango
Pera estrangeira
Pêssego
Tangerina
Uva comum
Uva fina

Hortaliças

Abóbora
Abobrinha brasileira
Abobrinha italiana
Agrião
Alface
Alho
Almeirão
Batata
Batata doce
Berinjela
Beterraba
Cebola
Cenoura
Chuchu
Couve

Escarola
Espinafre
Mandioca de mesa
Mandioquinha
Pepino
Pimentão
Quiabo
Repolho verde
Salsa/cebolinha
Tomate
Vagem

Leite e derivados

Leite B
Leite C
Leite condensado
Leite em pó
Manteiga
Queijo minas
Queijo minas meia cura
Queijo prato

Óleos e gorduras

Azeite estrangeiro
Óleo de algodão
Óleo de arroz
Óleo de milho
Óleo de soja
Margarina

Peixes e crustáceos

Camarão rosa
Camarão sete barbas
Pescada média
Sardinha média

Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989⁽¹⁾

(continua)

Ano		Produtos básicos e diversos					
e	Mês	Açúcar (kg)	Arroz (kg)	Café solúvel (vidro 100g)	Chá Preto (pc.100g)	Feijão (kg)	Pó de café (pc.500g)
1988	Out.	193,79	209,71	573,35	245,80	442,14	642,37
	Nov.	254,02	290,76	674,44	285,37	424,39	831,83
	Dez.	330,64	383,03	906,13	389,39	710,99	1.010,51
1989	Jan.	0,43	0,48	1,27	0,45	0,77	2,03
	Fev.	0,51	0,51	1,72	0,50	0,85	2,46
	Mar.	0,51	0,51	1,67	0,58	0,86	2,43
	Abr.	0,51	0,55	2,00	0,59	0,92	2,35
	Mai.	0,53	0,56	2,00	0,59	1,06	2,45
	Jun.	0,62	0,76	2,39	0,63	3,22	2,97
	Jul.	0,74	1,13	2,54	0,99	4,19	3,43
	Ago.	1,11	1,72	3,13	1,52	4,17	4,66
	Set.	1,85	1,47	3,89	2,23	4,14	6,12
	Out.	2,65	2,05	6,21	2,82	4,22	8,89

Ano		Carne e derivados					
e	Mês	Banha de porco (kg)	Banha de porco (pc.1kg)	Carne bovina (kg)	Carne de porco (kg)	Frango limpo (kg)	Linguiça de porco (kg)
1988	Out.	319,60	323,29	1.000,28	950,55	565,80	1.113,12
	Nov.	365,19	386,63	1.373,16	1.590,71	824,88	1.585,62
	Dez.	597,21	496,43	1.871,06	2.053,43	1.056,74	2.131,90
1989	Jan.	0,95	1,32	2,02	2,70	1,22	3,00
	Fev.	1,06	1,49	2,01	2,82	1,25	3,42
	Mar.	1,30	1,39	2,03	3,15	1,27	3,68
	Abr.	2,44	3,73	1,86	3,89
	Mai.	3,69	5,43	2,81	4,40
	Jun.	4,27	3,90	5,48	7,82	3,70	7,21
	Jul.	4,31	5,49	5,72	8,40	3,48	9,68
	Ago.	4,64	5,14	8,97	9,19	4,50	10,32
	Set.	5,14	4,87	9,93	10,41	5,77	11,27
	Out.	5,25	5,03	11,37	11,50	6,17	12,87

⁽¹⁾ Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(continua)

Ano	e	Carnes e derivados		Conservas e embutidos			
		Ovos (dz.)	Toucinho fresco (kg)	Azeitona granel (kg)	Ervilha lata (200g)	Golabada lata (700g)	Massa de tomate lata (140g)
1988	Out.	286,26	374,39	840,65	164,72	314,40	109,86
	Nov.	423,92	525,03	1.092,96	209,31	402,06	146,93
	Dez.	529,03	584,73	1.490,21	241,82	527,91	193,57
1989	Jan.	0,67	1,34	1,90	0,32	0,71	0,22
	Fev.	0,71	1,74	2,22	0,35	0,82	0,25
	Mar.	0,75	1,87	2,28	0,34	0,82	0,30
	Abr.	1,00	2,19	2,64	0,34	0,84	0,33
	Mai.	1,99	2,89	2,94	0,35	0,84	0,33
	Jun.	2,59	3,64	4,39	0,43	0,96	0,35
	Jul.	2,56	4,57	5,94	0,78	1,74	0,44
	Ago.	3,32	4,98	8,50	1,32	3,03	0,82
	Set.	3,17	5,65	10,80	1,65	4,20	1,32
	Out.	3,50	5,82	13,64	2,41	6,40	1,90

Ano	e	Conservas e embutidos					
		Mortadela (kg)	Palmito lata (400g)	Pêssego em calda (450g)	Presunto cozido (kg)	Salsicha vienna (kg)	Sardinha lata (135g)
1988	Out.	1.230,32	640,35	439,40	2.200,01	1.326,04	131,23
	Nov.	1.571,52	948,56	693,05	2.763,11	1.556,02	208,12
	Dez.	2.165,63	965,52	879,73	3.786,88	2.094,11	277,01
1989	Jan.	2,58	1,27	1,09	4,83	2,78	0,39
	Fev.	2,81	1,25	1,25	5,14	3,26	0,45
	Mar.	3,06	1,38	1,20	5,06	3,52	0,45
	Abr.	3,06	1,45	1,30	5,05	3,72	0,45
	Mai.	4,34	1,80	1,82	6,30	4,92	0,46
	Jun.	7,93	4,07	5,86	15,69	8,18	0,69
	Jul.	9,23	5,21	3,21	21,31	9,15	1,05
	Ago.	10,75	11,74	5,67	21,40	10,00	1,65
	Set.	12,07	12,81	8,22	21,57	12,06	2,25
	Out.	15,85	15,42	9,10	22,38	14,98	3,00

(1) Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989⁽¹⁾

(continua)

Ano		Farináceos e massas					
e		Bolacha	Farinha de	Farinha de	Farinha de	Fubá	Macarrão
Mês		(pc.200g)	mandioca	milho	trigo	mimoso	(pc.500g)
			(pc.500g)	(pc.500g)	(kg)	(kg)	
1988	Out.	163,72	223,02	272,18	230,43	121,94	216,47
	Nov.	221,71	329,76	376,50	311,15	176,42	287,70
	Dez.	284,11	393,54	459,61	383,29	225,31	386,70
1989	Jan.	0,35	0,49	0,56	0,48	0,26	0,51
	Fev.	0,39	0,53	0,62	0,52	0,18	0,58
	Mar.	0,38	0,53	0,65	0,52	0,18	0,57
	Abr.	0,38	0,53	0,74	0,52	0,18	0,57
	Mai.	0,39	0,53	0,76	0,52	0,18	0,57
	Jun.	0,46	0,67	0,90	0,59	0,29	0,67
	Jul.	0,67	0,97	1,68	0,76	0,69	0,82
	Ago.	0,97	1,21	2,50	1,07	1,06	1,10
	Set.	1,69	1,62	3,26	1,74	1,42	1,75
	Out.	2,56	2,57	5,07	2,74	2,30	3,11

Ano		Farináceos e massas			Frutas		
e		Maizena	Pão	Pão	Abacate	Abacaxi	Banana
Mês		(pc.500g)	bengala	frances	(u.)	(u.)	nanica
			(u.)	(u.)			(dz.)
1988	Out.	129,04	122,64	20,45	255,84	240,18	161,60
	Nov.	152,79	156,24	26,07	300,88	225,22	184,92
	Dez.	195,41	192,57	32,14	285,50	270,02	219,50
1989	Jan.	0,25	0,27	0,05	0,31	0,34	0,36
	Fev.	0,32	0,28	0,05	0,27	0,41	0,45
	Mar.	0,32	0,28	0,05	0,39	0,68	0,52
	Abr.	0,33	0,28	0,05	0,30	1,02	0,60
	Mai.	0,33	0,29	0,05	0,36	1,19	0,64
	Jun.	0,39	0,31	0,06	0,40	1,42	0,71
	Jul.	0,48	0,35	0,08	0,64	1,79	0,85
	Ago.	0,81	0,68	0,11	0,85	2,50	1,64
	Set.	1,25	1,09	0,18	1,53	3,02	2,33
	Out.	2,62	1,48	0,25	2,10	3,51	2,59

(¹) Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989⁽¹⁾

(continua)

Ano		Frutas					
e		Banana maçã (dz.)	Caqui (u.)	Figo (cx.1kg)	Laranja (dz.)	Limão (dz.)	Maçã estrangeira (u.)
Mês							
1988	Out.	201,80	-	-	341,38	325,65(2)	93,52
	Nov.	245,06	-	...	413,58	378,88(2)	119,20
	Dez.	307,25	-	352,45	449,48	598,59(2)	167,05
1989	Jan.	0,52	-	0,44	0,59	0,40	0,25
	Fev.	0,66	0,29	0,37	0,69	0,33	0,35
	Mar.	0,74	0,25	0,34	1,04	0,33	0,33
	Abr.	0,79	0,24	0,53	0,81	0,30(2)	0,33
	Mai.	0,94	0,32	...	0,77	0,31(2)	0,39
	Jun.	1,11	...	-	0,77	0,33(2)	0,47
	Jul.	1,31	-	...	0,94	0,39(2)	0,48
	Ago.	2,21	-	-	1,58	0,66	0,56
	Set.	2,96	-	-	2,44	3,39	0,82
	Out.	3,33	-	-	2,60	6,12	1,08

Ano		Frutas					
e		Maçã nacional (kg)	Mamão (kg)	Manga (u.)	Melancia (kg)	Morango (cx.1kg)	Pera estrangeira (u.)
Mês							
1988	Out.	412,71	134,19	...	127,14	396,26	100,54
	Nov.	670,47	159,21	104,68	159,77	619,25	126,26
	Dez.	824,55	281,80	92,13	152,62	...	195,11
1989	Jan.	0,64	0,34	0,12	0,17	...	0,29
	Fev.	0,57	0,41	0,23	0,21	-	0,35
	Mar.	1,22	0,54	...	0,35	-	0,31
	Abr.	0,91	0,67	-	0,30	-	0,33
	Mai.	1,07	0,72	-	0,38	...	0,37
	Jun.	1,19	1,42	-	0,48	...	0,47
	Jul.	1,70	2,31	-	0,57	7,44	0,55
	Ago.	1,80	3,32	-	1,06	5,97	0,87
	Set.	2,82	2,85	...	1,55	6,85	1,22
	Out.	5,01	2,39	...	1,78	12,35	1,71

(1) Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.

(2) Refere-se a variedade Taiti.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989⁽¹⁾

(continua)

Ano	e	Frutas				Hortaliças	
		Pêssego (u.)	Tangerina (dz.)	Uva comum (kg)	Uva fina (kg)	Abóbora (kg)	Abobrinha brasileira (kg)
1988	Out.	...	349,53	-	1.252,89	131,54	209,25
	Nov.	96,80	446,58	903,74	1.459,23	159,58	235,83
	Dez.	115,34	895,91	830,70	1.236,11	237,01	242,54
1989	Jan.	0,12	...	0,80	1,31	0,30	0,40
	Fev.	0,21	-	0,65	1,27	0,35	0,59
	Mar.	-	...	0,63	1,61	0,32	0,74
	Abr.	-	1,13	-	2,39	0,59	0,80
	Mai.	-	1,07	...	2,99	0,77	0,88
	Jun.	-	0,87	...	3,16	0,79	0,81
	Jul.	-	1,12	...	4,21	0,85	1,40
	Ago.	-	2,12	...	7,22	1,05	2,26
	Set.	...	2,87	...	11,55	1,35	2,74
	Out.	...	5,28	-	16,28	1,75	2,79

Ano	e	Hortaliças						
		Abobrinha italiana (kg)	Agrião (maço 500g)	Alface (pé)	Alho (pc.150g)	Almeirão (maço 500g)	Batata (kg)	Batata doce (kg)
1988	Out.	171,77	111,64	62,12	384,43	75,40	121,96	186,81
	Nov.	220,39	133,03	102,22	476,19	104,86	186,38	230,89
	Dez.	222,86	145,90	92,22	492,55	124,69	197,01	257,03
1989	Jan.	0,40	0,36	0,26	0,63	0,31	0,36	0,52
	Fev.	0,67	0,76	0,51	0,59	0,54	0,47	0,66
	Mar.	0,80	0,82	0,53	0,92	0,62	0,64	0,79
	Abr.	0,89	0,94	0,53	1,36	0,68	0,81	0,84
	Mai.	0,91	0,98	0,51	3,32	0,77	1,48	1,02
	Jun.	0,91	1,07	0,51	4,88	0,82	1,65	1,26
	Jul.	1,30	1,12	0,54	4,64	0,89	1,49	1,27
	Ago.	2,32	1,33	0,70	5,28	1,03	1,65	1,51
	Set.	2,91	1,44	0,72	7,53	1,08	1,61	1,77
	Out.	2,91	1,66	0,95	9,80	1,45	1,55	2,61

(1) Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(continua)

Ano		Hortaliças					
e		Berinjela	Beterraba	Cebola	Cenoura	Chuchu	Couve
Mês		(kg)	(kg)	(kg)	(kg)	(kg)	(maço 500g)
1988	Out.	181,71	139,45	319,84	177,24	144,82	79,51
	Nov.	208,82	160,74	220,67	202,75	129,01	112,77
	Dez.	217,63	186,83	217,04	226,49	141,59	111,15
1989	Jan.	0,34	0,32	0,42	0,33	0,31	0,22
	Fev.	0,60	0,61	0,46	0,56	0,48	0,39
	Mar.	0,83	0,86	0,48	0,73	0,49	0,43
	Abr.	0,99	1,06	0,55	1,26	0,57	0,52
	Mai.	1,03	1,38	0,69	1,88	0,54	0,54
	Jun.	1,34	1,49	0,80	1,65	0,51	0,69
	Jul.	1,39	1,51	0,77	1,39	0,84	0,75
	Ago.	2,28	1,71	0,81	1,41	1,21	0,82
	Set.	2,43	1,67	1,74	1,56	1,33	0,93
	Out.	3,08	2,03	3,98	1,83	1,63	1,22

Ano		Hortaliças					
e		Escarola	Espinafre	Mandioca de mesa	Mandioquinha	Pepino	Pimentão
Mês		(pé)	(maço 500g)	(kg)	(kg)	(kg)	(kg)
1988	Out.	62,65	123,62	142,95	373,70	158,27	312,65
	Nov.	100,35	151,94	158,32	567,32	177,24	355,77
	Dez.	100,60	170,26	223,83	1.579,61	230,81	379,27
1989	Jan.	0,29	0,38	0,38	2,02	0,35	0,57
	Fev.	0,53	0,78	0,38	2,14	0,63	0,93
	Mar.	0,56	0,91	0,97	2,31	0,69	1,08
	Abr.	0,56	0,98	1,10	2,53	0,77	1,48
	Mai.	0,57	1,15	1,10	2,51	0,76	1,91
	Jun.	0,57	1,23	1,14	2,50	0,83	2,23
	Jul.	0,60	1,24	1,08	2,48	0,96	2,20
	Ago.	0,70	1,34	1,27	2,62	1,38	2,42
	Set.	0,75	1,46	1,53	3,04	2,50	3,62
	Out.	0,97	1,65	2,47	4,55	3,22	5,14

(1) Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo Outubro de 1988 a Outubro de 1989⁽¹⁾

(continua)

Ano		Hortaliças				
e		Quiabo	Repolho verde	Salsa/ cebolinha (maço 100g)	Tomate de mesa (kg)	Vagem (kg)
Mês		(kg)	(kg)			
1988	Out.	379,70	73,04	35,22	162,54	342,87
	Nov.	520,11	62,98	54,80	174,17	373,32
	Dez.	482,70	82,39	56,27	227,66	377,48
1989	Jan.	0,72	0,18	0,09	0,45	0,72
	Fev.	0,89	0,50	0,16	0,71	1,03
	Mar.	1,08	0,49	0,23	0,93	1,65
	Abr.	1,15	0,82	0,32	0,95	1,74
	Mai.	1,51	0,68	0,34	1,12	1,77
	Jun.	2,05	0,62	0,35	0,96	2,35
	Jul.	2,77	0,68	0,35	0,79	2,91
	Ago.	3,46	0,69	0,43	0,84	4,92
	Set.	3,68	0,69	0,62	1,48	3,93
	Out.	4,51	0,69	0,97	2,50	5,07

Ano		Leite e derivados				
e		Leite B	Leite C	Leite condensado lata (395g)	Leite em pó integral lata (400g)	Manteiga (pc.200g)
Mês		(litro)	(litro)			
1988	Out.	203,93	121,93	279,35	521,63	256,67
	Nov.	288,00	160,43	377,95	893,61	355,29
	Dez.	359,32	201,66	498,59	1.185,41	452,04
1989	Jan.	0,53	0,29	0,65	1,46	0,57
	Fev.	0,60	0,33	0,83	1,71	0,70
	Mar.	0,60	0,33	0,94	1,70	0,72
	Abr.	0,60	0,33	0,90	1,70	0,72
	Mai.	0,61	0,36	0,95	1,74	0,74
	Jun.	0,83	0,46	1,16	2,13	0,90
	Jul.	1,12	0,62	1,39	2,68	1,08
	Ago.	1,82	0,86	1,92	4,72	2,73
	Set.	2,30	1,20	2,70	8,80	3,55
	Out.	3,10	1,63	4,29	10,23	4,36

(1) Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989⁽¹⁾

(conclusão)

Ano	e	Leite e derivados			Oleos e gorduras			
		Queijo minas	Queijo minas meia cura	Queijo prato	Azeite estrangeiro lata (500ml)	Oleo de algodão lata (900ml)	Oleo de arroz lata (900ml)	Oleo de milho lata (900ml)
Mês		(kg)	(kg)	(kg)				
1988	Out.	1.654,94	2.304,61	2.182,75	1.150,29	269,55	297,12	427,84
	Nov.	2.187,75	2.109,60	3.207,34	1.603,17	322,72	385,47	538,67
	Dez.	2.644,50	2.756,69	3.826,91	2.173,52	501,50	551,63	671,06
1989	Jan.	3,14	3,37	4,50	2,56	0,57	0,69	0,84
	Fev.	3,10	3,56	5,23	2,88	0,68	0,99	1,07
	Mar.	3,10	3,30	5,18	3,49	0,71	0,84	1,27
	Abr.	3,13	4,62	5,77	3,31	0,81	1,04	1,36
	Mai.	3,44	4,95	6,21	3,59	0,83	0,91	1,54
	Jun.	4,36	8,77	10,07	5,01	0,93	1,12	1,95
	Jul.	7,66	12,32	15,86	8,18	1,44	1,87	3,53
	Ago.	13,29	14,84	20,00	9,48	1,85	2,72	4,94
	Set.	17,11	16,68	26,50	11,88	2,06	3,97	5,96
	Out.	20,93	21,56	28,03	13,88	3,09	4,52	7,59

Ano	e	Oleos e gorduras		Peixes e crustáceos ⁽²⁾			
		Oleo de soja lata (900ml)	Margarina (pote 250g)	Camarão rosa (kg)	Camarão sete barbas (kg)	Pescada média (kg)	Sardinha (kg)
Mês							
1988	Out.	244,33	174,32	...	845,68	696,41	375,98
	Nov.	329,91	210,10	...	1.090,00	819,41	528,42
	Dez.	468,27	257,22	...	2.725,73	1.141,52	793,64
1989	Jan.	0,63	0,33	5,60	4,46	2,13	1,37
	Fev.	0,65	0,37	-	6,00	2,23	1,83
	Mar.	0,66	0,37	-	5,50	2,44	1,93
	Abr.	0,73	0,38	9,67	7,33	3,19	1,97
	Mai.	0,75	0,39	11,59	...	3,62	1,91
	Jun.	0,90	0,46	21,00	5,17	4,44	2,13
	Jul.	1,71	0,80	13,00	5,47	5,59	2,51
	Ago.	1,97	1,24	28,67	7,69	7,05	3,71
	Set.	2,21	1,64	...	10,59	9,63	5,80
	Out.	2,99	2,34	...	12,76	13,98	8,22

⁽¹⁾ Até dezembro de 1988, preço em cruzado; a partir de janeiro de 1989, preço em cruzado novo.⁽²⁾ Preços coletados em feiras e supermercados.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Cesta de Mercado - Cidade de São Paulo
Outubro de 1989

Produto(1)	Despesa familiar(2)		Variação percentual em relação a		
	NCz\$	%	Set./89	Dez./88	Out./88
Produtos de Origem Vegetal					
Produtos básicos	175,69	37,7	36,9	601,9	1.092,7
Açúcar	20,13	5,6	43,3	701,5	1.268,1
Arroz	29,56	6,3	39,4	435,5	878,8
Café	25,58	5,5	45,3	779,0	1.282,7
Farináceos e massas	54,29	11,6	48,5	673,4	1.171,4
Farinhas(4 produtos)	11,77	2,5	58,2	644,9	1.179,3
Macarrão	10,73	2,3	77,6	706,8	1.330,7
Pão	31,79	6,8	37,7	673,5	1.118,0
Feijão	20,33	4,4	1,9	492,7	854,5
Oleos	19,80	4,3	34,1	585,1	1.185,7
Frutas	51,27	11,0	27,2	637,7	1.078,6
Banana	9,91	2,1	11,3	1.065,9	1.498,4
Laranja	17,93	3,9	6,5	478,4	663,0
Outras(13 produtos)	23,43	5,0	60,8	681,0	1.597,8
Hortaliças	48,27	10,3	34,9	935,8	1.303,2
Alface	3,92	0,8	31,5	931,6	1.407,7
Batata	8,87	1,9	-3,7	685,0	1.167,1
Cebola	7,04	1,5	128,6	1.752,6	1.135,1
Tomate	8,93	1,9	69,1	1.002,5	1.363,9
Outras(20 produtos)	19,51	4,2	28,2	895,4	1.378,0
Outros Produtos(maizena, massa de tomate e goiabada)	4,84	1,1	53,2	975,6	1.761,51
Subtotal	280,07	60,1	34,9	655,1	1.129,5
Produtos de Origem Animal					
Carnes e derivados	91,42	19,6	12,0	499,5	1.031,4
Bovina	60,10	12,9	14,5	507,7	1.036,1
Frango	24,17	5,2	6,9	483,8	988,7
Suína	5,58	1,2	10,5	458,0	1.113,0
Derivados(ling.,banha e toucinho)	1,57	0,3	8,3	613,6	1.208,3
Leite e derivados	78,63	16,9	29,0	739,2	1.389,2
Leite	66,70	14,3	31,6	747,5	1.419,4
Derivados(manteiga e queijo)	11,93	2,6	16,5	695,3	1.240,4
Ovos	15,35	3,4	10,4	561,6	1.118,3
Subtotal	185,40	39,9	18,5	588,2	1.168,1
Total	465,46	100,0	27,9	627,0	1.144,6

(1) Cada item pode incluir mais de uma qualidade, marca ou forma de apresentação do produto.

(2) Baseada nas quantidades adquiridas para o domicílio da família paulistana de renda e tamanho médios, conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-1981/82) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP). Preços coletados em amostragem do IEA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Dispêndio Total da Família Paulista, com a Cesta de Mercado⁽¹⁾, Cidade de São Paulo, 1987, 1988 e 1989 ⁽²⁾

Mês	1987	1988	1989
Jan.	1.696,53	6.096,54	84,36
Fev.	1.735,30	6.839,53	96,20
Mar.	1.797,89	8.370,75	102,52
Abr.	2.100,78	10.171,87	112,42
Mai.	2.662,78	12.226,56	135,89
Jun.	3.151,93	15.394,82	178,17
Jul.	3.422,37	19.049,91	213,53
Ago.	3.559,23	23.406,85	288,00
Set.	3.698,77	29.431,33	363,97
Out.	4.034,19	37.403,23	465,47
Nov.	4.680,04	50.335,33	...
Dez.	5.240,08	64.028,31	...

(1) Refere-se aos gastos com 70 produtos alimentícios, com base nas quantidades adquiridas para o domicílio da família paulistana, de tamanho e renda médios, conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1981/82, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP).

(2) Até dezembro/88, os gastos são em cruzado e a partir de janeiro/89, em cruzado novo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Variações Percentuais da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1989

Mês	Variação em relação		
	Mês anterior	Dezembro de 1988	Mesmo mês de 1988
Jan.	31,7	31,7	1.283,6
Fev.	14,0	50,2	1.304,4
Mar.	6,6	60,2	1.125,2
Abr.	9,7	75,6	1.004,3
Mai.	20,9	112,2	1.012,0
Jun.	31,1	178,3	1.057,7
Jul.	19,8	233,4	1.020,9
Ago.	34,9	349,7	1.130,2
Set.	26,4	468,4	1.136,7
Out.	27,9	627,0	1.144,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e Total da Cesta de Mercado, em Relação ao Mês Anterior, Cidade de São Paulo, 1988 e 1989

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1988	1989	1988	1989	1988	1989
Jan.	19,7	38,2	11,3	22,8	16,3	31,7
Fev.	14,2	19,0	9,0	6,3	12,2	14,0
Mar.	20,8	9,5	25,2	1,6	22,4	6,6
Abr.	22,0	5,8	20,6	16,8	21,5	9,7
Mai.	24,6	10,2	13,2	39,0	20,3	20,9
Jun.	27,6	25,8	22,7	38,3	25,9	31,1
Jul.	20,6	27,4	29,7	10,6	23,7	19,8
Ago.	18,5	26,5	30,6	46,6	22,9	34,9
Set.	23,9	31,3	28,8	20,4	25,7	26,4
Out.	27,4	34,9	26,6	18,5	27,1	27,9
Nov.	29,8	...	42,0	...	34,6	...
Dez.	25,4	...	29,8	...	27,2	...
Variação média mensal	22,9	22,9	24,1	22,1	23,3	22,3
Variação acumulada ⁽¹⁾	1.074,1	655,1	1.193,7	588,2	1.121,9	627,0

(1) A variação acumulada de 1988 tem como base dezembro de 1987 e a variação acumulada de 1989 tem como base dezembro de 1988.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo, Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Especificação	Unidade	Setembro	Outubro
Fertilizantes e Corretivos			
Calcário dolomítico			
Rio Claro	t	72,13	97,74
Piracicaba	t	66,80	90,50
Cloreto de potássio	t	1.107,18	1.252,29
DAP	t	1.339,98 ⁽¹⁾	1.773,60 ⁽¹⁾
MAP - pó	t	1.366,61 ⁽¹⁾	1.808,84 ⁽¹⁾
MAP - granulado	t	1.428,32 ⁽¹⁾	1.890,52 ⁽¹⁾
Nitrato de amônia perolado	t	1.029,50	1.362,65 ⁽¹⁾
Nitrocálcio	t	568,50	769,29
Sulfato de amônia	t	875,79	949,32
Superfosfato simples - pó	t	599,00	792,84 ⁽²⁾
Superfosfato simples - granulado	t	720,89	954,17 ⁽²⁾
Superfosfato triplo - pó	t	966,38 ⁽¹⁾	1.279,10
Superfosfato triplo - granulado	t	1.073,03 ⁽¹⁾	1.420,26
Termofosfato	t	657,06	1.046,13
Uréia	t	1.128,71	1.297,24
Formulados			
02-30-10	t	948,00	1.257,60
03-15-15	t	1.012,50	1.014,54
04-14-08	t	920,13	1.055,60
04-20-20	t	1.187,81	1.572,18 ⁽²⁾
04-30-10	t	1.272,92	1.323,08
04-30-16	t	1.329,05	1.407,26
05-25-25	t	1.198,34	1.387,37
10-10-10	t	917,32	1.111,39
12-06-12	t	1.009,40	1.322,65
14-07-28	t	1.114,14	1.474,67 ⁽²⁾
19-10-19	t	1.158,15	1.532,93 ⁽²⁾
20-05-20	t	1.110,27	1.259,25
Vacinas e Medicamentos			
Agrovet	cx.25amp.	123,00	158,82
Biocid	litro	46,00	75,22
Cloramine	litro	43,75	...
Creolina	litro	26,04	28,60
Lepecid	500ml	9,06	12,15
Neguvon pó	500gr.	56,35	76,30
Neguvon + assuntol	kg	132,16	189,88
Pentabiótico Veterinário	fr.10ml	96,32	112,28
Ripercol injetável	250ml	50,90	65,70
Stimovit + B12	500ml	14,51	20,73
Triatox	litro	57,25	74,52
Vacina contra carbunculo sintomático	dose	0,20	0,27
Vacina contra brucelose	dose	0,45	0,81
Vacina contra aftosa	dose	1,00	1,31
Wycillin, R. Veterinário	frasco	0,69	0,74

⁽¹⁾ Preço CIP, conforme circular n 103/89/124/89.

⁽²⁾ Aumento autorizado pelo CIP.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo, Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Especificação	Unidade	Setembro	Outubro
Máquinas, Veículos e Implementos			
Arado de aiveca, 3/4 reversível(41kg: lâmina de aço carbono)	u.	334,26	572,26
Arado de 3 discos de 26", fixo liso	u.	4.464,07	6.307,50
Arado de 4 discos de 26", fixo liso	u.	4.973,72	7.226,03
Caminhão F 11000, diesel	u.	94.483,00	133.000,00
Caminhão F 4000, diesel	u.	88.400,00	122.000,00
Caminhão Mercedes Benz 1214	u.	182.732,00	255.898,00
Caminhão Mercedes Benz 2214	u.	201.691,00	273.385,00
Caminhonete F 1000, alcool, 4 cil.c/caçamba	u.	62.238,00	126.000,00
Caminhonete F 1000, diesel, 4 cil.c/caçamba	u.	121.998,00	166.000,00
Carreta 4t s/carroceria,s/pneu,s/freio,c/mola	u.	7.042,91	9.666,17
Carreta 4t s/carroceria,s/pneu,s/freio,s/mola	u.	5.020,08	7.170,04
Colheitadeira de milho acima de 40 Hp-CLM-350	u.	12.390,00*	21.820,25
Colheitadeira MF 1630, p/arroz	u.	139.674,75	221.293,07
Colheitadeira MF 3640 p/grão,s/plataforma, c/cilindro batador de alta inercia	u.	208.772,17	330.767,24
Colheitadeira MF 5650 p/grão s/plataforma c/cilindro batador de alta inercia	u.	229.543,60	363.676,36
Colheitadeira MF 5650 Turbo p/grão s/plataforma c/cilindro batador de alta inercia	u.	253.476,53	401.594,39
Conjunto de Pulverizador Mecanizado (H 5600)	u.	2.261,52	3.871,72
Cultivador de 9 enxadas	u.	1.801,67	2.479,66
Descascador de café combinado	u.	30.268,00	35.532,00
Grade de 24 discos de 18"	u.	3.409,46	4.738,91
Grade de 28 discos de 18"	u.	3.935,38	5.102,00
Maquina de beneficiar café, 600 arrobas p/dia	u.	115.455,00	135.598,00
Motor elétrico de 3Hp trifásico, 4p. blindado	u.	661,30	736,42
Plaina traseira	u.	1.907,14	2.524,00
Planet 5 enxadas, tração animal	u.	401,13	482,90
Plantadeira adubadeira hidraulica de 3 linhas c/cabeçalho de 2.650mm	u.	11.388,40	16.249,97
Polvilhadeira costal, 7 a 8kg de pó	u.	320,00	...
Pulverizador costal, 18 litros	u.	240,50	369,36
Recolhedora de feijão	u.	57.670,49	74.971,64
Recolhedora de amendoim	u.	60.854,39	79.110,71
Secador de café, tipo 3	u.	51.285,00	60.203,00
Semeadeira adubadeira, 1 linha tração animal	u.	1.015,24*	1.738,08
Semeadeira adubadeira c/discos duplos de 17 linhas	u.	25.545,18	36.085,83
Trator de roda, 44 Hp	u.	61.997,87	100.352,77
Trator de roda 60 a 70 HP	u.	84.468,84	125.987,01
Trator de roda 70 a 80 HP	u.	83.057,29	148.610,79
Trator de roda 80 a 90 HP	u.	100.144,11	162.641,75
Trator de roda acima de 100 HP	u.	126.513,87	186.571,31

(*) Dados retificados.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo, Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Especificação	Unidade	Setembro	Outubro
Defensivos			
Acaricidas			
Kelthane EC	litro	25,08	25,60
Neoron 500 EC	1,5	131,06	160,80
Omite	litro	92,00	96,00
Formicidas			
Mirex	1/2kg	2,36	3,20
Fungicidas			
Cercobim M70Br.	5	287,50	482,50
Dhitane M-45	kg	25,03	27,19
Manzate D	cx.25kg	532,20	547,52
Oxicloreto de cobre 35%	kg	18,47	...
Oxicloreto de cobre 50%	kg	14,24	15,22
Sulfato de Cobre	kg	7,14	9,01
Tilt 250 CE	litro	260,02	224,76
Herbicidas			
Karmex 800	5kg	240,30	291,96
Primextra 500 FM	5	189,00	...
Propanil	20
Round Up	5	301,70	330,41
Septer	5
Tordon 24D	20	1.088,52	1.247,76
Trifuralina	5	166,89	181,00
Inseticidas			
Ambush 500CE	litro	233,44	303,88
Decis	litro	106,43	132,47
Folidol 600	litro	39,33	50,33
Furadan 5G	10kg	117,18	132,75
Nuvacron 400	litro	35,71	45,01
Óleo Secante			
Triona B	20	147,98	163,00
Material de Construção			
Areia lavada	m3	53,35	78,34
Cal virgem	sc.20kg	6,00	8,67
Caibro de peroba (5x6cm, base 4,40m) até 5m	m3	2.243,00	2.600,89
Cimento Portland	sc.50kg	25,00	33,22
Fio de cobre, isolamento termoplástica para 70°C - 750v. (6,00m quadr.)	rolo 100m	203,00	265,68
Folha de porta interna, lisa 35mm de espessura	u.	127,00	216,05
Tábua de pinho (12x1cm) de 3a., 4,27m	dz.	641,00	854,19
Telha francesa de cerâmica (fosca)	mil	1.086,00	1.591,60
Tijolo comum	mil	163,00	200,47
Tubo galvanizado p/água, 3/4, c/costura 26,9m	metro	12,66	21,84

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo, Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(continua)

Especificação	Unidade	Setembro	Outubro
Utensílios e Ferramentas			
Aplicador de formicida pó	unidade	28,78	39,61
Arame farpado nacional	quilograma	4,47	5,77
Balde zincado ou estanhado, c/bico, 10 litros	unidade	54,10	89,00
Corrente grossa 1/4	quilograma
Encerado locomotiva	metro quadr.	15,42	22,00
Enxada para cultivador, 16"	conjunto c/3	17,41	29,90
Enxada 2 caras, 2 1/2 libras	unidade	19,96	27,75
Enxada 2 caras, 3 libras	unidade	20,35	27,79
Foice 10", meia lua p/arroz	unidade	23,00	...
Foice 10", meia lua p/pasto	unidade	27,00	30,00
Grampo para cerca	quilograma	5,92	8,37
Latão de leite, 50 litros	unidade	208,00	313,18
Lima para afiar ferramentas, K.F.8	dúzia	152,64	172,31
Machado Collins, 3 libras	unidade	41,57	46,70
Prego 17/21	quilograma	7,55	9,35
Saco novo para arroz em casca (60kg)	unidade	4,00	5,92
Saco novo para batata (60kg)	unidade	2,47	3,61
Saco novo para exportação de café (60kg)	unidade	5,17	7,51
Sementes			
Algodão	quilograma	1,50	1,84
Amendoim	quilograma	8,00	8,79
Arroz	quilograma	2,67	3,41
Batata	quilograma	5,17	5,67
Feijão	quilograma	8,00	...
Milho	quilograma	4,15	5,65
Soja	quilograma	1,00	1,56
Sorgo	quilograma	10,86	11,92
Tomate	quilograma	198,97	261,60
Trigo	quilograma	3,00	...
Combustíveis e Lubrificantes			
Alcool hidra animal	10 litros	11,92	15,30
Gasolina cde trigo	10 litros	15,88	20,30
Graxa	quilograma	12,79	19,05
Óleo diesel	10 litros	7,30	9,30
Óleo lubrificante	litros	3,30	5,12
Peças de reposição			
Bico de pato c/asa, 18"	unidade	27,45	44,68
Disco de arado, liso, 26"	unidade	124,89	194,28
Pneu de caminhão, 900x20, 14 lonas	unidade	709,50*	1.038,95
Pneu de caminhão, 825x20; 12 lonas	unidade	...	779,94
Animais de produção e trabalho			
Bezerro	unidade	432,09	458,91
Boi magro	unidade	869,37	932,17
Vaca leiteira, até 5 l/dia	unidade	1.193,61	1.357,64
Vaca leiteira de 5 a 10 l/dia	unidade	1.667,17	1.894,12
Vaca leiteira, acima de 10 l/dia	unidade	2.228,19	2.504,29
Boi carreiro novo	unidade	1.837,09	2.035,71
Burro domado novo	unidade	746,85	841,40

(*) Dado retificado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Médios Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo, Setembro e Outubro de 1989
(em cruzado novo)

(conclusão)

Especificação	Unidade	Setembro	Outubro
Alimentos para Animais			
Farelo de algodão 30%	kg	0,41	0,61
Farelo de amendoim	kg	0,48	0,60
Farelo de arroz cru	kg	0,30	0,40
Farelo de soja 47/48%	kg	0,69	0,95
Farelinho de trigo	kg	0,36	0,49
Farinha de carne	kg	0,72	1,21
Farinha de osso calcinada	kg	1,58	2,59
Farinha de sangue	kg	0,85	1,20
Refinasil	kg	0,41	0,41
Sal comum grosso	kg	0,86	0,99
Sal mineral	kg	3,65	5,84
Sulfato de manganês	kg	7,50	7,50
Uréia pecuária	kg	1,44	1,59
Ração para Ave			
Corte inicial	kg	0,91	1,60
Corte crescimento	kg	0,86	1,49
Corte final	kg	0,83	1,45
Postura inicial	kg	0,83	1,45
Postura crescimento	kg	0,78	1,34
Postura	kg	0,76	1,25
Reprodução	kg	0,87	1,03
Ração para bovino			
Inicial	kg	0,70	1,15
Novilha e vaca seca	kg	0,63	1,09
Manutenção	kg	0,57	1,10
Lactação	kg	0,66	1,07
Reprodução	kg	0,63	1,27
Ração para suino			
Inicial	kg	0,91	1,81
Crescimento	kg	0,76	1,34
Engorda,acabamento,terminação e final	kg	0,73	1,50
Reprodução	kg	0,73	1,27
Lactação	kg	0,75	1,31
Concentrado para aves			
Corte inicial	kg	1,20	2,14
Corte crescimento	kg	1,17	2,02
Corte final	kg	1,15	1,95
Postura inicial	kg	0,94	1,78
Postura crescimento	kg	0,87	1,45
Postura (gaiola)	kg	0,98	1,56
Concentrado para bovino			
Engorda	kg	0,64	1,09
Lactação	kg	0,80	1,31
Concentrado para suino			
Engorda	kg	0,97	1,68
Reprodução	kg	0,99	1,70
Pinto de um dia			
Linhagem para corte	u.	1,36	1,63
Linhagem para postura	u.	1,91	2,79

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Índices Mensais de Preços Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989
(Base: Jan. 1985=100)

(continua)

Ano e Mês	Amendoim em casca	Arroz em casca	Banana	Batata	Café beneficiado	Cebola
1988	7.967	7.266	8.390 ⁽¹⁾	9.327	5.280	13.002
Out.	12.857	12.536	14.444	16.552	8.513	25.137
Nov.	15.709	15.540	15.425	19.571	10.894	12.093
Dez.	22.493	20.573	21.456	22.754	15.813	15.412
1989						
Jan.	41.154	25.736	36.212	28.409	25.402	35.831
Fev.	49.783	27.307	39.693	70.840	25.395	39.088
Mar.	51.376	27.506	39.693	91.528	26.394	39.088
Abr.	53.500	30.125	49.164	91.710	34.289	43.914
Mai.	54.872	34.264	49.304	135.926	43.189	37.459
Jun.	87.840	42.918	48.329	187.281	44.894	47.231
Jul.	91.380	48.454	53.343	185.642	42.506	40.717
Ago.	112.045	55.037	119.359	168.342	41.714	27.687
Set.	128.905	72.219	193.454	145.287	55.228	107.492
Out.	150.500	97.706	199.304	149.621	67.631	314.332

Ano e Mês	Chá	Feijão	Laranja	Mamona	Mandioca	Milho
1988	4.179	11.453	11.437	6.650	9.082	8.575
Out.	7.029	20.152	18.106	11.867	14.887	14.749
Nov.	10.863	25.249	23.492	14.326	22.506	20.326
Dez.	10.863	36.902	28.279	16.689	31.063	26.492
1989						
Jan.	12.780	42.505	43.902	19.101	43.502	32.891
Fev.	17.572	46.596	65.853	24.719	49.225	33.191
Mar.	20.767	50.976	77.073	29.213	49.428	31.009
Abr.	20.767	66.353	87.073	29.213	51.195	29.897
Mai.	20.767	103.339	88.049	32.584	55.023	37.724
Jun.	20.767	183.173	110.000	40.449	61.422	50.898
Jul.	20.767	181.526	176.341	52.809	60.927	48.674
Ago.	33.546	180.524	226.341	77.528	64.883	57.314
Set.	57.508	176.666	249.512	106.742	71.208	94.525
Out.	89.457	168.113	353.415	150.562	92.568	115.440

(1) Errata.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Índices Mensais de Preços Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989
(Base: Jan. 1985=100)

(conclusão)

Ano e Mês	Soja	Tomate	Ave	Bovino	Leite	Ovo
1988	10.401	10.573 ⁽¹⁾	10.574	9.828	10.243	9.047
Out.	16.453	17.544	17.520	16.776	16.231	13.233
Nov.	22.092	18.486	23.741	23.837	21.335	18.045
Dez.	28.867	19.494	33.239	30.523	26.494	23.757
1989						
Jan.	35.877	25.279	38.764	32.876	38.724	32.001
Fev.	37.410	59.657	43.820	34.157	42.412	36.349
Mar.	36.881	95.500	47.753	36.664	42.412	41.412
Abr.	37.093	103.927	56.742	45.915	40.568	52.707
Mai.	38.705	95.500	85.955	59.802	44.256	68.707
Jun.	38.653	92.691	102.247	91.019	53.476	102.590
Jul.	52.956	84.265	84.270	91.343	77.448	96.002
Ago.	55.176	78.647	131.461	148.728	114.328	139.297
Set.	84.021	111.904	157.865	156.105	151.945	108.237
Out.	117.597	244.368	175.281	176.357	202.840	109.179

Ano e Mês	Suíno	PV	PA	IPR	PV-C	IPR-C
1988	8.018	7.080(1)	9.726(1)	8.019(1)	8.754(1)	9.255(1)
Out.	12.067	11.738	16.028	13.260	14.738	15.402
Nov.	17.627	15.051	22.354	17.642	18.916	20.686
Dez.	27.103	20.604	28.871	23.537	25.058	27.022
1989						
Jan.	35.439	30.146	34.457	31.675	34.558	34.506
Fev.	39.842	34.216	36.783	35.127	42.419	39.517
Mar.	43.520	36.270	38.961	37.225	45.455	42.111
Abr.	54.608	41.405	45.868	42.989	48.023	46.913
Mai.	79.875	50.174	58.522	53.136	56.669	57.623
Jun.	113.224	61.631	84.803	69.853	77.195	81.112
Jul.	106.337	62.092	89.592	71.850	80.305	85.087
Ago.	124.611	67.132	137.843	92.222	90.770	115.008
Set.	133.822	84.481	150.263	107.823	111.686	131.549
Out.	143.908	104.465	175.695	129.739	138.718	157.758

Obs: PV = Produtos vegetais; PA = produtos animais; IPR = índice geral de preços recebidos;
PV-C = produtos vegetais menos café; IPR-C = índice geral de preços recebidos menos café.

(1) Errata.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Participação dos Produtos no Índice Mensal de Preços Recebidos pelos Agricultores,
Estado de São Paulo, Setembro e Outubro de 1989

Produto	Porcentagem	
	Set.89	Out.89
Amendoim em casca	6,63	6,43
Arroz	3,82	4,29
Banana	2,10	1,80
Batata	3,24	2,77
Café Beneficiado	15,92	16,21
Cebola	0,30	0,74
Chá	0,01	0,01
Feijão	3,09	2,44
Laranja	2,73	3,21
Mamona	0,68	0,80
Mandioca	2,67	2,89
Milho	8,25	8,37
Soja	0,04	0,05
Tomate	1,07	1,94
Ave	0,26	0,24
Bovino	31,37	29,45
Leite	11,84	13,14
Ovo	2,20	1,84
Suino	3,78	3,38
Total	100,00	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(continua)

Ano	Índice de preços de insumos adquiridos for a do setor agrícola					
	Máquina e equipamento			Adubo	Insetic. e fung.	Vacina e med.
	Aquisição	Reparo	Total			
1988	13.285	9.620	13.003	7.463	4.657	8.101
Out.	20.256	14.711	20.045	11.315	6.613	11.361
Nov.	27.114	21.354	26.637	12.634	9.242	15.904
Dez.	33.693	27.066	33.145	19.821	12.826	19.906
1989						
Jan.	45.565	34.411	44.642	22.907	19.692	28.880
Fev.	48.705	37.946	47.815	24.924	19.701	28.880
Mar.	48.705	37.946	47.815	24.924	19.701	28.880
Abr.	53.256	37.946	51.589	29.577	23.865	34.494
Mai.	62.727	41.322	60.955	32.782	24.867	36.772
Jun.	88.258	45.232	84.697	39.689	30.002	47.355
Jul.	114.768	67.891	110.889	57.938	54.877	76.600
Ago.	155.368*	93.071*	150.212*	92.488*	66.330	88.152
Set.	229.008	122.571	220.199	128.977	96.766	150.621
Out.	336.660	188.336	260.286	158.196	111.382	189.122

Ano	Índice de preços de insumos adquiridos for a do setor agrícola					
	Combust.	Utensil.	Serviço	Constr.	Alimento	Índice
	e lubrif.	e ferram.	comp.	e reparo	de origem industrial	Parcial (a)
1988	6.813	9.323	10.671	9.487	11.938	9.825
Out.	11.301	13.634	16.558	15.010	19.586	15.339
Nov.	13.592	18.220	21.138	19.227	25.137	19.691
Dez.	16.646	24.568	26.947	25.527	31.089	25.528
1989						
Jan.	23.494	33.324	33.529	31.715	42.627	33.507
Fev.	24.811	34.066	33.529	41.189	42.485	37.190
Mar.	24.811	34.066	33.529	46.299	41.654	38.473
Abr.	24.811	44.926	42.958	51.793	43.687	43.172
Mai.	27.563	46.859	48.259	59.932	48.486	49.026
Jun.	32.766	70.261	61.116	72.595	60.971	63.377
Jul.	41.386	97.407	76.058	119.224	83.139	91.122
Ago.	53.631	157.176*	126.551*	180.242	107.797*	131.855*
Set.	70.402	255.373	163.907	245.930	147.892	187.177
Out.	97.305	364.460	207.052	328.660	197.673	255.291

(*) Dados retificados.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Índices Mensais de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Outubro de 1988 a Outubro de 1989

(Base:Jan.1985 = 100)

(conclusão)

Ano	Índices de preços de insumos adquiridos no próprio setor agrícola				Índice e preços pagos			
	Animal		Alimento de origem agrícola		Parcial	Parcial	Parcial	Parcial
Mes	Trabalho	Produção	Total	agrícola	(b)	(a)	(b)	(c)
1988	7.011	7.229	7.217	8.882	7.574	9.825	7.574	8.969
Out.	10.196	11.920	11.829	14.767	12.459	15.339	12.459	14.243
Nov.	14.605	16.001	15.927	20.320	16.869	19.691	16.869	18.617
Dez.	18.565	21.567	21.409	26.232	22.443	25.528	22.443	24.354
1989	23.683	26.347	26.206	34.058	27.889	33.507	27.889	31.368
Jan.	28.314	31.396	31.233	36.194	32.082	37.190	32.082	35.245
Fev.	31.743	37.113	36.830	33.893	36.200	38.473	36.200	37.608
Mar.	37.407	47.004	46.498	33.309	43.672	43.172	43.672	43.362
Abr.	49.407	63.267	62.537	40.431	57.800	49.026	57.800	52.366
Mai.	65.268	88.232	87.021	53.506	79.839	63.377	79.839	69.643
Jun.	67.498	87.269	86.226	54.059	79.333	91.122	79.333	86.634
Jul.	89.989	124.791*	122.956*	67.521	111.077*	131.855*	111.077*	123.946*
Ago.	121.792	145.005	143.781	105.529	135.542*	187.177	135.542	167.522
Set.	135.639	159.127	157.889	133.912	152.751	255.291	152.751	216.259
Out.								

(*) Dados retificados.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Variação Percentual dos Índices de Preços Recebidos e Pagos na Agricultura Paulista

Índice	1988/1987	Out.89/Set.89	Out.89/Dez.88	Out.88/Dez.87	Out.89/Out.88
1 - Preços recebidos					
Produto vegetal	786,10 ⁽¹⁾	23,65	407,01	790,59	789,97
Produto animal	615,14 ⁽¹⁾	16,92	508,55	670,95	996,17
Geral	702,70 ⁽¹⁾	20,32	451,21	735,01	878,42
Produto vegetal menos café	871,58 ⁽¹⁾	24,20	453,59	783,04	841,23
Geral menos café	713,68 ⁽¹⁾	19,92	483,81	719,25	924,27
2 - Preços pagos					
Insumos adquiridos					
fora do setor agrícola	581,82	36,39	900,04	554,95	1.564,32
Insumos adquiridos no					
próprio setor agrícola	541,86	12,69	580,61	605,09	1.126,02
Geral	568,33	29,09	787,98	570,89	1.418,35

⁽¹⁾ Errata.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Índices Mensais de Paridade, Estado de São Paulo, Outubro de 1988 a Outubro de 1989

(Base: Jan., 1985=100)

Ano e Mês	Índice geral de preço recebido pelos agricultores no Estado de São Paulo (IPR)	Índice geral de preço pago pela agricultura paulista (IPP)	Índice de preço de insumo adquirido fora do setor agrícola. (IPPF)	Índice de paridade (IPR:IPP (x100))	Índice de paridade (IPR:IPPF (x100))
1988	8.019(1)	8.969	9.825	89,40(1)	81,61(1)
Out.	13.260	14.243	15.339	93,09	86,44
Nov.	17.642	18.617	19.691	94,76	89,59
Dez.	23.537	24.354	25.528	96,64	92,20
1989					
Jan.	31.675	31.368	33.507	100,97	94,53
Fev.	35.127	35.245	37.190	99,67	94,45
Mar.	37.225	37.608	38.473	98,87	96,59
Abr.	42.989	43.362	43.172	99,13	99,57
Mai.	53.136	52.366	49.026	101,47	108,38
Jun.	69.853	69.643	63.377	100,30	110,21
Jul.	71.850	86.634	91.122	82,94	78,85
Ago.	92.222	123.946*	131.855*	74,40*	69,94*
Set.	107.823	167.522	187.177	64,36	57,60
Out.	129.739	216.259	255.291	59,99	50,82

Observação: O índice de paridade compara as mudanças relativas entre o índices de preços recebidos pelos agricultores paulistas no Estado de São Paulo e o índice de preços pagos pela agricultura paulista, ambos tendo como ponto de referência a mesma base. No presente caso, foram calculados dois índices de paridade em relação ao índice de preços pagos pela agricultura paulista e em relação ao índice de preços de insumos adquiridos fora do setor agrícola. Este último é um dos componentes do primeiro. Quando o índice de paridade para um período dado, é igual a 100, significa que o índice de preços recebidos pelos agricultores, cresceu ou decresceu nas mesmas proporções que o índice de preços pagos pela agricultura. Quando o índice de paridade é maior que 100, significa que os preços recebidos pelos agricultores, são superiores proporcionalmente aos preços pelos mesmos e quando é menor que 100, significa que são inferiores.

(1) Errata.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Preço Médio Observado no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo(1)

(em cruzado)

Ano e Mês	Algodão (15kg)	Cafê (sc.60kg)	Cafê robusta (sc.60kg)	Cacau (sc.60kg)	Soja (60kg)	Frango congelado (t)	Garrote (cabeça)	Boi gordo (15kg)	Ouro (g)
1988									
Out.	8.552,63	51.651,32	N/C	41.928,79	7.323,68	-	N/C	10.664,74	11.908,53
Nov.	11.000,00	49.215,71	N/C	N/C	12.100,00	-	N/C	12.649,00	12.760,81
Dez.	15.523,81	164.729,76	N/C	N/C	N/C	-	N/C	18.630,40	22.514,29
1989									
Jan.	17,86	152,84	N/C	N/C	N/C	-	N/C	18,56	21,03
Fev.	18,50	96,72	N/C	N/C	N/C	-	N/C	23,66	N/C
Mar.	19,50	195,94	-	N/C	N/C	-	N/C	33,51	33,15
Abr.	22,05	154,44	-	N/C	N/C	-	N/C	38,14	32,15
Mai.	33,33	292,62	-	N/C	N/C	-	N/C	39,98	34,96
Jun.	35,00	280,00	-	N/C	N/C	-	N/C	-	53,51
Jul.	-	246,00	-	N/C	N/C	-	N/C	-	52,73
Ago.	-	N/C	-	N/C	N/C	-	N/C	-	91,89
Set.	83,91*	440,23*	-	-	N/C	-	-	-	130,52
Out.	-	295,12	-	-	N/C	-	-	91,08	130,91

(1) Cotação de fechamento do mês de entrega mais próximo (primeiro futuro). Até dezembro/88 os preços são em cruzados e partir de janeiro/89 em cruzados novos.

(*) Dados retificados.

Obs: Nos meses assinalados com N/C - não houve cotação.

Fonte: dados básicos da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Cotação Média de Fechamento para Entrega Futura na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Outubro de 1989
(em cruzados novos)

Ano e Mês	Algodão (15kg)	Café (sc.60kg)	Café robusta (sc.60kg)	Cacau (sc.60kg)	Soja (60kg)	Frango congelado (t)	Garrote (cabeça)	Boi gordo (15kg)	Ouro* (g)
1989									
Out.	83,91	XXX	XXX	XXX	XXX	-	XXX	110,00	81,00
Nov.	XXX	XXX	XXX	XXX	N/C	XXX	N/C	XXX	XXX
Dez.	103,91	295,12	-	N/C	XXX	-	XXX	91,08	130,91
1990									
Jan.	XXX	XXX	XXX	XXX	N/C	XXX	N/C	XXX	XXX
Fev.	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	-	XXX	78,89	221,00
Mar.	123,91	285,18	-	N/C	N/C	XXX	N/C	XXX	XXX
Abr.	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	-	XXX	78,16	303,30
Mai.	N/C	274,86	-	N/C	N/C	XXX	N/C	XXX	XXX
Jun.	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	-	XXX	83,97	682,02
Jul.	N/C	279,25	-	N/C	N/C	XXX	N/C	XXX	XXX
Ago.	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	-	XXX	99,84	1.041,17
Set.	XXX	279,75	-	-	-	XXX	-	XXX	XXX
Out.	N/C	XXX	XXX	XXX	XXX	-	XXX	103,47	-
Nov.	XXX	XXX	XXX	XXX	N/C	XXX	N/C	XXX	XXX
Dez.	-	260,50	-	N/C	XXX	-	XXX	100,00	N/C

(*) Conforme circular no. 3246/88, de 16/11/88, ficou instituída a inclusão do contrato de novembro como mês cotado (será sempre o primeiro mês imediatamente posterior ao primeiro mês cotado, de acordo com a Circular no. 2.748, de 05/03/86).

Obs.: Nos meses assinalados com XXX não há vencimentos de fato; N/C - não houve cotação.

Fonte: dados básicos da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Número de Contratos Negociados a Termo na Bolsa de Mercadorias de São Paulo

Ano e Mês	Algodão	Cafê	Cafê robusta	Cacau	Soja	Frango congelado	Garrote	Boi gordo	Ouro
1988									
Out.	-	4.503	-	-	264	-	-	17.298	11.622*
Nov.	-	4.946	-	-	99	-	-	10.780	6.052
Dez.	-	5.814	-	-	-	-	-	5.481	1.437
1989									
Jan.	-	904	-	-	-	-	-	2.616	446
Fev.	-	818	-	-	-	-	-	3.226	114
Mar.	-	357	-	-	-	-	-	4.367	486
Abr.	-	190	-	-	-	-	-	61	935
Mai.	-	471	-	-	-	-	-	1.012	1.009
Jun.	-	241	-	-	-	-	-	-	2
Jul.	-	8	-	-	-	-	-	559	112
Ago.	-	4	-	-	-	-	-	-	1.074
Set.	-	16	-	-	-	-	-	-	134
Out.	-	40	-	-	-	-	-	-	400
Total	-								
Acum.1989	-	3.049	-	-	-	-	-	11.841	4.712
Acum.12 meses	-	13.809	-	-	99	-	-	28.102	12.201

(*) Dado retificado.

Obs: Quantidade por contrato: algodão = 500 arroba de 15kg; café = 100 sacas de 60kg; café robusta/conillon = 100 sacas de 60kg; cacau = 50 sacas 60kg; soja = 500 sacas de 60kg; frango congelado = 12 toneladas; garrote = 27 cabeças; boi gordo = 330 arrobas(17 a 20 cabeças); ouro = lingotes de 250g. Milho, farelo de soja e óleo de soja: sem negócios.

Fonte: dados básicos da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Número de Contratos em Aberto no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo(1)

Ano e Mês	Algodão	Café	Café robusta	Cacau	Soja	Frango congelado	Garrote	Boi gordo	Ouro
1988									
Out.	-	985	-	-	75	-	-	3.381	1.872
Nov.	-	1.094	-	-	-	-	-	968	565
Dez.	-	625	-	-	-	-	-	1.313	12
1989									
Jan.	-	689	-	-	-	-	-	1.374	-
Fev.	-	158	-	-	-	-	-	1.202	106
Mar.	-	178	-	-	-	-	-	20	219
Abr.	-	98	-	-	-	-	-	2	32
Mai.	-	111	-	-	-	-	-	-	158
Jun.	-	12	-	-	-	-	-	-	8
Jul.	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Ago.	-	2	-	-	-	-	-	-	326
Set.	-	43	-	-	-	-	-	-	782
Out.	-	15	-	-	-	-	-	-	104

(1) Posição do último dia do mês.

Fonte: dados básicos da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Dados Climáticos do Estado de São Paulo, Outubro de 1989.

(continua)

Localidade	Precipitação (mm)				Dias C Chuvosos (no)		Temperatura (oC)		Precipitação Acumulada (mm)	
	1988		1989		1988	1989	máxima	mínima	1988	1989
	1988	1989	1988	1989	1988	1989	máxima	mínima	1988	1989
DIRA de Registro	...	81,7	...	8	37,0	12,0	...	287,7
Registro	105,4	92,0	14	9	...	30,4	9,6	...	187,9	250,1
Pariquera-Açu	141,9	10,9	13	4	...	35,4	8,9	...	169,9(3)	116,5
DIRA de São José dos Campos	139,1	11,9	17	4	...	33,6	12,6	...	172,8	60,6
Pindamonhangaba	181,5	12,2	10	4	...	32,0	11,0	...	218,1	147,1
Guaratinguetá	148,8	80,8	15	4	...	32,5	10,0	...	196,8	179,8
DIRA de Sorocaba	172,1	84,6	11	6	...	31,4	9,6	...	232,9	232,0
Sorocaba	141,6	122,4	9	9	...	33,0	10,0	...	185,1	321,1
Itapetininga	157,4	61,5	12	4	199,7	81,6
Capão Bonito	172,9	53,6	13	5	...	34,0	9,0	...	212,1	173,5
Itararé	158,3	65,6	17	9	...	32,1	9,8	...	201,8	177,7
Avaré	140,8	42,2	14	3	...	33,2	11,6	...	141,7	115,0
Botucatu	160,3	104,2	15	4	...	35,0	11,0	...	163,3	191,0
DIRA de Campinas	189,2	...	12	191,4	...
São Paulo(Pqe.Estado)(1)	188,1	50,2	11	5	...	32,5	13,5	...	188,1(3)	165,0
Campinas	200,3	34,6	14	4	...	34,0	11,0	...	216,3(4)	107,2
DIRA de Ribeirão Preto	208,3	102,9	13	6	...	34,0	11,0	...	219,8	185,6
Ribeirão Preto	128,4	72,7	9	7	152,3	218,2
São Simão	207,0	30,0	12	4	...	37,0	16,0	...	207,0	119,6
Franca	123,0	65,0	8	3	...	33,0	14,0	...	151,8	86,0
Baratais	165,7	43,9	13	3	...	35,4	11,2	...	165,7	91,5
Orlândia	173,1	41,8	11	4	...	37,0	15,0	...	176,3	189,1
Ituverava	148,3	35,4	15	2	...	32,4	9,5	...	159,7	175,0
Barretos	176,2	42,6	11	4	...	35,0	15,0	...	177,2	118,7
Bebedouro
Jaboticabal
Araraquara
São Carlos
Taquaritinga

(1) Dados fornecidos pelo Ins tituto Astronômico e Geofísico (IAG-USP).

(2) Calculada a partir das temperaturas máximas e mínimas diárias.

(3) Não inclui agosto e setembro de 1988.

(4) Não inclui agosto de 1988, setembro de 1988 dados de 22 dias.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Dados Climáticos, Estado de São Paulo, Outubro de 1989

(conclusão)

Localidade	Precipitação (mm)				Dias Chuvosos (no)				Temperatura (oC)			Precipitação Acumulada (mm)	
	1988		1989		1988		1989		máxima	mínima	média(2)	1988	1989
	1988	1989	1988	1989	1988	1989	1988	1989	máxima	mínima	média(2)	1988	1989
DIRA de Bauru													
Bauru	155,3	32,4	10	3	38,0	12,0	23,7	166,2	208,1				
Lins	241,3	38,9	11	3	36,0	13,0	23,9	250,3	106,4				
Pirajui	185,9	60,3	13	3	35,5	14,9	24,0	188,6	184,5				
Jad	160,7	27,6	12	2	34,4	11,2	21,9	174,1	201,5				
DIRA de S.J. do Rio Preto													
S.J. do Rio Preto	158,7	28,0	11	3	33,0	17,0	24,7	158,8	125,7				
Olimpia	158,7	66,6	10	6	39,0	12,0	23,6	167,0	119,8				
Catanduva	148,5	37,2	13	4	35,2	12,0	23,5	148,5	108,3				
Novo Horizonte	186,8	72,7	8	2	36,0	11,0	21,9	186,8	147,5				
Votuporanga	126,7	65,6	8	3	39,5	14,0	25,0	127,5	164,4				
Fernandópolis	117,2	65,6	8	3	35,0	16,0	25,7	117,2	150,2				
Jales	125,6	53,5	10	3	***	***	***	128,8	134,4				
Sta. Fé do Sul	92,2	57,1	8	4	39,9	13,4	24,9	94,6	170,3				
Tanabi	203,0	23,0	8	2	40,0	14,0	27,2	203,0	140,0				
DIRA de Aracatuba													
Aracatuba	193,0	98,6	7	3	38,0	15,0	24,1	193,5	205,7				
General Salgado	107,7	70,0	5	3	36,0	15,0	23,8	107,7	147,5				
Andradina	135,9	74,0	9	3	35,2	13,0	23,5	141,2	290,7				
Pereira Barreto	162,4	131,2	11	3	39,0	13,0	25,5	174,0(5)	183,8				
DIRA de Presidente Prudente													
Presidente Prudente	186,0	54,8	8	5	34,6	10,9	22,7	220,7	262,0				
Martinópolis	149,0	28,0	6	2	40,0	13,5	25,5	188,0(6)	219,2				
Presidente Wenceslau	165,0	48,2	9	4	33,7	11,0	22,7	211,0	268,9				
Dracena	133,3	28,4	10	3	37,0	12,0	24,1	149,4	275,6				
Adamantina	284,0	48,0	10	2	36,0	11,4	23,8	309,0	291,0				
Oswaldo Cruz	217,3	30,0	10	6	37,0	11,0	24,4	237,3	145,0				
DIRA de Marília													
Marília	168,1	77,8	9	4	34,0	11,6	22,3	191,1	230,3				
Garça	167,8	8,0	8	3	33,5	9,5	21,1	174,8	200,5				
Ourinhos	212,5	117,4	10	4	35,8	13,2	23,0	265,4	322,6				
Sta. Cruz do Rio Pardo	179,4	92,9	9	5	38,0	11,6	23,5	237,4	279,6				
Assis	252,6	80,8	11	4	36,0	10,4	21,5	288,6	280,3				
Paraguassu Paulista	254,8	98,6	10	4	38,0	12,0	19,6	285,5	288,2(7)				
Tupã	203,8	29,0	13	2	36,0	14,0	24,1	221,6	93,8				

(2) Calculada a partir das temperaturas máximas e mínimas diárias.

(5) Não inclui agosto de 1988; setembro de 1988, dados de 23 dias.

(6) Outubro de 1988 dados de 26 dias.

(7) Outubro de 1989 dados de 25 dias.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).



legislação agrícola

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

- Indicadores econômicos: no quadro I são apresentados alguns indicadores para o mês de outubro:

QUADRO 1.- Principais Indicadores Econômicos

Indicador	Valor ou variação	Fonte
Salário Mínimo - SM	NCz\$381,73	Decreto no.98.211, de 29/09/89
Maior Valor de Referência - MVR	NCz\$ 65,46	SEPLAN/Port.no.562,de 29/09/89
Bônus do Tesouro Nacional - BTN	NCz\$ 3,6647	CODIP/Com. no. 53, de 29/09/89
Índice de Preço ao Consumidor-IPC	37,62%	IBGE/Res. no. 63, de 31/10/89
Índice de Preços Recebidos p/ Prod. Rurais - IPR(1)	28,326%	MA/CFP/Com.no.20, de 08/11/89
Índice de Preços Pagos p/ Prod. Rurais - IPP(1)	34,447%	MA/CFP/Com.no.19, de 09/11/89

(1) Refere-se à variação de preços observados entre 16/08 e 15/09/89.

-Açúcar e álcool: a) restabelecido temporariamente o regime de cotas compulsórias de suprimento às refinarias autônomas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná (IAA/Ato no. 42, de 26/09/89 - D.O. 02/10/89);

b) a partir de 17/10/89, os preços-base da tonelada de cana-de-açúcar na esteira, fornecida às usinas e destilarias autônomas, em todo o Território Nacional, ficam reajustados em 32,36% (IAA/Ato no. 52, de 16/10/89 D.O. 17/10/89).

-Arroz: aprovadas as novas especificações da padronização do arroz, visando a sua classificação e fiscalização na exportação (CONCEX/Res. no. 178, de 03/10/89 - D.O. 16/10/89).

-Café: a) com vigência a partir de 01/10/89, foram fixados os preços de garantia para compra pelo IBC, através do Banco do Brasil S.A., dos cafés da safra 1989/90 e anteriores, produzidos em qualquer parte do Território Nacional e despachados aos armazéns da Autarquia, com cláusula "Para Venda ao IBC", à opção do vendedor (IBC/Res. no. 53, de 29/09/89 - D.O. 06/10/89; b) a partir de 10/10/89 são acolhidos registros de "Declarações de Venda" relativos à exportação de café em grão cru, por saca de 60,5kg brutos, descafeinado ou não, ou o seu equivalente em torrado e moído, para embarque no período de 01 a 31/03/90; c) fixado em 6% do preço mínimo de registro, por saca de 60,5kg brutos, informado diariamente pelo IBC, o valor da

Quota de Contribuição incidente nas exportações de café em grão cru ou o seu equivalente em torrado e moído, descafeinado ou não, para os registros de Declarações de Venda acolhidos a partir de 10/10/89, inclusive, para embarque no período de 01 a 31/03/90;

d) as empresas ou cooperativas exportadoras que tenham registrado Declarações de Venda de café em grão cru, ou o seu equivalente em torrado e moído, descafeinado ou não, a partir de 24/08/89, inclusive, para embarque no período de 01/01 a 31/03/90, e não tenham efetuado o embarque até 31/03/90, ficarão impedidas de proceder a novos registros de Declarações de Venda, enquanto não concretizarem a totalidade de seus embarques pendentes;

e) permitida a alteração de espécies de café de Robusta-Conillon para Arábica e, ainda, a mudança dentro da espécie Arábica, do Grupo II para o Grupo I, nas Declarações de Venda registradas no IBC no período de 01 a 31/03/90, pendentes de embarque;

f) acolhidos, a partir de 01/09/89, inclusive, registros de Declarações de Venda relativos à exportação de café solúvel, para embarque no período de 01 a 31/03/90;

g) fixado em 6% do preço mínimo de registro, informado diariamente pelo IBC, o valor da Quota de Contribuição incidente nas exportações de café solúvel, tanto para a qualidade "Spray-Dried" quanto para a qualidade "Freeze-Dried", para registros acolhidos a partir de 10/10/89, inclusive, para embarque no período de 01 a 31/03/90;

h) as empresas de exportações que tenham registrado Declarações de Venda de café solúvel, a partir de 24/08/89, inclusive, para embarque no período de 01/01 a 31/03/90, e não tenham efetuado o embarque até aquela data, ficarão impedidas de proceder a novos registros de Declarações de Venda, enquanto não concretizarem a totalidade de seus embarques pendentes;

i) permitida uma redução de US\$0,10, por libra-peso, à opção do exportador,

nas vendas relativas a café solúvel ou extrato líquido, registrados a partir de 10/10/89, inclusive, para embarque no período de 01 a 31/03/89 (IBC/Res. no.s 54 a 61, de 06/10/89 - D.O. 13/10/89, respectivamente).

-Trigo e triticale: a partir de 02/10/89, o preço do trigo em grão por tonelada métrica, inclusive de procedência estrangeira, foi elevado para NCz\$911,10 e, a partir de 30/10/89, para NCz\$1.193,60; e o triticale, para NCz\$820,00 e NCz\$1.074,20, respectivamente, colocados pelo Banco do Brasil S/A à disposição dos moinhos, junto às suas instalações moageiras; fixados, também, os preços máximos de venda FOB-MOINHO-PVM, das farinhas de trigo de fabricação nacional ou adquiridas de terceiros, sendo NCz\$64,00/sc.50kg para a comum e NCz\$84,50/sc.50kg para a especial, a partir de 02/10/89, e NCz\$84,70/sc.50kg para a comum e NCz\$111,80/sc.50kg para a especial, a partir de 27/10/89 (SUNAB/Port.no. 92, de 29/09/89 - D.O. 02/10/89 e Port. no.95, de 27/10/89 - D.O. 30/10/89).

-Combustíveis: a partir de 03/10/89 foram reajustados os preços dos combustíveis: as gasolinas tipos "A" e "C", em NCz\$2.030/1; o óleo diesel, em NCz\$0,930/1; o querosene iluminante, em NCz\$1.070/1; o álcool etílico hidratado, em NCz\$1.520/1; e o gás liquefeito, em Ncz\$9,240/13kg (CNP/Port. no. 122, de 03/10/89 - D.O. 04/10/89).

-Energia elétrica: reajustadas, a partir de 20/10/89, as tarifas de fornecimento de energia elétrica, relativas ao serviço público, com descontos especiais para unidades consumidoras rurais (DNAEE/Port. no. 159, de 19/10/89 - D.O. 20/10/89).

-Exportação: a) considerando o interesse em garantir o suprimento interno de matéria-prima, com vistas a incentivar a exportação de produtos com índices crescentes de

beneficiamento e de manufaturados de madeira, fica proibida a exportação de madeira em forma de tora ou bruta, mesmo descascada ou simplesmente desbastada (CONCEX/Res. no. 177, de 03/10/89 - D.O. 16/10/89);

b) ao considerar a importância de que se revestem as exportações de cacau e seus derivados, no que tange à balança comercial brasileira, o CONCEX determina que as exportações de cacau e seus derivados ficam sujeitas a Registro Prévio de Venda emitido pela CACEX, sendo que esta divulgará, periodicamente, os preços diferenciais e "ratios" praticados na exportação desses produtos (CONCEX/Res. no. 179, de 03/10/89 - D.O. 23/10/89).

-Agricultura irrigada: por troca de Notas, efetuada em Maputo, a 27/05/89, foi celebrado um Ajuste Complementar ao Acordo Geral da Cooperação de 15/11/81, na Área da Agricultura Irrigada, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique (M.E.EXT/Ato Internac. de 27/05/89 - D.O. 24/10/89).

-Correção monetária: aprovado o Parecer no. 666/89, de 05/10/89, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que, mais uma vez, evidencia a legalidade da cobrança da correção monetária nas operações de crédito rural, de resto consagrada em iterativa Jurisprudência dos Tribunais do País, inclusive o Excelso Tribunal Federal (MF/Despacho Ministerial de 05/10/89 - D.O. 18/10/89).

-Preços mínimos: publicados os preços mínimos básicos e de garantia da safra das águas (verão) 1988/89 (BACEN/C.C. no. 2.006, de 13/10/89 - D.O. 16/10/89).

-ICMS: a) o pagamento do imposto nas aquisições de trigo da safra 89/90, na condição de substituto tributário, será efetuado pelo Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional

(CTRIN) em 09/11/89, 09/12/89 e 09/01/90, relativamente a um terço da safra 89/90 em cada uma das datas referidas; e o valor do imposto será calculado com base na alíquota interna no Estado de localização do produtor;

b) produzindo efeitos de 01/11 a 31/12/89, os Estados e o Distrito Federal estão autorizados em conceder redução da base de cálculo do ICMS nas saídas internas dos produtos a seguir, e nos percentuais indicados: I - de óleo diesel, 12%; II - de gasolina e querosene de aviação, 12%; e III - de gás liquefeito de petróleo, de nafta para geração de gás e de gás de nafta, 6% (CONV.ICMS nos. 96 e 101, de 24/10/89 - D.O. 26/10/89).

-PROAGRO: a) observado o disposto no artigo 10. da Lei no. 5.969, de 11/12/73, a cobertura do PROAGRO, no período agrícola de 1989/90, poderá, também, contemplar exclusivamente os recursos próprios aplicados pelos produtores em seus empreendimentos rurais (Medida Provisória no. 96, de 24/10/89 - D.O. 25/10/89);

b) aprovado o Regulamento a ser observado quando do enquadramento no PROAGRO dos empreendimentos conduzidos exclusivamente com recursos próprios dos produtores rurais (BACEN/Res. no. 1.650, de 25/10/89 - D.O. 26/10/89).

José Sebastião de Lima